



**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE

RELATÓRIO E CONTAS 2025



01	PRINCIPAIS INDICADORES	3
02	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	6
03	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DO BISTP	8
	3.1 Visão, Missão e Valores	9
	3.2 Estrutura Acionista	9
	3.3 Órgãos Sociais	10
	3.4 Marcos da Atividade	11
04	ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO	13
	4.1 Contexto Internacional	13
	4.2 Contexto Nacional	19
05	ESTRATÉGIA DE NEG. E PRESENÇA GEOGRÁF. DO BISTP	27
	5.1 Estratégia e Modelo de Negócio	27
	5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição	28
06	PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2025	31
	6.1 Banca de Retalho: Particulares	31
	6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições	35
	6.3 Banca Eletrónica e Digital (Cartão de Déb. e e-Banking)	39
07	CONTROLO INTERNO	44

08	RECURSOS HUMANOS	44
09	RESPONSABILIDADE SOCIAL	47
10	ANÁLISE FINANCEIRA	50
	10.1 Componentes do Balanço	50
	10.2 Componentes da Demonstração de Resultados	51
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIB. DE RESULTADOS	53
12	RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	54
13	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
14	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
15	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	109

An abstract graphic on the right side of the page. It features a large, light blue circle with a dark blue outline. Inside this circle, the number '01' is written in a bold, blue, sans-serif font. To the left of the '01', there is a small, solid dark blue circle. The background of the right side is composed of various shades of blue and white, with curved, organic shapes that suggest a stylized face or a modern logo.

01

PRINCIPAIS INDICADORES

1. PRINCIPAIS INDICADORES

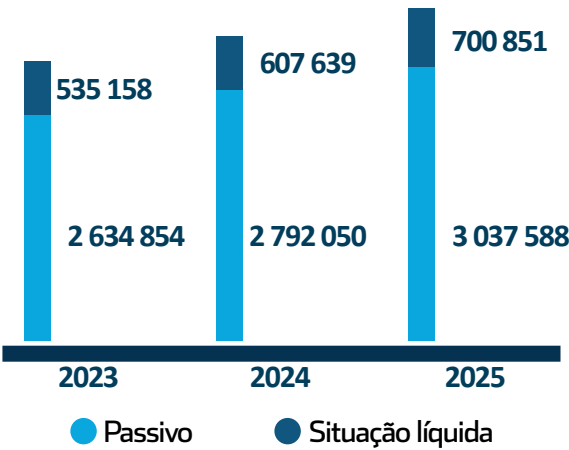
EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO BANCÁRIO

VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2023	2024	2025	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
				2024 Vs. 2023	2025 Vs. 2024
Volume de Negócio	3.375.318.625	3 558 134 812	3 978 073 277	5,42%	11,80%
Crédito a Clientes	769.945.957	791 614 107	804 342 465	2,81%	1,61%
Recursos de Clientes	2.510.025.112	2 505 131 199	2 831 946 436	-0,19%	13,05%
Crédito Documentário	66.603.756	231 449 024	314 118 640	247,50%	35,72%
Garantias Bancárias Prestadas	28.743.800	29 940 482	27 665 735	4,16%	-7,60%
Balanço					
Ativo Líquido	3.170.011.805	3 399 689 002	3 738 439 603	7,25%	9,96%
Crédito Líquido	705.066.020	724 189 594	757 916 698	2,71%	4,66%
Recursos de Clientes	2.510.025.112	2 505 131 199	2 831 946 436	-0,15%	13,05%
Situação Líquida	535.158.104	607 638 519	700 851 175	13,54%	15,34%
Resultados					
Margem Financeira	143.754.275	157 335 777	161 804 131	9,45%	2,84%
Margem Complementar	150.523.415	192 279 940	145 001 623	27,74%	-24,59%
Produto Bancário	294.277.690	349 615 717	306 805 754	18,80%	-12,24%
Resultado de Exploração	140.814.342	198 373 732	141 863 403	40,88%	-28,49%
Resultado antes de Imposto	70.094.092	93 841 887	114 589 031	33,88%	22,11%
Resultado Líquido	44.342.424	55 747 181	78 697 045	25,72%	41,17%
Rácios					
ROE	8,29%	9,17%	11,23%	+0,89 p.p	+2,05 p.p
ROA	1,40%	1,64%	2,11%	+0,24 p.p	+0,47 p.p
Margem Financeira/ Activo	4,53%	4,63%	4,33%	+0,09 p.p	-0,30 p.p
Margem Complementar/ Produto Bancário	51,15%	55,00%	47,26%	+3,85 p.p	-7,74 p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	59,86%	49,19%	61,51%	-10,67 p.p	+12,32 p.p
Capitais Próprios/ Activo	16,88%	17,87%	18,75%	+0,99 p.p	+0,87 p.p
Rácio de Transformação					
Crédito Líquido/Depósitos	28,09%	28,91%	26,76%	+0,82 p.p	-2,15 p.p
Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio	114,10%	93,65%	86,28%	-20,45 p.p	-7,36 p.p
Crédito Vencido/ Crédito a Clientes	12,04%	13,01%	8,48%	+0,97 p.p	-4,53 p.p
Provisão para Crédito Vencido/Crédito Vencido	70,01%	65,47%	68,10%	-4,54 p.p	+2,63 p.p
Solvabilidade	37,06%	33,22%	38,04%	+3,84 p.p	+4,82 p.p
Liquidez	61,73%	67,45%	71,89%	+5,72 p.p	+4,44 p.p
Nº de Empregados	138	137	136	-0,72%	-0,73%
Nº de Agências	10	10	11	0,00%	10,00%
(Crédito + Depósitos) / Agência	321.509.113	322 932 079	326 351 194	0,48%	1,06%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	23.297.762	23 571 685	26 396 052	1,21%	11,98%

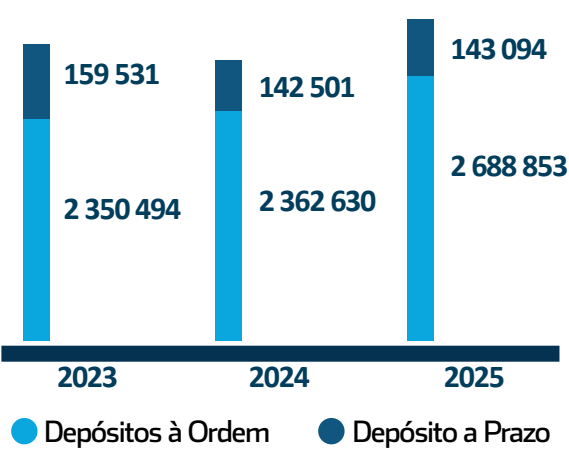
SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE

(Valores em milhares dobras)

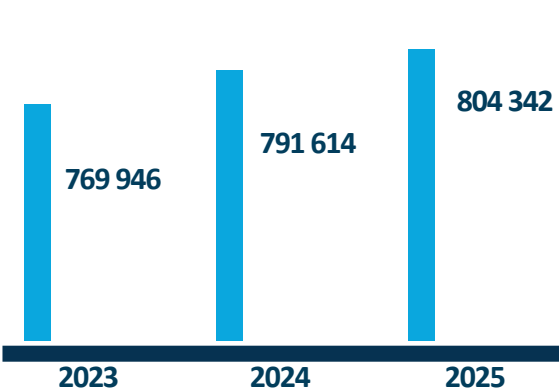
BALANÇO



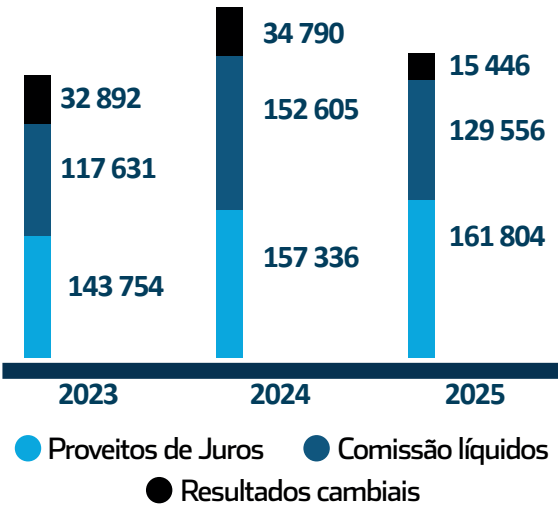
DEPÓSITOS TOTAIS



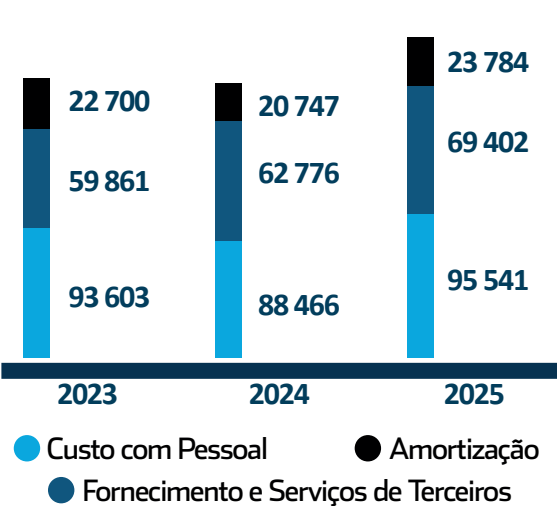
CRÉDITO BRUTO



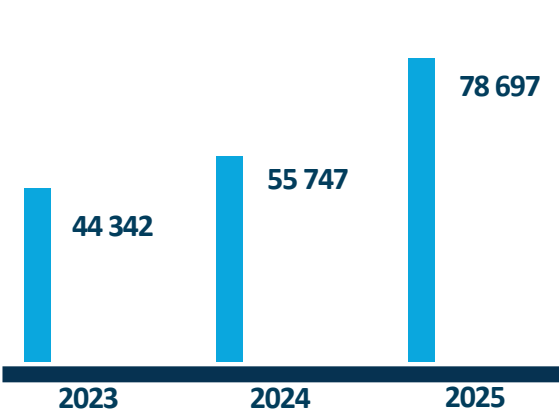
PRODUTO BANCÁRIO



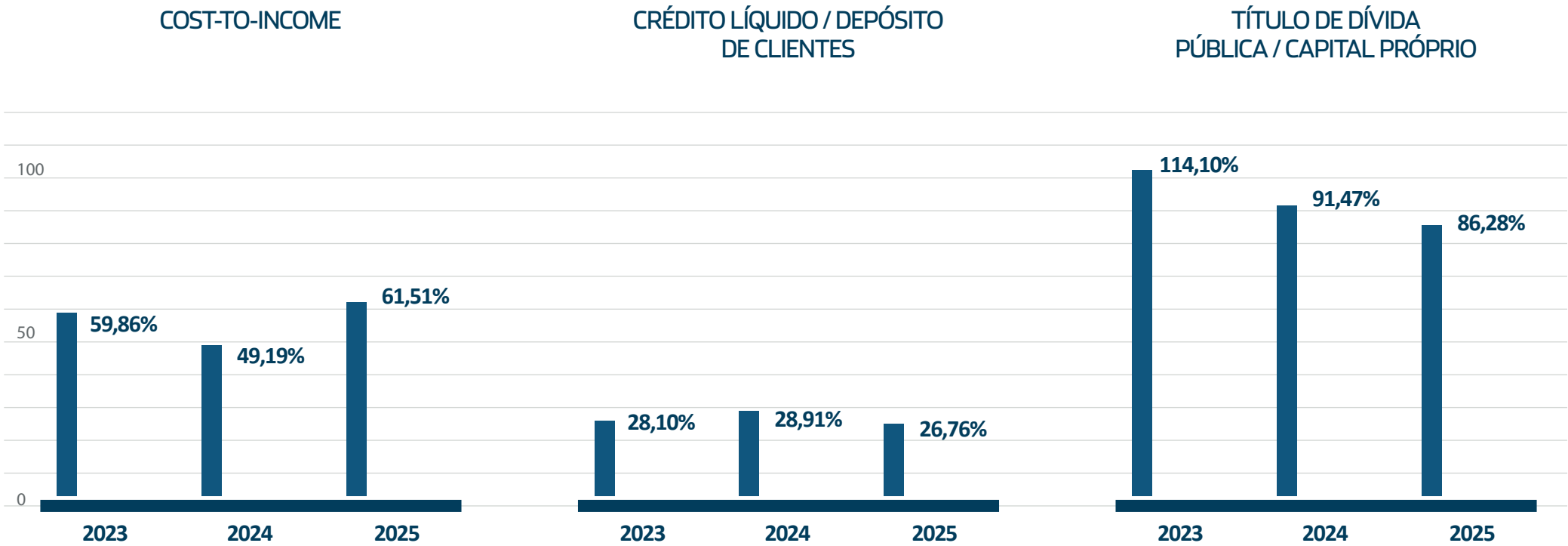
CUSTO DE ESTRUTURA



RESULTADO LÍQUIDO



SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE



A large, stylized graphic on the right side of the page. It features a large, light blue circle with a white outline. Inside this circle, the number '02' is written in a bold, blue, sans-serif font. To the left of the circle, there is a small, solid blue circle. The background of the entire page is white, with abstract blue shapes and curves on the right side, suggesting a modern, corporate design.

02

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE DA COMISSÃO
EXECUTIVA**

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2025 foi marcado, a nível internacional, por um enquadramento global ainda desafiante, com crescimento económico moderado e desigual entre regiões. As principais economias mundiais enfrentaram uma desaceleração, enquanto alguns mercados emergentes mostraram maior resiliência. A inflação continuou a recuar, permitindo uma normalização gradual das políticas monetárias, embora ainda com cautelas.

O ambiente geopolítico manteve-se tenso, com conflitos prolongados e rivalidades estratégicas a influenciar as cadeias de abastecimento e os preços da energia. A fragmentação do comércio global tornou-se mais evidente, e o clima beligerante em termos comerciais conduziu ao reforço de novos blocos económicos e de tendências protecionistas.

A tecnologia, em especial a inteligência artificial, afirmou-se como motor de transformação económica e de ganhos de produtividade, atraindo crescentes fluxos financeiros e crescentes necessidades de consumo energético.

A nível interno, assistiu-se a um agravamento da crise energética, o que condicionou fortemente a atividade económica e a qualidade de vida dos cidadãos. O país continuou a registar uma baixa capacidade de atração de investimento direto estrangeiro, bem como uma fraca capacidade para fomentar o investimento público e privado. O desequilíbrio fiscal estrutural decorrente de um nível de arrecadação de receitas fiscais insuficiente para cobrir integralmente as despesas correntes e de investimento, foi uma vez mais desafiante, obrigando

do o Governo a recorrer a endividamento junto do setor bancário interno.

Não obstante as dificuldades financeiras do Estado, o PIB poderá registar um crescimento, sustentado essencialmente pela exportação de cacau, que beneficiou do aumento do preço no mercado internacional. As reservas internacionais do Banco Central de São Tomé e Príncipe registaram sinais de melhoria, não só pelo aumento do valor do cacau exportado, mas também, e principalmente, pela alteração da política cambial imposta pela NAP 06/2024, que entrou em vigor no final de 2024, obrigando os bancos comerciais a remeterem ao Banco Central 25% das divisas recebidas do exterior. Esta alteração de política cambial teve como consequência a redução das divisas disponíveis nos bancos comerciais, gerando maior dificuldade destes em atender à procura pelas empresas de divisas para importação de bens e serviços do exterior.

Os desafios colocados pelo contexto económico e as mudanças regulatórias com impacto no setor financeiro foram assim significativas no ano de 2025, afetando negativamente tanto o custo operacional como as receitas do Banco. A crise energética, obrigando a um aumento de consumo de combustível e constituição de stocks, o aumento da fatura de energia, e aumento de gastos com serviços informáticos e melhoria do sistema de controlo interno, contribuíram para um aumento do custo de funcionamento do Banco. E do lado das receitas, a escassez de divisas provocou uma diminuição de receitas provenientes de um dos serviços relevantes na estrutura de receitas do banco.

Assim, não obstante os choques internos e externos que afetaram a atividade do Banco em 2025, o BISTP continuou o seu ambicioso plano de investimentos, reforçando a sua capacidade de apoiar e acompanhar as famílias, empresas e instituições nas suas necessidades de crédito e serviços financeiros.

Em março inaugurámos a agência da Cidade de Neves, distrito de Lembá, sendo a única agência bancária existente neste distrito, e lançámos as bases para a próxima expansão, desta vez a sul, reforçando o nosso compromisso com a presença, proximidade e inclusão financeira, na nossa missão de expansão do serviço financeiro para o benefício de todos, contribuindo para um desenvolvimento mais inclusivo do país.

Não esquecemos que o futuro é digital, mas temos a perfeita noção que grande parte dos nossos clientes ainda prefere e precisa de proximidade e do contacto humano. Para os nossos clientes mais familiarizados com o digital e que preferem a facilidade e o acesso remoto aos nossos produtos e serviços, temos os nossos canais digitais (Internet e Mobile Banking) e estamos a preparar a atualização destes, com novas funcionalidades, conscientes que o país evolui a diferentes velocidades, mas que o BISTP é incontornável como Banco de todos. O ano de 2025 foi assim um ano cheio de desafios internos e externos, que o Banco soube superar, reforçando a sua posição no setor financeiro. E não esquecemos a grande responsabilidade que essa posição nos coloca em termos sociais. Por isso, reforçámos a nossa intervenção em 2025 em termos de responsabilidade social, a qual sempre encarámos com elevado sentido institucional, apoiando grupos e associações sociais, culturais, desportivas ou artísticas. Mas em 2025 fomos mais longe e foi possível contribuímos para a melhoria das condições de atendimento e conforto das parturientes da maternidade do Hospital Dr. Ayres de Menezes.

Por tudo isto, podemos afirmar com satisfação que o BISTP, apesar das adversi-

dades e inúmeros desafios vividos em 2025, continua a cumprir a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, gerando valor de forma sustentável e duradoura para a sociedade.

Os resultados alcançados e o facto de sabermos que saímos de 2025 com uma posição financeira mais sólida, apoiada na melhoria dos níveis de rentabilidade, na consistência do balanço e do capital, bem como em ativos de elevada qualidade, não significa que estejamos isentos de desafios. O maior deles é continuar o processo de transformação digital e comercial, aumentar a centralidade no cliente, de forma a continuarmos a melhorar e a consolidar a relação de confiança e satisfação com os nossos clientes. É esse equilíbrio que nos deverá permitir melhorar a experiência do cliente, reduzir custos e reforçar a nossa capacidade de adaptação.

Com uma equipa de profissionais muito experiente e dedicada, e contando com o apoio institucional dos acionistas, será possível enfrentar os diferentes desafios e continuar o processo de transformação do BISTP para melhor servir e valorizar cada vez mais os clientes e gerar mais valor para todos os stakeholders.



03

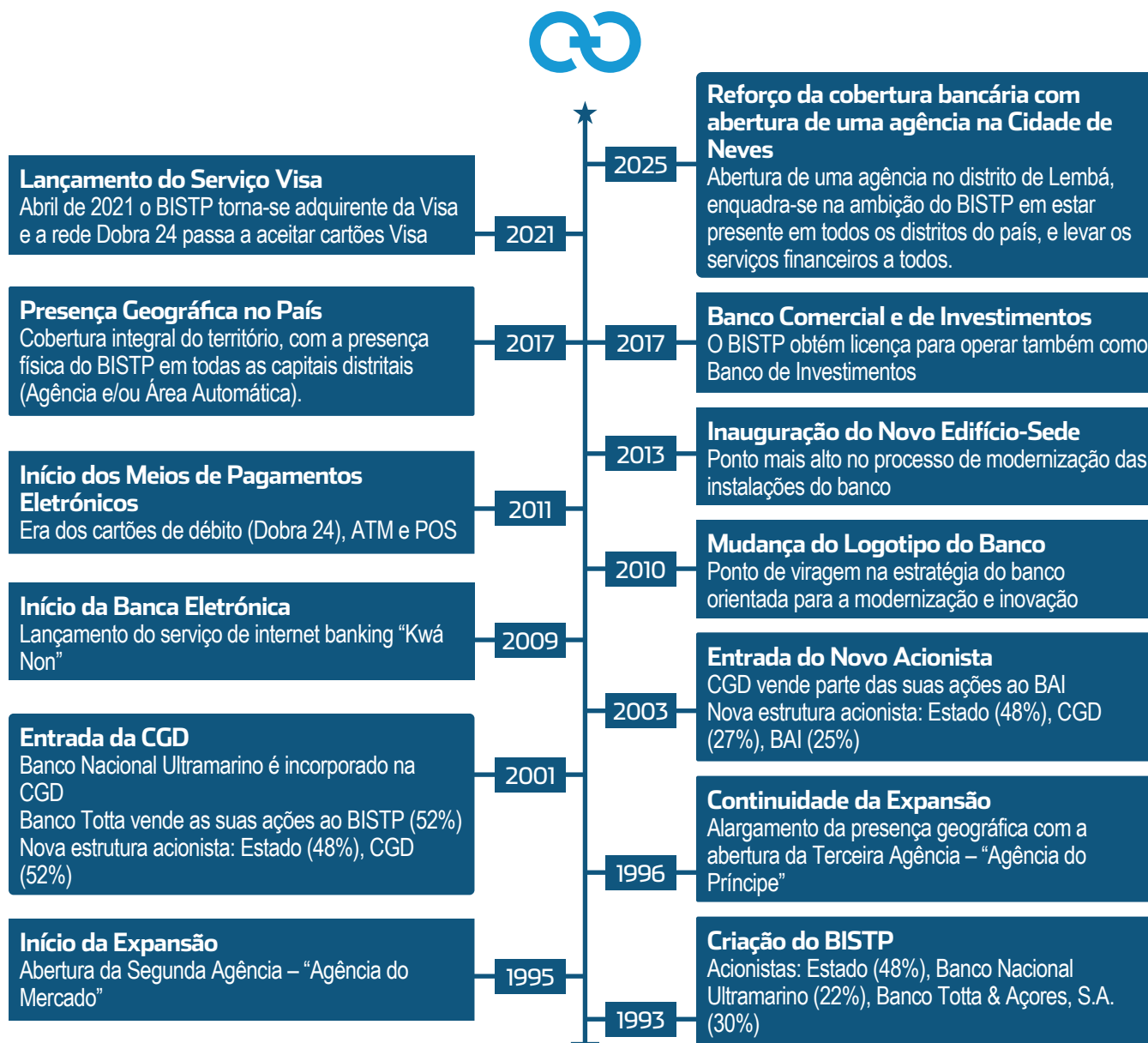
**PRINCIPAIS
REFERÊNCIAS DO BISTP**

3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DO BISTP

3.1 VISÃO, MISSÃO E VALORES

O BISTP é o primeiro Banco comercial no mercado nacional, que se tornou em 2017 num banco misto (Banco Comercial e de Investimento). A história do BISTP confunde-se com a história moderna do sistema financeiro de São Tomé e Príncipe. O BISTP mantém-se como um pilar fundamental no sistema financeiro nacional, e tem renovado a cada novo ano o seu compromisso de continuar a ser a referência no sistema financeiro em termos de solidez, transparência, integridade, profissionalismo, inovação, inclusão, conduzido pela sua Missão e Valores.

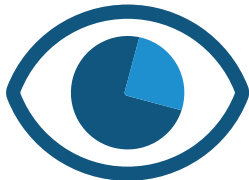
Mais de 30 anos participando na construção de um sistema financeiro sólido, inovador e mais inclusivo, levando os serviços financeiros a todos.





MISSÃO

Contribuir de modo imperativo para o desenvolvimento econômico e social nacional, levando os serviços financeiros cada vez mais próximo da população.



VISÃO

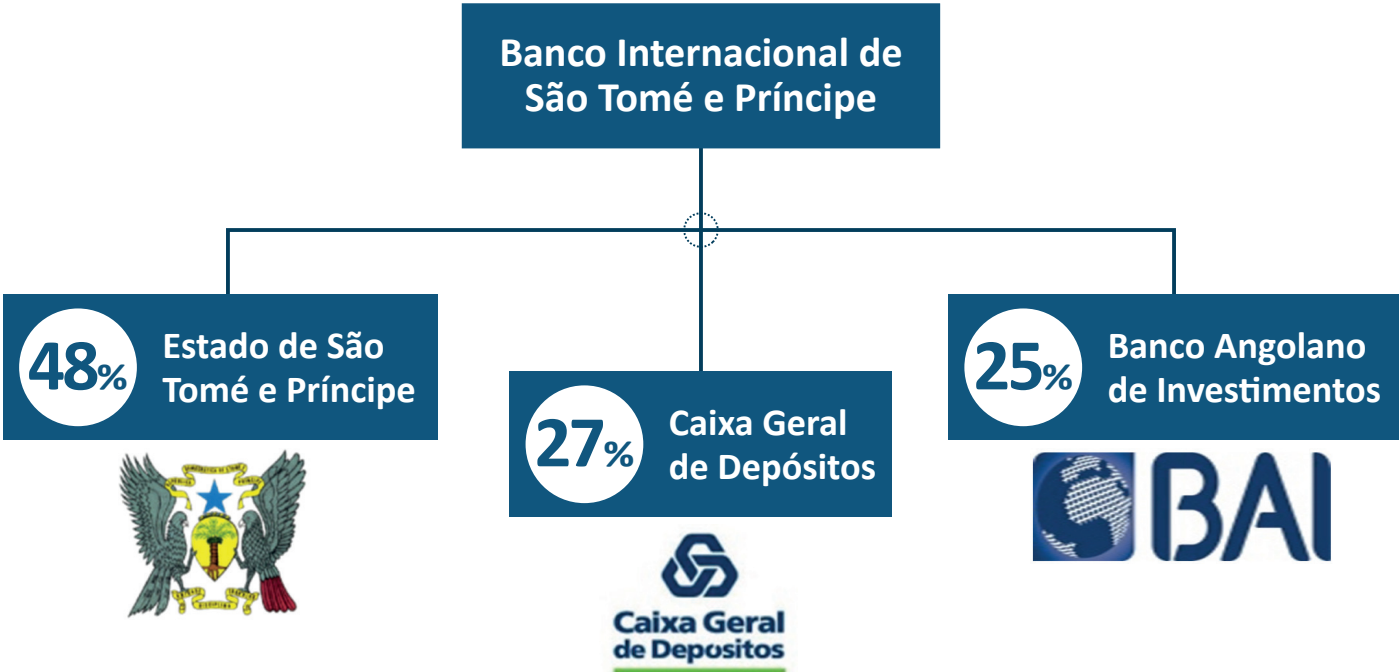
O BISTP almeja ser um modelo de solidez financeira, rigor, transparência, eficiência operacional e responsabilidade social no mercado nacional. Ser deste modo, o melhor banco misto, que constrói e consolida relações de confiança e lealdade com colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade.

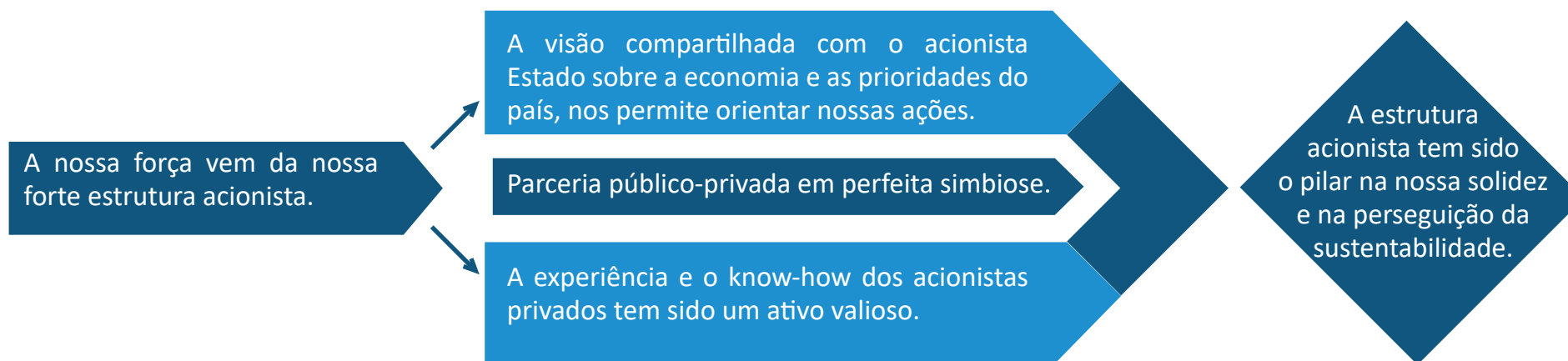


VALORES

Ética	Integridade
Competência e Excelência	Responsabilidade organizacional, social e ambiental

3.2 ESTRUTURA ACIONISTA





3.3 ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Nuno Ricardo dos Santos Jorge da Pena - Presidente
Danilo Guadalupe Pereira de Lima - Secretário
Ebb Rosa Conde Lopes Col soul - Secretária

Conselho de Administração:

Orlando da Mata - Presidente
Francisco José Pinguínha da Piedade - Vogal
Afonso da Graça Varela da Silva – Vogal
Lucamba Magalhães - Vogal
Vasco António de Almeida Alves Ribeiro- Vogal
Zembo Rafael da Silva Rebelo e Macedo - Vogal

Comissão Executiva:

Francisco José Pinguínha Piedade - Presidente
Afonso da Graça Varela da Silva - Administrador Executivo
Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

Conselho Fiscal:

João Miguel Pacheco de Sales Luis - Presidente
João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - Vogal
Arlindo Ramos -Vogal

3.4 MARCOS DA ATIVIDADE

Fevereiro 2025

- Patrocínio ao **Desfile de trajes tradicionais e moda feminina para Celebração do Dia Internacional das Mulheres** da conceituada estilista são-tomense **Antonieta Almeida**.
- Patrocínio à Prof. Dra. **CRISTINA AMADO FRANCA E ALMEIDA CASTELO DAVID**, doutorada em Língua portuguesa, para a publicação da sua tese intitulada “**A Língua Portuguesa e as Línguas de Contacto – O impacto da Política Linguística em São Tomé e Príncipe**”.

Março 2025

- Dia 3, **32º Aniversário do BISTP**, com confraternização e distribuição de Brindes aos Clientes em todas as Agências.
- Dia 3, **Inauguração da Agência de Neves** e Descerramento da Placa Inaugural feita pelo Ministro de Estado, da Economia e Finanças – Dr. Gareth Guadalupe
- **EXPO-JAPÃO** - Patrocínio para a participação da delegação de São Tomé e Príncipe na EXPO 2025.
- Estabelecido acordo com a ONG MOVE para Patrocínio, como Silver Sponsor, da **27ª** (em junho) e **28ª** (em dezembro) **Edições da Feira do Empreendedor MOVE** em que o BISTP participou em mesas redondas de debate, procurando motivar os participantes e esclarecer os presentes.

Abril 2025

- Patrocínio ao projeto **MEDICINA MAIS PERTO** – é uma iniciativa de voluntariado internacional promovida pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (AEFML). O principal objetivo do projeto

é prestar apoio médico-social às populações mais vulneráveis, que este ano esteve em São Tomé e Príncipe.

- Patrocínio aos **JOGOS ESCOLARES**, através do **Gabinete do Coordenador de Desporto Escolar** do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR, apoiando a **deslocação e participação dos alunos da RAP e a logística do evento**.

Junho 2025

- Dia 1, Patrocínio à **Delegação de Educação do Distrito de Caué** para a **Celebração do dia 1º Junho – Dia Mundial das Crianças**, para aquisição de lanches para realização das festividades deste dia especial para as crianças de todas as escolas básicas e jardins de infância do Distrito.
- Apoio ao **SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS** de São Tomé e Príncipe, em parceria com a Caixa Geral de Depósitos e o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa no fornecimento de fardamento e equipamento informático.
- Apoio à **EMBAIXADA DE CABO-VERDE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE** para comemoração do **50º Aniversário da independência de Cabo Verde** junto das roças e dependências onde residem comunidades de cabo-verdianos e seus descendentes, nos 7 distritos do país.

Julho

- Apoio ao **MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS** para a realização das **festividades dos 50 anos de Independência de São Tomé e Príncipe**, no dia 12 de Julho.
- Patrocínio à realização do **IIIº FORUM DOS ECONOMISTAS DE STP** cujo lema foi motivado pela comemoração dos 50 anos de Independência de São Tomé e Príncipe, “50 Anos de Políticas Públicas e Avaliação do Impacto,

Constrangimentos, Desafios e Perspectivas”.

- Patrocínio à realização da **2ª Edição do SÃO TOMÉ FILM LAB** com o objetivo de capacitar novos talentos da indústria cinematográfica e audiovisual dos países da CPLP, promovendo documentários e curtas-metragens de ficção.

Agosto

- Dia 27, apoio ao **COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL** para celebração do 50º Aniversário da Institucionalização desta Instituição.

Setembro

- Patrocínio ao conceituado escritor são-tomense **Dr. ALBERTINO HOMEM DOS SANTOS SEQUEIRA BRAGANÇA**, para a publicação do seu último trabalho literário intitulado “PROVÉRBIOS SANTOMENSES (Véssu)”

Dezembro

- Dia 07, Patrocínio a **28ª Edição da Feira do Empreendedor MOVE** em que o BISTP se fez representar com uma banca para divulgar produtos/serviço e teve um momento de **Round table** (que contou com a participação como orador o PCE e AMK), **Entrevistas** aos casos de sucesso, **Workshops** sobre empreendedorismo, **apresentação de Pitch** dos alunos e entrega de **Prémios**.
- Reabilitação da maternidade do Hospital Dr. Ayres de Menezes.

**ENQUADRAMENTO
MACRO-ECONÓMICO E
FINANCEIRO**

04

4. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO

4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

O ano de 2025, foi mais um ano que ficou marcado por aumento de tensões geopolíticas, com o aumento de conflitos armados, guerras comerciais e aumento do protecionismo. Foi ainda um ano em que foi mais visível a corrida ao desenvolvimento da inteligência artificial e uma nova série de fenómenos climáticos extremos em diferentes regiões do mundo.

O aumento generalizado das tarifas norte-americanas e retórica ameaçadora da política externa do EUA desencadeou uma reação do mercado sem precedentes, provocando instabilidade, agravando a incerteza e arrastando com isso os mercados.

A União Europeia elevou os gastos em defesa e países membros como a Alemanha afrouxaram medidas de austeridade fiscal para incentivar a economia.

A China seguiu como um grande polo exportador e atingiu a marca inédita de 1 trilião de dólares de superavit comercial, conseguindo desviar parcialmente os ataques comerciais da administração Trump.

Não obstante o complexo e difícil contexto mundial verificado em 2025, a redução da inflação e uma política monetária menos apertada, que conduziu a redução das taxas de juros, permitiram que a economia global mostrasse alguma resiliência. Os choques não desapareceram, mas o cenário de 2025 revelou que o sistema económico global começou a absorvê-los de forma diferente, mais gradual.

ZONA EURO

De acordo com os dados divulgados por Eurostat (Serviço Estatístico Europeu), baseado em dados de 15 estados-membros, a economia na Zona Euro cresceu 1,5% em 2025, acelerando face aos 0,9% registados no ano anterior.

Apesar da enorme incerteza e tensão económica, dadas as tarifas comerciais impostas pela administração norte-americana, o crescimento da Zona Euro aguentou-se no quarto trimestre e ficou ligeiramente acima do esperado. A aceleração na Alemanha, Espanha e, numa menor extensão, a Itália, compensaram o abrandamento em França.

A Lituânia foi o país que registou um crescimento em cadeia mais acentuado (1,7%), à boleia do forte desempenho das indústrias, comércio, transportes e setores de armazenamento. Seguiu-se a Espanha e Portugal (ambos com 0,8%) mas impulsionados por motores distintos: a Espanha beneficiou do consumo interno robusto e forte boom no turismo, com o PIB a chegar aos 2,8%, enquanto Portugal foi alavancado por uma melhoria na balança comercial com grande contributo da procura interna, controle da inflação e mercado de trabalho robusto, registando um crescimento de 1,9% em 2025.

A Alemanha, a principal economia europeia, registou uma leve recuperação, com o PIB a crescer 0,2%, interrompendo dois anos consecutivos de contração (em 2023 e 2024). Esse crescimento tímido foi impulsionado pelo consumo das famílias e gastos do Estado, já que o setor industrial continuou a enfrentar dificuldades, com desafios estruturais, altos custos de energia e fraco nível de exportações.

A economia francesa cresceu 0,9%, um ritmo modesto e inferior ao de 2024, que foi de 1,1%. Apesar desta desaceleração no quarto trimestre e das incertezas políticas, o resultado superou ligeiramente as expectativas iniciais do governo. O crescimento foi impulsionado pela procura interna, enquanto o comércio externo teve impacto negativo.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas de juros estáveis, após cortes sucessivos anteriores. Já a taxa de inflação homóloga na zona euro encerrou 2025 em 1,9%, revendo em baixa a estimativa anterior de 2,0% e situando-se ligeiramente abaixo da meta de 2% do BCE.

Com o crescimento da economia da Zona Euro de 1,5%, o euro apresentou um comportamento resiliente. A moeda enfrentou volatilidade devido a tensões

comerciais com os EUA, mas valorizou-se contra moedas como o iene, libra e dólar.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A economia dos Estados Unidos da América expandiu no terceiro trimestre, um pouco mais do que o inicialmente previsto, sustentada por exportações mais fortes, em resultado de uma desvalorização da moeda. O PIB ajustado a inflação, cresceu a uma taxa anualizada de 4,4%, a mais rápida em dois anos, segundo dados do Bureau of Economic Analysis (BEA).

O relatório mostrou um dos períodos consecutivos mais fortes de crescimento desde 2021, quando a economia ainda se recuperava da pandemia. As empresas reduziram o ritmo das importações de bens após uma corrida no início do ano para antecipar as tarifas abrangentes impostas pelo presidente Donald Trump. Os gastos de consumidores e empresas também se mantiveram robustos, apesar das políticas comerciais.

Num contexto de crescimento sólido, juntamente com um mercado de trabalho mais estável e uma inflação que permanece acima da meta do Federal Reserve (Fed), espera-se que este, como responsável pela política monetária, mantenham as taxas de juros inalteradas.

Os gastos do consumidor, principal motor de crescimento da economia norte-americana, avançaram a um ritmo anualizado de 3,5% no último trimestre, refletindo o crescimento mais rápido das despesas com serviços em três anos. Quanto aos gastos com bens, também aceleraram em relação ao trimestre anterior.

O investimento empresarial cresceu a uma taxa de 3,2% impulsionado por gastos contínuos com equipamentos tecnológicos. O investimento em data centers, que abrigam infraestruturas para inteligência artificial, atingiu um novo recorde, evidenciando uma forte aposta das empresas no desenvolvimento desta tecnologia.

PAÍSES EMERGENTES

BRASIL

A economia brasileira em 2025 mostrou resiliência com um crescimento estimado em torno de 2,5%, impulsionado pelo setor dos serviços e do agronegócio. O país manteve uma trajetória superando a média da América Latina. Apesar de um aumento menor em comparação com os 3,4% de 2024, este crescimento do PIB é ligeiramente superior ao inicialmente projetado, de 2,02%. A inflação foi de 4,3%, ficando dentro da meta. No entanto, para controlar a inflação, o Banco Central manteve a taxa de juro alta, chegando aos 15% em junho, o que encareceu o crédito.

O desemprego atingiu mínimos históricos, atingindo 5,2% no terceiro trimestre, a menor desde 2012, mostrando a que o mercado de trabalho apresentou uma dinâmica positiva por conta de um ganho de produtividade económica e questões demográficas.

CHINA

A economia da China cresceu a um ritmo anual de 5% em 2025, sustentada pelas exportações fortes, apesar das tarifas impostas pelo presidente dos EUA.

No entanto, o governo chinês informou que o crescimento desacelerou para 4,5% no último trimestre, crescimento esse mais lento desde o fim de 2022, durante a pandemia de Covid-19.

Exportações fortes ajudaram a compensar o consumo fraco das famílias e o investimento das empresas, contribuindo para um superavit comercial record de 1,2 triliões de dólares.

A fraqueza na procura interna segue como um dos principais desafios. O consumo e os investimentos perderam força, pressionados pela prolongada crise no setor imobiliário e por um ambiente de baixa confiança. Em 2025, o investimento em ativos fixos recuou 3,8%, a primeira queda anual desde início da série histórica, em 1996. Para sustentar o crescimento, o Banco Central da China iniciou cortes direcionados nas taxas de juros e sinalizou a possibilidade de novas reduções nas exigências de reservas bancárias.

ÍNDIA

A quinta maior economia do mundo (economia da Índia), cresceu a um ritmo acelerado. Segundo os dados do governo indiano, a economia cresceu a um ritmo mais rápido do que o esperado, de 8,2% no terceiro trimestre, contra uma previsão de 7,3% e um aumento 7,8% no trimestre anterior. O governo reduziu os impostos sobre centenas de itens e implementou reformas na legislação laboral nos últimos meses, numa tentativa de manter a economia interna forte diante das incertezas globais.

ÁFRICA DO SUL

A economia da África do Sul demonstrou uma recuperação moderada e segundo os dados do FMI, cresceu cerca de 1,1% superando expectativas iniciais. Após um início cauteloso, a economia foi recuperando devido a reformas estruturais e pelo bom desempenho do setor do turismo, que foi um destaque, batendo o record com mais de 10 milhões de visitantes impulsionado pela melhoria da conectividade aérea.

A inflação ao consumidor manteve-se baixa e contida, fechando o ano com uma média de 3,2%, a menor em duas décadas. Isso permitiu ao Banco de Reserva da África do Sul iniciar um ciclo de cortes de taxas de juros, que estavam em 7% em setembro, para incentivar a economia.

Apesar da melhoria, o crescimento foi considerado modesto e abaixo de outras economias africanas, enfrentando ventos contrários no setor de exportações e necessidades de melhorias em infraestruturas. O país assumiu a presidência do G20, ficando em investimentos em energia e minerais críticos.

ÁFRICA SUBSAARIANA

A economia da África Subsaariana em 2025 demonstrou resiliência e aceleração, com o FMI a prever um crescimento de 4,1% no PIB regional, superando a média global de 3,3% em 2025. Esta melhoria é atribuída, principalmente, à redução da inflação e ao aumento dos preços das matérias-primas, nomeadamente o ouro, mas a instituição financeira alerta que a média esconde realidades muito diferentes nos países, com metade a acelerar o crescimento e outra metade a abrandar a expansão económica.

Lideraram a expansão económicas países com forte investimento em infraestruturas e reformas, como a Etiópia, Costa do Marfim e Ruanda, com taxas acima dos 6%. O crescimento do rendimento per capita permaneceu baixo (em média 2% ao ano), insuficiente para reduzir significativamente a pobreza extrema ou motivar o rápido crescimento da força de trabalho

Entre as principais preocupações na região estão os conflitos armados, eventos climáticos adversos (comos secas e inundações), que agravaram a insegurança alimentar, agravaram a dívida e os persistentes elevados níveis de pobreza.

Previsões apontaram para o crescimento na Guiné-Bissau (5%), Cabo Verde (4,9%), Moçambique (4%), São Tomé e Príncipe (3,3%) e Angola com uma revisão de 2,9%, com inflação muito persistente.

O ano de 2025 consolidou a África Subsaariana como uma região de crescimento resiliente, mas com a necessidade premente de transformar essa expansão em empregos produtivos e melhoria na qualidade de vida.

PERSPETIVAS PARA 2026

A economia em 2026 deverá registar um crescimento global moderado, condicionado por políticas protecionistas, pela inflação, pelos conflitos armados e geopolíticos, e pelas tensões comerciais entre os principais blocos económicos. O cenário continuará, sem dúvida, a pautar-se por uma elevada volatilidade.

Múltiplos fatores estruturais continuam a pressionar o ambiente macroeconómico: condições de financiamento mais restritivas, deterioração da confiança empresarial e um contexto geopolítico marcado por conflitos

persistentes. Assim sendo, o cenário deverá manter-se vulnerável, com riscos cumulativos que podem limitar o investimento produtivo e adiar uma recuperação sustentada do crescimento internacional.

De acordo com o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o FMI, o crescimento económico global manter-se-á abaixo do potencial. Trata-se, acima de tudo, de um reflexo do impacto acumulado das novas barreiras comerciais e de condições financeiras mais limitadas.

O FMI aponta para um crescimento global de 3,3% em 2026, ficando abaixo da média histórica de 3,7% registada entre 2000 e 2019. As projeções indicam também uma forte desaceleração do volume do comércio mundial, que deverá passar de crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026. Os especialistas explicam que estas dinâmicas refletem padrões de antecipação de compras e ajustamentos dos fluxos comerciais às novas políticas comerciais a nível mundial. A médio prazo, espera-se que os pacotes orçamentais expansionistas nas economias com excedentes na balança corrente contribuam para a redução de desequilíbrios globais.

A Zona Euro deverá manter um crescimento modesto, mas relativamente estável, alicerçado num mercado de trabalho resiliente, em políticas de investimento público orientadas para a transição digital e energética. É esperada uma expansão de 1,3% suportado pelo dinamismo dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e por condições de financiamento ainda favoráveis. No que concerne aos preços, a inflação deverá recuar para níveis próximos da meta do Banco Central Europeu, situando-se em torno dos 2%. Entre os países que mais se destacam, surge a Espanha como o mercado com

melhor desempenho, estimando um crescimento de 2,3%, beneficiando do forte contributo do turismo e da procura interna. Portugal, Itália e Grécia acompanham esta trajetória, também suportados pelo peso do setor dos serviços nas respetivas economias.

Os EUA continuarão a desempenhar um papel central na economia em 2026, não só pelo seu mercado interno, mas também pelo impacto decisivo das políticas tarifárias na configuração das cadeiras de valor internacionais. O FMI projeta que o crescimento do PIB desta potência seja de 2,4% para o ano de 2026. Ainda que a robustez do setor tecnológico e o investimento em inteligência artificial mantenham um contributo positivo, estes fatores não deverão compensar integralmente o efeito contracionista das novas barreiras comerciais e das restrições à imigração.

Na China, o FMI prevê um crescimento de 4,5%. A evolução de tarifas tem feito oscilar as previsões referentes a esta economia, ainda que a antecipação de fluxos do comércio internacional e um consumo interno relativamente robusto, apoiado pela expansão orçamental, tenha compensado os ventos contrários decorrentes da maior incerteza.

As perspetivas económicas para os mercados emergentes em 2026 indicam um crescimento estável projetado em torno de 4,2%, apoiado por políticas monetárias mais flexíveis, inflação em desaceleração e fluxo de capital estrangeiro. Neste bloco económico destaca-se a Índia, com previsões de crescimento de 6,4%, apoiado por uma procura interna robusta e por políticas macroeconómicas favoráveis e no reforço da cooperação entre este país e os EUA em setores estratégicos como semicondutores, cibersegurança, minerais críticos e indústria da defesa

Para a África Subsaariana é apontado um crescimento resiliente, face a um ambiente externo adverso, marcado por uma evolução heterogénea dos preços das matérias-primas, condições de financiamento ainda restritivas e uma deterioração do panorama global do comércio e ajuda internacional. O crescimento económico da África Subsaariana deverá manter-se estável nos 4,6%, apoiado pela estabilização macroeconómica e por esforços de reformas em economias importantes. No entanto, essa resiliência não pode ser dada como garantida, pois na maioria dos países da região coexistem vulnerabilidades monetárias, financeiras, externas e orçamentais, persistindo a incerteza e os riscos, que continuam enviesados em sentido descendente.

World Economic Outlook Growth Projections			
	ESTIMATE	PROJECTIONS	
(Real GDP, annual percent change)	2025	2026	2027
World Output	3.3	3.3	3.2
Advanced Economies	1.7	1.8	1.7
United States	2.1	2.4	2.0
Euro Area	1.4	1.3	1.4
Germany	0.2	1.1	1.5
France	0.8	1.0	1.2
Italy	0.5	0.7	0.7
Spain	2.9	2.3	1.9
Japan	1.1	0.7	0.6
United Kingdom	1.4	1.3	1.5
Canada	1.6	1.6	1.9
Other Advanced Economies	1.8	2.0	2.1
Emerging Market and Developing Economies	4.4	4.2	4.1
Emerging and Developing Asia	5.4	5.0	4.8
China	5.0	4.5	4.0
India	7.3	6.4	6.4
Emerging and Developing Europe	2.0	2.3	2.4
Russia	0.6	0.8	1.0
Latin America and the Caribbean	2.4	2.2	2.7
Brazil	2.5	1.6	2.3
Mexico	0.6	1.5	2.1
Middle East and Central Asia	3.7	3.9	4.0
Saudi Arabia	4.3	4.5	3.6
Sub-Saharan Africa	4.4	4.6	4.6
Nigeria	4.2	4.4	4.1
South Africa	1.3	1.4	1.5
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.3	4.1	4.1
Low-Income Developing Countries	4.6	5.1	5.1

Source: IMF, World Economic Outlook Update, January 2026

Note: For India, data and projections are presented on a fiscal year (FY) basis, with FY 2025/26 (starting in April 2025) shown in the 2025 column. India's growth projections are 6.3 percent for 2026 and 6.5 percent for 2027 based on calendar year.

4.2 CONTEXTO NACIONAL

Em São Tomé e Príncipe, o ano de 2025 foi um ano marcado pelo 50º aniversário da independência, celebrado a 12 de julho, com eventos que projetaram o país. O tema “50 anos de Independência, Identidade e Futuro” dominou a agenda nacional, culminando em cerimónias oficiais que reforçaram a identidade nacional e a união lusófona.

Mas 2025 também foi marcado pela elevada incerteza relativamente aos riscos sobre a economia, impulsionados por fatores como as tensões geopolíticas internacionais, baixo níveis de reservas internacionais, uma inflação que se mantém acima de dois dígitos, um persistente défice orçamental, insuficiente mobilização de ajudas externas e crise energética. Mais uma vez, o país enfrentou desafios significativos para preservar a estabilidade macrofinanceira.

Segundo o balanço económico do ano 2025, feito pelo governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, o crescimento económico manteve-se modesto, estimando-se que para este ano o crescimento real do PIB seja de 2,1%, superior ao que foi registado em 2024, mas ainda aquém das expectativas formuladas no início de 2025. Este desempenho superior ao do ano anterior, refletindo sobretudo a retoma do turismo e maior dinamismo no setor exportador, nomeadamente do cacau, que tem beneficiado com o aumento do preço no mercado internacional e com os investimentos no aumento da capacidade produtiva.

O preço de cacau atingiu os níveis mais elevados das últimas duas décadas, o que beneficiou países exportadores como São Tomé e Príncipe. O facto de São

Tomé e Príncipe ter se tornado, em 2025, o primeiro país do mundo a ter todo o seu território classificado como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO poderá trazer benefícios cruciais e ser um catalisador de um turismo mais sustentável e de maior valor acrescentado.

No entanto, o crescimento mante-se aquém do necessário para absorver vulnerabilidades estruturais persistentes como a dependência de importações alimentares, a baixa produtividade e a fragilidade da balança externa.

A inflação, que nos anos anteriores havia atingido patamares historicamente elevados, registou uma desaceleração, mas continua acima de dois dígitos, tendo-se fixado em 10,5% para 2025. Embora este movimento represente um avanço importante no processo de estabilização de preços, a inflação doméstica permanece vulnerável a choques de oferta, especialmente nos produtos alimentares, cuja produção enfrenta constrangimentos estruturais.

Apesar de algumas melhorias pontuais, o país encerra mais um ano com as reservas internacionais líquidas (RIL) aquém do limiar considerado seguro, refletindo o impacto prolongado dos choques energéticos globais e a elevada dependência de bens importados.

As perspetivas para 2026, apontam para uma recuperação económica, com o PIB a crescer em torno de 3,9% impulsionada por reformas estruturais, aumento da produção interna e investimento no setor da energia. A resolução do défice energético, com aumento de produção baseada em fontes renováveis, e a estabilização da rede elétrica continua a ser crítica no processo de estabilização macroeconómica do país e redução do défice da balança de pagamentos. Será também um ano de eleições (presidenciais e legislativas) e

espera-se a continuação das reformas nos setores da justiça e segurança.

POLÍTICA

Em janeiro de 2025, o Presidente da República demitiu o Governo chefiado pelo Primeiro-ministro Patrice Emery Trovoadá e convidou o partido mais votado nas últimas eleições, a Aliança Democrática Independente (ADI), a indicar outra figura para formar o novo executivo. Carlos Vila Nova fundamentou a decisão tendo em atenção o contexto interno de São Tomé e Príncipe, caracterizado por inúmeros desafios, particularmente os económicos e financeiros, assim como a sua repercussão social. Na avaliação do Presidente, a atuação do Governo tinha sido marcada por uma incapacidade em aportar soluções atendíveis e compatíveis com o grau de exigências dos problemas existentes.

Américo d'Oliveira Ramos, ex-secretário do ADI, antigo ministro das finanças e na altura governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, acabou por ser nomeado por decreto presidencial como Primeiro-ministro e chefe do XIX Governo Constitucional. O novo governo, composto por 10 ministros, destacou-se pela redução de pastas, procurando um equilíbrio entre continuidade e renovação. Américo Ramos comprometeu-se a governar, focado no bem-estar da população, priorizando a saúde e a educação.

A Assembleia Nacional, aprovou na generalidade o Orçamento Geral do Estado, no valor de 265 milhões de euros para o ano de 2025. Américo Ramos sublinhou que do total do orçamento, 104 milhões de euros serão investidos diretamente no desenvolvimento do país, reforçando setores fundamentais como a saúde, educação, agricultura, infraestruturas, ambiente, turismo e

justiça.

SOCIEDADE

A maioria da população trabalha em setores de baixa produtividade, como a agricultura e o comércio a retalho em pequena escala. O setor público é o maior empregador e o setor privado não é capaz de gerar empregos suficientes para o número crescente de jovens que entram para o mercado de trabalho todos os anos. Por esse motivo, cerca de metade dos jovens em idade profissional, sem perspectivas, acaba por emigrar, levando a que mais de 18% de população viva no estrangeiro.

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

A grave crise energética que o país sofreu a partir da segunda metade do ano, depois do encerramento da produção elétrica por parte da empresa de capitais turcos Tesla, condicionou substancialmente a atividade económica em 2025. O Governo recorreu à aquisição de novos geradores, o que irá manter dependência de gásóleo para a produção de energia elétrica no curto prazo. Os diferentes projetos de transição energética, que deverão permitir a redução da necessidade de produção de energia através de combustíveis fósseis, poderão levar ainda algum tempo para serem materializados, por isso a curto e médio prazo a necessidade de importação de gásóleo vai manter-se, assim como a pressão sobre as reservas internacionais do país.

Dados preliminares indicam que as exportações tiveram um desempenho sólido no primeiro semestre de 2025. As exportações de cacau, em particular,

beneficiaram tanto do aumento da produção como dos preços favoráveis. O turismo também se fortaleceu, com um aumento do número de visitantes e dos gastos por visitante. Estes desenvolvimentos deverão ajudar a limitar o défice da balança corrente projetada para 2025, após a melhoria já observada em 2024.

No final de junho, as reservas internacionais brutas atingiram os 59,1 milhões de dólares (valor nominal, excluindo as reservas dos bancos comerciais), um aumento face aos 38,9 milhões de dólares registados no final de 2024. As reservas internacionais líquidas subiram para 4,3 milhões, uma melhoria significativa em relação aos -20,4 milhões de dólares do final de 2024. O forte aumento das reservas foi impulsionado principalmente pelos desembolsos de apoio orçamental do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento e pelo impacto positivo da regulamentação introduzida pelo Banco Central no final de 2024, exigindo o repatriamento e entrega ao Banco Central de 25% das divisas geradas nas exportações.

Em maio de 2025, o FMI chegou a acordo ao nível técnico com o país sobre a primeira avaliação da Facilidade de Crédito Alargado, num programa de 25 milhões de dólares. O acordo tinha sido aprovado pelo Conselho de Administração do FMI, a 19 de dezembro de 2024.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), disponibilizou 7,5 milhões de dólares para apoiar São Tomé e Príncipe, sobretudo, nos domínios de agricultura, infraestruturas e finanças. Samson Oybode Oyetunde, Diretor Executivo do BAD, explicou que este montante resulta de um esforço conjunto desta instituição financeira e países africanos como a Nigéria, numa lógica de solidariedade regional, numa altura em que os doadores tradicionais do

Ocidente têm retraído os seus apoios.

O Banco Árabe de Desenvolvimento (BADEA), anunciou um pacote financeiro de mais de 8 milhões de dólares para investir nos próximos 5 anos no setor do ecoturismo, infraestruturas e energia renováveis em São Tomé e Príncipe.

O sistema das Nações Unidas disponibilizou este ano o montante de 26 milhões de dólares para apoiar projetos transformadores em São Tomé e Príncipe. Um acréscimo de 5 milhões de dólares em relação ao ano anterior. Pela primeira vez, o Governo e o sistema das Nações Unidas desenvolveram planos de trabalho conjuntos, específicos para cada ministério. A iniciativa visa fortalecer a coordenação, aprimorar a transparência e otimizar os recursos destinados à implementação dos projetos transformadores.

O bloco 4 da Zona Exclusiva Económica, detido pela petrolífera Shell (85%) e pelo estado São-tomense (15%), tem novos parceiros. A Shell decidiu partilhar os seus direitos com a Petrobras e a Galp. Segundo Álvaro Silva, diretor executivo da Agência nacional de Petróleo, a Shell vendeu 27,5% da sua participação para cada uma das empresas petrolíferas, reduzindo a sua participação para 30%. A parte são-tomense não beneficiou do resultado da venda, mas prova o interesse cada vez maior das companhias petrolíferas em procurar petróleo nas águas territoriais são-tomenses.

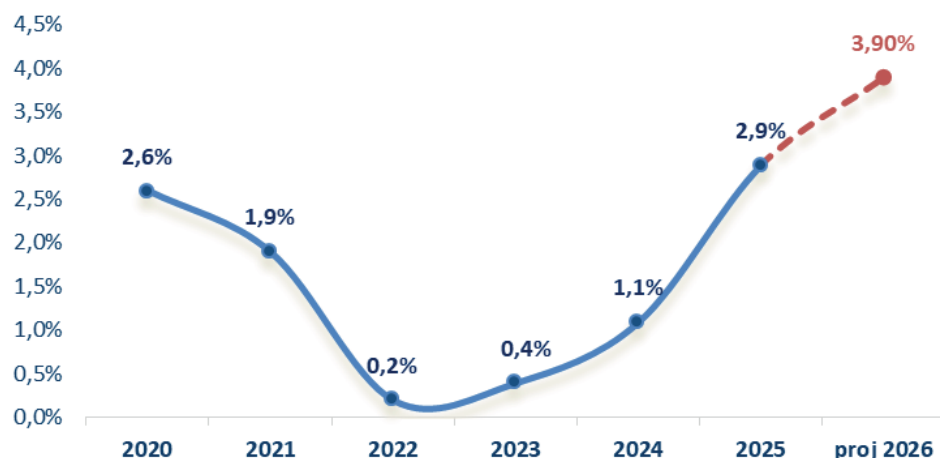
O Governo de São Tomé e Príncipe realizou o Fórum de Investimento “São Tomé e Príncipe 2040” em Bruxelas. O evento focou-se em atrair parcerias internacionais e apresentar oportunidade de investimento nos setores de energias renováveis, turismo, economia azul e agricultura, alinhado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Foi presidido pelo

Primeiro-ministro, Américo Ramos e contou com a presença de outros membros do governo e potenciais parceiros internacionais.

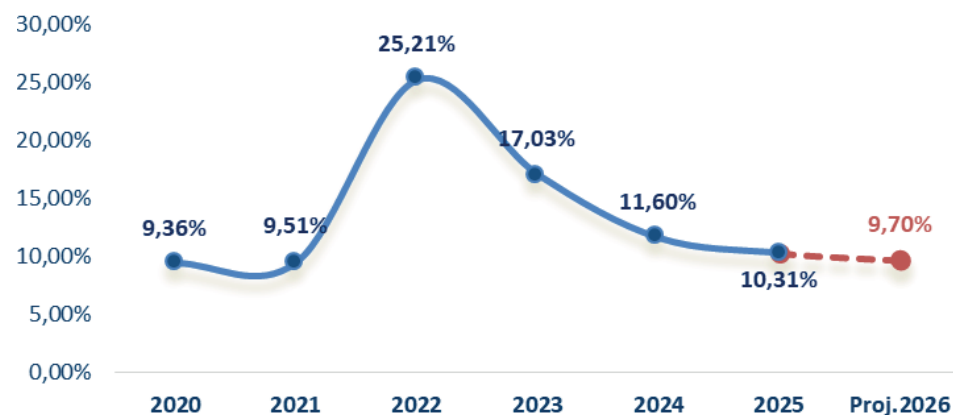
O Governo são-tomense reduziu os preços dos combustíveis, pela 4ª vez consecutiva em 2025, numa medida sustentada pela aquisição de produtos petrolíferos a preços mais competitivos no mercado internacional. A expectativa do executivo é que a descida produza efeitos imediatos nos custos de transporte no arquipélago, um dos setores mais sensíveis à volatilidade energética. No princípio do ano a gasolina era vendida a 37 dobras, o gasóleo a 35 dobras e o petróleo a 21 dobras. Com a nova atualização os preços desceram para 28 dobras, no caso da gasolina, 27 dobras no gasóleo e 18 dobras no petróleo.

A inflação em São Tomé e Príncipe em 2025, mostra sinais de persistência, com a taxa acumulada atingindo 10,31% em dezembro, segundo dados do BCSTP. No entanto, esta taxa representa um decréscimo de 1,3 pontos percentuais em comparação com ano de 2024, que foi de 11,6%. Para esta variação homóloga, contribuíram as seguintes funções: produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (9,3%); vestuário e bebidas alcoólicas (0,3%) e educação e restauração (0,1%). Por sua vez os produtos que menos contribuíram para o índice foram os combustíveis e seus derivados. Para o ano de 2026, a previsão oficial aponta para uma redução para 9,7%. Esta projeção, anunciada pelo governo no contexto do Orçamento Geral de Estado de 2026, indica uma tendência de alívio na pressão sobre os preços, que se tem mantido elevada ao longo dos últimos anos.

Taxa de crescimento do PIB



Evolução da Inflação



Principais indicadores da economia

Tabela 3: Projecção do PIB real (taxa de crescimento anual)

Sectores da Economia	2020	2021	2022*	2023**	2024**	2025**	2026**
PRODUTO INTERNO BRUTO	2,6	1,9	0,1	-0,3	2,9	4,1	3,2
VALOR ACRESCENTADO	1,3	2,6	1,5	-2,3	1,8	3,6	3,1
Sector Agropecuário e Pesca	0,7	-0,3	-13,6	-12,4	-7,8	0,0	0,8
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	10,8	6,5	-11,5	-5,8	-3,0	5,5	4,7
Pescas	-7,0	-6,0	-16,0	-19,2	-14,0	-7,8	-5,3
Actividade Extractivas	10,3	5,7	-0,6	-21,9	0,9	3,7	3,0
Sector das Indústrias	-7,0	-6,4	6,4	6,4	21,2	16,7	8,6
Indústrias Transformadoras	-53,8	-3,0	-0,5	-6,2	64,5	57,3	7,7
Produção e Distribuição de Electricidade, Gas e Água	5,3	-0,6	6,9	31,5	25,9	9,9	13,7
Construção	16,5	-11,9	8,9	-7,4	3,5	3,5	4,7
Sector de Serviços	-6,5	3,3	3,7	-1,7	2,6	3,2	2,9
Comércio	-2,5	24,9	7,4	3,6	-3,0	1,9	0,9
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	-26,4	1,3	16,1	19,4	12,6	7,1	7,7
Transportes, Armazenagem e Comunicações	23,5	-3,4	3,2	4,0	6,8	5,6	2,3
Actividades Financeiras	-26,2	-10,7	2,1	-13,3	0,9	1,5	1,4
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestad	-26,4	1,3	16,1	-11,0	2,2	0,2	0,8
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obi	6,1	0,6	-15,5	-12,9	0,5	2,8	4,1
Educação	24,1	6,3	7,3	16,3	4,5	6,1	5,6
Saúde e Acção Social	-1,4	7,8	5,1	2,6	4,2	8,3	8,4
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pe	2,0	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	2,1
SIFIM	-62,4	-8,0	-10,8	-19,6	15,2	0,8	0,2
Impostos sobre Produtos	17,3	-5,8	-16,3	22,0	40,3	9,9	9,2
Direitos de Importacao	17,3	-5,8	-16,3	31,2	6,0	8,9	0,4

Fonte: * INE e ** Projecção da UMF

Perspetivas macroeconómicas segundo o FMI (PIB, Inflação e Reservas Internacionais)

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
			Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
PIB a preços constantes (%)	1,9	0,2	0,4	0,9	3,1	4,8	4,1	3,5	3,5
Preços no consumidor (%)	9,5	25,2	17,1	10,9	6,9	5	5	5	5
Reservas Internacionais em meses de importações de bens e serviços	2,9	2,7	1,7	2	2,9	2,9	3,1	3,1	3,1

MERCADO MONETÁRIO

O Governo são-tomense nomeou no final de 2025 Agostinho Fernandes para o cargo de Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Agostinho Fernandes assumiu o cargo deixado em janeiro pelo atual Primeiro-ministro, Américo Ramos.

Já este ano, o Comité de Política Monetária do Banco Central (CPM) informou que a inflação se situou nos 10,3% em 2025, face a 11,6% em 2024, o que corresponde a uma desinflação de 1,3 pontos percentuais, confirmando uma trajetória de desaceleração.

Não obstante, a inflação subjacente (núcleo da inflação) fixou-se em 5,9%, evidenciando pressões estruturais internas na formação de preços. Neste contexto, o CPM mantém uma postura monetária prudente, de modo a assegurar a convergência progressiva para a meta de 3,1%, em linha com o objetivo primordial de estabilidade de preços.

O CPM identificou, de igual forma, constrangimentos estruturais no financiamento da economia, tanto ao nível do setor privado como do setor público. Do lado do setor privado, persistem limitações associadas à expansão do crédito produtivo, à gestão do risco e às condições de intermediação financeira, fatores que condicionam o investimento e a diversificação da base produtiva. No que respeita ao financiamento público, subsistem desafios relacionados com a mobilização sustentável de recursos, a gestão da dívida e a dependência de financiamento externo, elementos que influenciam o enquadramento macroeconómico e condicionam o espaço de atuação das políticas económicas. O CPM enfatiza que estes desafios ultrapassam o âmbito

exclusivo da política monetária, exigindo uma atuação coordenada com a política fiscal.

Nesse sentido, o Comité de Política Monetária deliberou:

- Manter a taxa de juro de referência em 10%;
- Manter a taxa de facilidade permanente de cedência em 10,5%;
- Manter os coeficientes de RMC em 21% para moeda estrangeira e 28% para moeda nacional;
- Continuar a emitir Certificados de Depósito consoante a avaliação de nível de liquidez no sistema bancário;
- Aumentar a taxa de facilidade permanente de Depósito de 1% para 3%, com o objetivo de reforçar o quadro operacional da política monetária e melhorar a gestão de liquidez bancária.

O Banco Central também pretende reforçar a eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária através da dinamização do Mercado Monetário Interbancário (MMI), incentivando a redistribuição de liquidez entre instituições através de uma postura mais ativa por parte do BCSTP.

Os certificados de depósitos do Banco Central tem sido um dos instrumentos de política monetária mais utilizados para controlar a liquidez do mercado, no combate à inflação. Em 2025, o BCSTP emitiu por 22 ocasiões os referidos títulos com maturidades entre 1, 3, 6 e 9 meses.

Do lado da política orçamental destaca-se que as dificuldades de arrecadação de receitas tem levado o Estado prosseguir com emissão de dívida para o mercado interno. O Tesouro Público fez novas emissões de Bilhetes, nos meses de setembro e outubro, com maturidades de 9 e 12 meses, à taxa anual fixa de

6,5% e 3,5%, respetivamente.

SECTOR BANCÁRIO

O mercado financeiro de São Tomé e Príncipe contou a partir do final do primeiro trimestre de 2025 com mais um banco comercial privado, o GTI Bank, de capital ganês. O presidente do Conselho de Administração do GTI, Kwame Amankwah-Twum sublinhou que São Tomé e Príncipe é um país empreendedor, com uma comunidade empresarial crescente que merece ter acesso a soluções bancárias de nível. Na inauguração, o Primeiro-ministro Américo Ramos, disse esperar que o GTI traga algo de novo ao sistema financeiro são-tomense, onde afirmou que já existem quatro bancos sólidos.

A nossa pequena e frágil economia, estruturalmente vulnerável, experimentou muito recentemente, no horizonte temporal de 2022 a 2024, desafios extraordinários resultantes especialmente do efeito direto da crise energética global sobre as reservas internacionais líquidas e, de forma indireta, sobre os processos inflacionistas do país.

As elevadas incertezas quanto à evolução do ambiente económico externo, que condiciona as perspetivas de evolução da economia nacional, também afetaram as empresas e as famílias. Contudo, a tendência de redução do crédito malparado às empresas, sinaliza uma recuperação sólida e gradual da intermediação financeira, refletindo maior resiliência do setor bancário e melhoria na qualidade dos ativos.

A concentração do crédito em setores economicamente sensíveis (como o setor de construção), e uma forte exposição à dívida pública constitui, contudo,

uma preocupação para a estabilidade do setor, visto que aumenta a vulnerabilidade do sistema financeiro e choques cíclicos e externos, tornando necessária uma supervisão contínua a rigorosa.

Para mitigar riscos sistémicos e preservar a estabilidade financeira de medio prazo, é essencial combinar políticas prudenciais e adequadas, reforço das provisões, acompanhamento do endividamento das empresas e avaliação constante da exposição setorial e risco de liquidez. E é no quadro desta preocupação que o Banco Central emitiu a NAP 05/2024 sobre políticas macroprudenciais, e a determinação de constituição de reservas de capital para fazer face aos riscos sistémicos.

O desempenho do setor bancário nacional mantém-se estável, contribuindo para garantir o regular financiamento da economia, através da contínua melhoria da sua performance, caracterizada por níveis de capital, de liquidez, e de rendibilidade tendencialmente crescentes.

Importa, contudo, sinalizar que embora o rácio global do crédito malparado tenha diminuído, permanece a preocupação relacionada com o fenómeno da emigração, que tem mantido números significativos, que pode fazer aumentar o nível de incumprimento. Os riscos financeiros ligados ao clima configuram é também uma fonte emergente de preocupação para a estabilidade financeira. As instituições financeiras podem enfrentar perdas diretas e indiretas nos seus balanços, decorrentes da deterioração da situação financeira dos seus clientes mais expostos a tais riscos. Além disso, as alterações climáticas podem influenciar negativamente a estabilidade de preços, afetando as metas de política monetária e fundamentos macroeconómicos.

A margem complementar, continua a ser uma importante fonte de receita na composição dos resultados do setor bancário, num contexto de baixa de taxas de juros no mercado internacional, baixa dinâmica da atividade creditícia ao nível interno, com taxas de juros tendencialmente decrescentes. A diminuição da atividade creditícia, tem conduzido a um aumento de liquidez disponível no sistema, desafiando os bancos a encontrarem alternativas para rentabilizar a liquidez em excesso.

O nível de liquidez encontra-se muito acima do mínimo exigido (em torno de 68% em 2025, face a uma obrigação mínima regulamentar de 20%), o que apesar de proteger os bancos de choques, levanta problemas de eficiência na rentabilização dessas disponibilidades.

Nesse âmbito, o Banco Central de São Tomé e Príncipe sente que há necessidade de continuar a mitigar um conjunto de riscos, como o risco soberano e o peso do incumprimento de crédito, sem perder de vista os risco emergentes, como cyber ataques e os riscos ligados aos impactos das alterações climáticas.

Embora o sistema bancário continue a apresentar sinais de melhoria em termos de rentabilidade e solidez, ele mantém-se muito concentrado, sendo que 2 bancos concentram cerca de 80% do total dos depósitos e ativos do sistema.

Principais Indicadores do Sector Financeiro

Enquadramento Regulamentar	2023	2024	Até Set.2025	(BISTP- até Set.2025)	Níveis Regulamentares
Solvência	36,5%	37,0%	35,0%	41,4%	≥ 12%
Liquidez	65,0%	67,6%	70,0%	74,8%	≥ 20%
Enquadramento Sectorial	2023	2024	Até Set.2025	(BISTP- até Set.2025)	
Número de Bancos	4	4	5	1	
Ativo em % do PIB*	34,7%	30,6%	28,0%	17,9%	
Crédito Líquido em % do PIB*	8,4%	8,2%	6,5%	3,1%	
Depósitos em % do PIB*	25,7%	22,0%	20,1%	13,7%	
Rácio de Transformação (Crédito Líquido /Depósito)	33,0%	37,0%	32,5%	22,8%	
Nível de Crédito Mal Parado (> 90 dias)	11,9%	10,0%	8,7%	12,2%	
Cost-to-Income	62,1%	57,7%	67,7%	49,2%	
ROE	10,7%	14,5%	7,7%	8,5%	
ROA	2,0%	2,9%	1,5%	1,5%	

Fonte: BCSTP *Cálculo do BISTP
Nota: O Rácio de solvabilidade e de Liquidez do BISTP foi calculado de acordo com a NAP 12/2021 e NAP 04/2007, respetivamente.

Quota do BISTP

	2023	2024	2025	Var.2025 vs.2024
Ativo Total	61,14%	63,51%	63,89%	0,4 p.p
Capital Próprio	55,72%	56,87%	58,22%	1,4 p.p
Depósitos	65,41%	68,50%	71,40%	2,9 p.p
Crédito sobre cliente	58,25%	53,49%	49,70%	-3,8 p.p
Produto Bancário	59,31%	62,96%	59,39%	3,6 p.p
Agências	66,67%	66,67%	68,80%	2,1 p.p
ATM	73,33%	71,74%	70,80%	-0,9 p.p
POS	71,47%	71,11%	67,30%	-3,8 p.p

Fonte: GPC

A large, stylized graphic on the right side of the slide. It features a large white circle with a blue outline. Inside this circle, the number '05' is written in a bold, blue, sans-serif font. To the left of the '05', there is a small blue circle. The background of the slide is white, with abstract blue shapes in the top right and bottom right corners.

05

**ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO
E PRESENÇA GEOGRÁFICA
DO BISTP**

5. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O BISTP é o banco de referência do sistema financeiro são-tomense, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento do tecido empresarial são-tomense e melhoria das condições socioeconómicas das famílias. Servindo mais de 60 mil clientes ativos (entre particulares e empresas) e com uma oferta universal de produtos e serviços financeiros e vários canais de acesso (canais físicos, eletrónicos e digitais), o BISTP coloca os clientes no centro da sua atuação e modelo de negócio.

Com uma carteira de clientes heterogenia e de necessidades distintas, o BISTP tem apostado na diversificação e aumento dos seus canais, através de expansão das infraestruturas bancárias (Agências, ATM, POS e e-banking) por todo o país, dando ao cliente possibilidade de escolha do canal de interação com o banco que melhor lhe convém, e demonstrando o seu efetivo compromisso em servir e levar os benefícios do serviço financeiro a todos.

É com base numa estratégia de negócio ao serviço do cliente, atenta às suas necessidades específicas, aos riscos intrínsecos do negócio bancário e do mercado, que o BISTP tem, de forma responsável, com rigor e integridade, desenvolvido a sua atividade ao longo dos anos, conquistando a confiança dos

clientes, pela solidez demonstrada, a lealdade e dedicação dos colaboradores, o apoio institucional dos acionistas, e o reconhecimento por parte das autoridades, instituições locais e internacionais do BISTP como um ativo gerador de valor para a sociedade e para país.

A perceção do BISTP como um ativo gerador de valor para a sociedade, resulta da sua busca incessante de melhoria contínua dos seus pilares estratégico, com objetivo final de melhor servir os clientes. A melhoria nos quatro eixos estratégicos (**Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados**) continua a ser a principal bússola do Banco nos momentos de tomada de decisão e de atuação.

Ao nível do eixo de clientes, mantém-se a ambição de levar o Banco cada vez mais próximo do cliente.

Em 2025 foi inaugurada uma agência na cidade de Neves, distrito de Lembá, dando assim continuidade ao plano de expansão da rede de agência por todo o país, com propósito de levar o Banco cada vez mais longe e mais próximo da população, e oferecer aos clientes vários canais de acesso aos serviços bancários, em função da sua preferência e necessidade. Atualmente presente fisicamente com agências físicas em 5 dos 7 distritos, o BISTP projeta em 2026

dar início às obras de edificação de uma nova Agência em Angolares, no Distrito de Caué, alargando ainda mais a sua presença física, com o objetivo de servir da melhor forma a população residente na zona sul do País.

Ao nível de capital humano destaca-se a formação contínua e a valorização dos nossos colaboradores.

O baixo nível de rotação do pessoal, com cerca de 74% colaboradores a apresentarem uma média de antiguidade superior a dez anos, reflete a dedicação e lealdade dos colaboradores ao Banco. Esta antiguidade também demonstra uma equipa composta por profissionais experientes, com maior mestria e capacidade para operar neste mercado.

Visando manter a competitividade e um desempenho eficiente dos colaboradores, num mercado em constante mudança, com entrada de novos concorrentes, aumento de regulação, surgimento de novos riscos e aumento de complexidade e sofisticação do negócio bancário, o Banco, à imagem dos outros anos, deu continuidade às ações de formação dos seus quadros, inscritas na sua política de formação e capacitação.

Relativamente à melhoria dos processos internos e controlo de risco, salienta-se os investimentos em novo sistema de workflow e gestão de processos.

Com objetivo digitalizar os processos críticos, melhorar a eficiência e celeridade, foram realizados investimentos determinantes na atualização de sistemas de suporte tecnológico, na aquisição de software de gestão integrado de processos, com destaque para o processo de crédito, pagamentos internacionais, gestão de imobilizado e de recursos humanos. Estes

investimentos permitirão não só assegurar uma maior digitalização dos processos, mas também melhorar a eficiência no tratamento de processos críticos na satisfação do cliente.

No eixo de resultados, destaca-se que; o Banco continua a registar, de forma consistente, resultados satisfatórios, não obstante os condicionalismos macroeconómicos e regulatórios, que têm impactado negativamente nas receitas do banco e aumentando o custo da operação. Com um modelo de negócio com centralidade no cliente, sem descorar o relevante papel do capital humano e do apoio institucional dos acionistas, no sucesso deste modelo, o banco tem conseguido expandir a sua rede bancária, aumentando o seu volume de negócio e gerando valor para clientes, colaboradores, acionistas e para toda a sociedade. O resultado da boa e sustentada performance do banco está refletida nos seus indicadores de atividade, com destaque para a solidez, liquidez e crescimento dos fundos próprios. O Banco continua a ser um agente muito ativo na atividade económica, com reflexo na contribuição dos seus produtos e serviços para a melhoria do nível de vida dos seus clientes particulares e no apoio às oportunidades comerciais e de investimento das empresas. A consistência dos resultados permite ainda ao Banco continuar a exercer a sua responsabilidade social, refletida nos mais variados apoios em áreas como a cultura, sociedade ou desporto.

5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

O BISTP define-se como um banco de proximidade, por excelência, e ao serviço de todos. Enquanto banco de origem são-tomense, o BISTP abraça com orgulho, determinação e responsabilidade, o importante desafio de levar o

serviço financeiro a todos e ajudar na melhoria do nível de literacia financeira, de forma que a população possa tirar melhor proveito da vantagem que a utilização dos serviços podem proporcionar.

A inauguração no dia 3 de março de 2025 da agência de Neves, no distrito de Lembá, (única infraestrutura bancária neste distrito), elevando a presença do BISTP com agência física em 5 dos 7 distritos, apresenta-se com uma confirmação da determinação do BISTP em ir cada vez mais longo, para poder estar fisicamente cada vez mais próximo de todos.

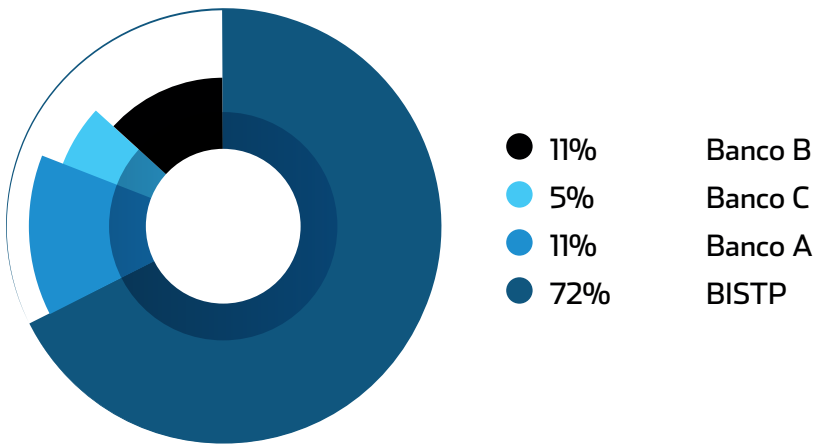
Para além da expansão do número de agências físicas, a presença geográfica do BISTP pelo País também é feita através dos canais eletrónicos. No final de 2025, em termos de presença da rede bancária, o BISTP detinha uma quota de 69% em termos de número de agências físicas, 72% em termos de ATM e 67% em POS.

No quadro da sua estratégia de expansão da infraestrutura bancária e presença física em todos os distritos do País, o BISTP dará continuidade ao seu plano de investimento na expansão da rede de agências, com a construção de uma nova agência em Angolares.

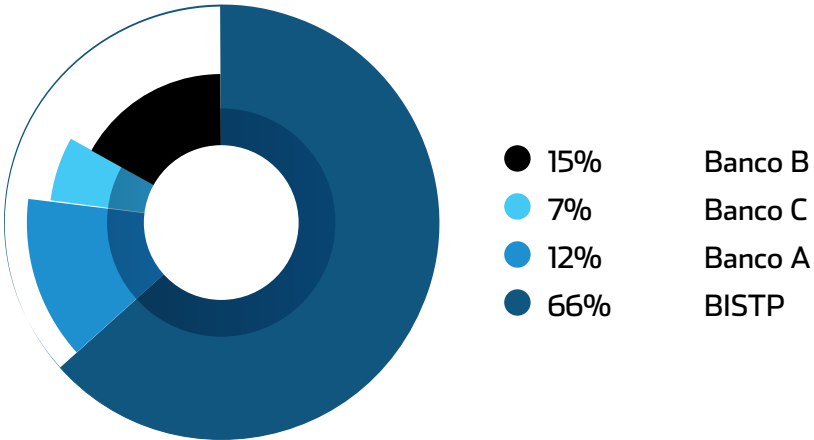
Com a abertura desta nova agência, prevista para 2027, o Banco passa a estar presente com pelo menos um balcão em 5 dos 6 distritos em São Tomé, bem como na Região Autónoma do Príncipe (RAP), sendo que, em termos de canais eletrónicos, o BISTP já está presente em todo o país.

A extensa rede de agência e ATM pelo País (72% de quota em termos de presença física com Agências e ATM), são factos reveladores de que o BISTP é um banco de proximidade, por definição, e dedicado a servir toda a população.

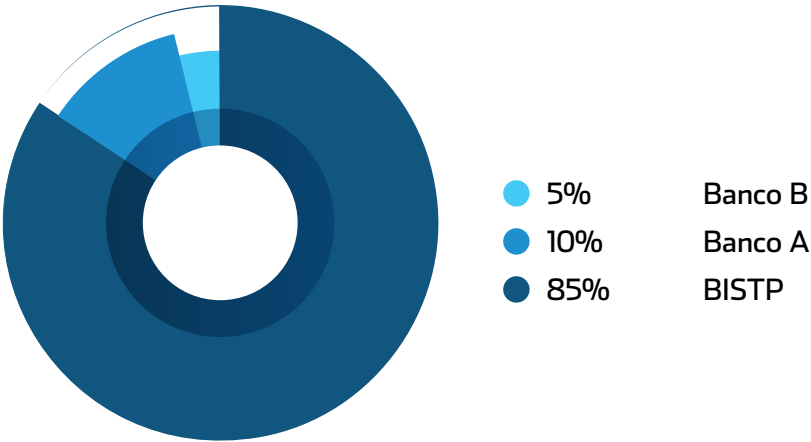
Presença física com Agências e ATM no País



Presença física com Agências e ATM em Agua-Grande Capital do País



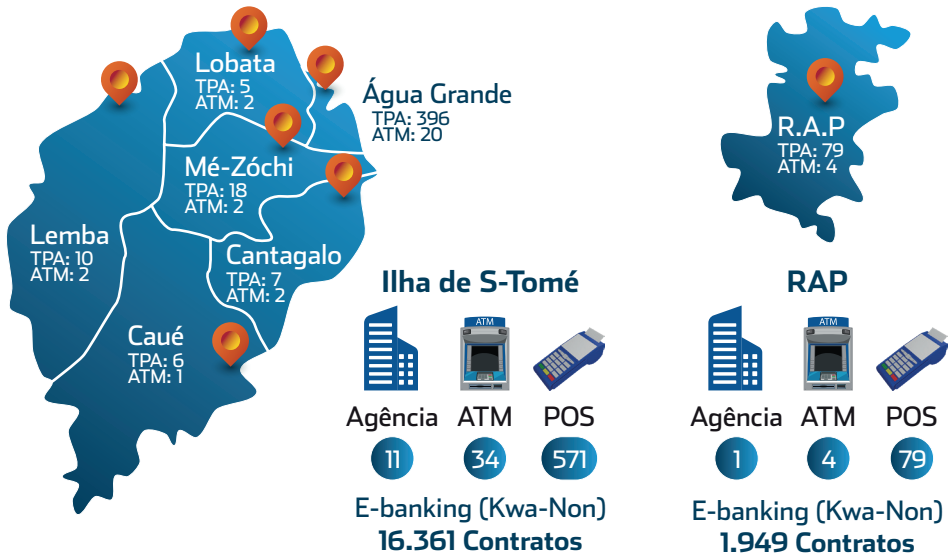
Presença física com Agências e ATM
em Outros Distritos



O BISTP continua assim focado no seu compromisso de ser o “Banco de Todos”, indo cada vez mais longe e estando cada vez mais próximo de todos. Por isso, estar fisicamente presente em todos os distritos do País, mais do que um simbolismo, é uma missão que está na essência da sua criação, e que pressupõe levar o serviço financeiro cada vez mais longe em benefício de todos, promovendo um crescimento económico e social mais harmonioso e inclusivo.

ESTAMOS PRESENTES EM TODO O PAÍS. VAMOS MAIS LONGE E ESTAMOS CADA VEZ MAIS PERTO.

BISTP: Presença no País



A large, stylized graphic on the right side of the page. It features a large, light blue circle with a white outline. Inside this circle, the number '06' is written in a bold, blue, sans-serif font. To the left of the circle, there is a small, solid blue circle. The background of the entire page is white, with various blue shapes and curves that create a modern, abstract design.

06

**PRINCIPAIS ÁREAS DE
NEGÓCIO DO BISTP EM 2025**

6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2025

6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES

O ano de 2025 ficou marcado por uma prolongada crise energética no segundo semestre, o que agravou o ambiente macroeconómico que, de per si, já era adverso, marcado por um baixo volume de investimento público e privado e uma deterioração das condições económicas e financeiras do Estado, com menor disponibilidade de moeda estrangeira para atender às necessidades de importação do mercado.

Para além da conjuntura económica adversa, destaca-se também o contínuo fluxo de emigração da população, que continua a ter impacto negativo na economia, através da redução do consumo, falta de mão-de-obra e aumento do risco de crédito.

Neste contexto económico, onde predominam fatores de incerteza e risco, é um desafio promover o crescimento da carteira crédito.

A expansão marginal da carteira de crédito, na ordem de 1,8% em montante, mas com uma redução na ordem de 12,4% em termos do número de operações em carteira, em comparação com 2024, é o reflexo da tendência de arrefecimento da atividade económica.

Em resultado desta ligeira expansão, o peso do volume de crédito deste segmento manteve-se praticamente inalterado ao representar 50,9% do crédito global do Banco, contra 50,8% em 2024.

O segmento de particulares mantém um peso relevante ao nível da carteira de crédito, o que confere, em certa medida, alguma estabilidade ao nível da carteira, por ser o segmento em que há maior diversificação e pulverização do risco de crédito e menor volatilidade em comparação com o segmento de empresas. Graças a essa menor concentração e volatilidade, o segmento da Banca de Retalho continua a ter um papel preponderante na garantia de maior capacidade de resiliência ao modelo de negócio do Banco em geral.

A carteira de depósitos para este segmento, registou um crescimento na ordem de 9,6%, em termos homólogos, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) se fixe em torno dos 38,5%, contra os 39,8% verificados em 2024, em resultado de uma maior taxa de crescimento dos depósitos do segmento de empresas e instituições.

O peso dos clientes particulares no volume total de crédito e depósitos combinados passou a ser de 41,2% contra 42,4% em 2024. Este segmento

continua a ser muito importante na estratégia de diversificação do risco e no reforço da capacidade de resiliência da atividade do Banco, em resultado de uma maior heterogeneidade que existe no segmento de clientes particulares.

DEPÓSITOS

Os depósitos neste segmento registaram uma expansão na ordem de 9,6%, sendo que a mesma decorre do crescimento dos depósitos à ordem em 11,3%, ao passo que os depósitos a prazo registaram uma contração, embora muito ligeira, na ordem 0,86%.

Particulares (Carteira de Depósitos de Clientes)

	Variação				
	2023	2024	2025	24.vs.23	25.vs.24
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	810.384.744	856.548.535	953 178 045	5,70%	11,28%
Depósitos a Prazo	155.118.221	138.679.430	137 480 587	-10,60%	-0,86%
Total de Depósitos de Clientes	965.502.966	995.227.965	1 090 658 632	3,08%	9,59%

Montante em STN

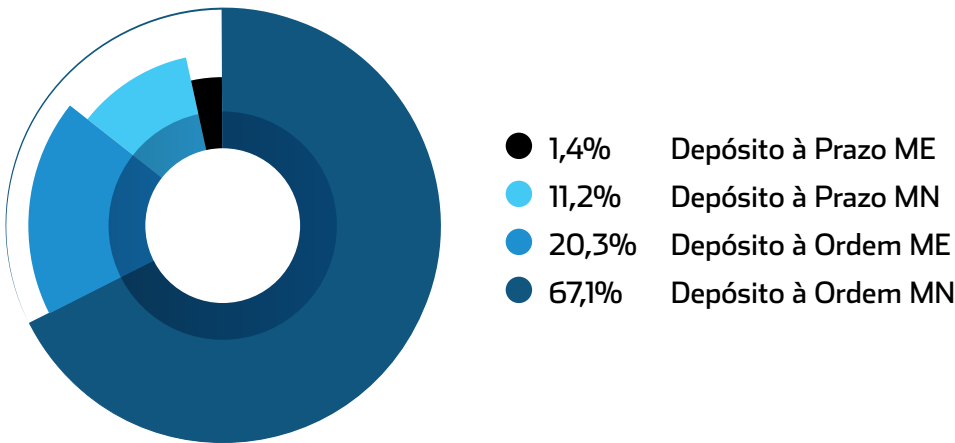
Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 1.090.659, traduzindo-se num incremento de mSTN 95.431 face a 2024, ou seja mais 9,6%.

Os depósitos a prazo registaram uma variação negativa na ordem de 10,6% face a 2024. Esta contração pode encontrar explicação nas taxas médias de remuneração, que se mantiveram abaixo da inflação, justificadas pela situação de excesso de liquidez no mercado financeiro, sendo que a problemática do excedente de recursos não aplicados agrava-se numa conjuntura económica

que não permite o crescimento do crédito bancário.

No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (78,3%) do total dos depósitos) face aos depósitos em moeda estrangeira (21,7%) do total.

Peso dos depósitos por moeda



CRÉDITO

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2025, conheceu uma ligeira expansão na ordem de 1,8% face a 2024, correspondendo a uma redução em termos absolutos de mSTN 7.169.

Carteira de Crédito	2022		2023		2024		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	24 Vs. 23		25 Vs. 24	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	4.375	356.268.490	3.625	320.022.164	3 351	352 358 116	-17,1%	-10,2%	-7,6%	10,1%
Crédito Irregular	332	73.880.518	421	80.540.558	248	55 179 751	26,8%	8,7%	-41,1%	-31,3%
Descobertos	930	414.960	631	598.987	499	597 395	-32,2%	44,3%	-20,9%	-0,3%
Total da Carteira de Créditos	5.637	430.563.968	4.677	400.966.155	4 098	408 135 262	-17,0%	-6,9%	-12,4%	1,8%
Montantes em STN										

O volume de crédito em situação regular registou uma expansão de 10,1%, ao passo que a carteira de crédito em situação irregular registou uma contração na ordem de 31,3%, evidenciando uma melhoria do risco percebido da carteira neste segmento. Esta melhoria no risco da carteira de crédito deriva do cumprimento sustentado de planos de pagamento em operações em que os clientes registaram dificuldades e incumprimento, mas que após reestruturação, têm sido cumpridas de forma consistentes, o que conduziu à reclassificação em baixa do risco dessas operações.

Carteira de Crédito - Regular							Variação			
Carteira de Crédito	2023		2024		2025		24 Vs. 23		25 Vs. 24	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habitação c/ Garantia Hipotec.	111	57.326.839	103	59.693.012	111	64 864 060	-7,2%	4,1%	7,8%	8,7%
Consumo	1.612	117.975.345	1.576	124.802.821	1 637	149 195 652	-2,2%	5,8%	3,9%	19,5%
Automóvel	5	957.562	3	896.924	4	961 397	-40,0%	-6,3%	33,3%	7,2%
Saúde	8	1.195.127	8	737.379	7	382 369	0,0%	-38,3%	-12,5%	-48,1%
Outros créditos a particulares	2.639	178.813.617	1.935	133.892.028	1 592	136 954 638	-26,7%	-25,1%	-17,7%	2,3%
Total Crédito Regular (1)	4.375	356.268.490	3.625	320.022.164	3 351	352 358 116	-17,1%	-10,2%	-7,6%	10,1%
Montantes em STN										

Ao nível da carteira de crédito em situação regular, verifica-se uma expansão de crédito na finalidade de crédito habitação com garantia hipotecária, crédito ao consumo e do crédito automóvel na ordem de 8,7%, 19,5% e 7,2%, respetivamente. O crédito à saúde, conheceu uma contração em volume na ordem de 48,1%.

“Outros créditos a particulares”, que geralmente incluem os créditos destinados às obras de melhorias em habitações (sem garantia hipotecária) e investimento em pequenos negócios de particulares, sustentados em crédito pessoal, registou uma ligeira expansão na ordem de 2,3%.

O crédito irregular registou uma contração tanto em volume como em número de operações na ordem de 41% e 31%, respectivamente, quando comparado a 2024, sendo que esta evolução decorre em grande medida da redução do risco da carteira, isto porque muito dos créditos classificados como créditos de risco alto, tiveram registos de pagamentos regulares de prestações por um período de 12 meses, evidenciando efetivamente melhoria na perceção individual de risco.

Relativamente aos créditos em incumprimentos reclamados judicialmente, mantem-se a elevada morosidade dos Tribunais no tratamento dos processos em contencioso, o que continua a constituir um dos entraves mais críticos no processo de recuperação de créditos em situação de incumprimento. Decorrente desta ineficiência dos Tribunais nesta matéria, a recuperação de crédito neste mercado torna-se particularmente difícil e desafiadora.

Carteira de Crédito - Irregular							Variação			
Carteira de Crédito	2023		2024		2025		24 Vs. 23		25 Vs. 24	
Crédito Irregular (Crédito de Risco)	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habitação com Garantia Hipotecária	34	40.970.323	33	37.799.356	19	28 130 419	-2,9%	-7,7%	-42,4%	-25,6%
Consumo	104	6.738.365	136	9.248.905	107	6 556 264	30,8%	37,3%	-21,3%	-29,1%
Automóvel	4	1.212.707	3	774.576	2	673 706	-25,0%	-36,1%	-33,3%	-13,0%
Total Crédito Irregular (2)	332	73.880.518	421	80.345.004	248	55 179 751	26,8%	8,7%	-41,1%	-31,3%

Montante em STN

Quanto à evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

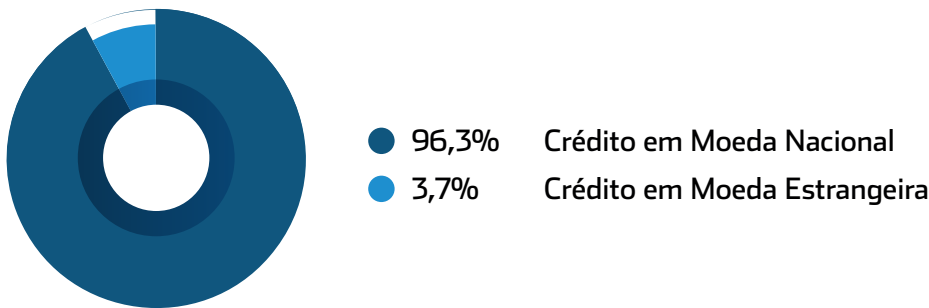
- A redução do peso do crédito irregular no total do crédito deste segmento, passando de 20% em 2024 para 13,5% em 2025, é justificado em grande medida pela reclassificação para a classe regular de créditos cujos titulares, tendo passado por dificuldades, negociaram com o Banco reestruturação da responsabilidade, passando a cumprir de forma consistente (por um período de pelo menos 12 meses) o novo plano de pagamentos.
- A cobertura do crédito total (regular e irregular) por provisões neste segmento é de 11,3%, contra 14,1% em 2024, fruto da reclassificação das operações que cumpriram o critério de cumprimento consistente, nas quais foi revista em baixa a provisão.

- O rácio de cobertura de provisão do crédito de risco em carteira mantém-se elevado, fixando-se em 69% em 2025, representando um crescimento de 6 pontos percentuais face a 2024, evidenciando a manutenção de uma política de prudência na apreciação de risco de crédito.

Em termos gerais, não obstante a redução do volume da carteira de incumprimento, o Banco manteve a sua prudência e rigor em matéria de análise e concessão de crédito, bem como a manutenção de uma política conservadora e rigorosa em termos de provisão.

Relativamente à evolução do crédito por moeda, a estratégia continua a ser a concessão de crédito na moeda dos rendimentos do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes está na moeda local (Dobra), tem-se registado um maior peso do crédito na moeda nacional em detrimento da moeda estrangeira.

Peso dos Créditos por moeda



6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

Com o ambiente macroeconómico marcado por uma fraca dinâmica da atividade económica, resultado de um baixo nível de investimento público, agravado pela crise energética do segundo semestre e pela escassez de divisas, a dinâmica registada no setor privado em termos de procura de crédito foi fraca, uma vez que a incerteza condicionou sobretudo decisões de investimento produtivo.

As **empresas e instituições em 2025** contavam com um peso de 49,1% e 61,5%, respetivamente, do total da carteira de crédito e de depósitos do segmento corporativo.

DEPÓSITOS

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2025, uma expansão na ordem de 15,3%, em resultado do crescimento nos depósitos à ordem e a prazo de 15,2% e 72%, respetivamente.

Segmentação de depósitos por tipo

Empresas (Carteira de Depósitos de Clientes)				Variação	
Tipo de Depósitos (Carteira)	2023	2024	2025	24.vs.23	25.vs.24
Depósitos a Ordem	1.539.393.445	1.506.081.133	1.735.674.662	-2,16%	15,24%
Depósitos a Prazo	3.951.453	2.664.933	4.582.510	-32,56%	71,96%
Total de Depósitos de Clientes	1.543.344.897	1.508.746.066	1.740.257.172	-2,24%	15,34%

Montante em STN

O crescimento dos depósitos neste segmento está ligado sobretudo à obrigatoriedade das empresas exportadoras em canalizarem para o Banco Central 25% das divisas captadas, contra recebimento de moeda nacional, assim como ao crescente atraso das importadoras nos pagamentos em moeda estrangeira, devido à escassez de divisas, o que aumentou os saldos em conta pendentes de transferência.

Para além deste crescimento da carteira de depósitos de clientes, evidenciar uma assinalável estabilidade ao nível dos depósitos à ordem, não remunerados, o que mostra, também, a confiança que os clientes depositam no Banco.

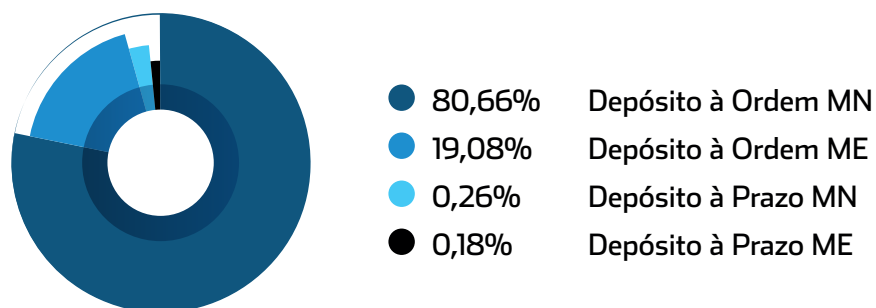
No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional continuam a representar o essencial dos depósitos neste segmento, com um peso de 80,8%, contra 19,2% em moeda estrangeira.

CRÉDITO

A carteira de crédito do segmento de empresas e instituições conheceu uma ligeira expansão (+1,44%), impulsionada, essencialmente, pelo aumento da utilização por parte Estado da linha de descobertos destinada ao pagamento do salário público, que contribuiu para o crescimento dos descobertos na ordem de 44,7%, ao passo que o volume de crédito regular e o irregular registaram reduções na ordem de 7,2% e 43,1%, respectivamente.

O BISTP continua focado em conhecer, avaliar e apoiar as boas oportunidades de negócio que surgem no mercado, propondo soluções de financiamento mais adequadas à situação de cada empresa e ao objetivo que pretende atingir.

Peso dos depósitos por moeda



Carteira de Crédito	2023		2024		2025		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	24Vs. 23		25 Vs. 24	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	56	213.831.683	40	285.871.865	46	265.332.059	-28,6%	33,7%	15,0%	-7,2%
Crédito Irregular	16	18.530.447	24	22.468.619	11	12.780.272	50,0%	21,3%	-54,2%	-43,1%
Descobertos	23	108.184.746	32	80.070.112	25	115.880.216	39,1%	-26,0%	-21,9%	44,7%
Total da Carteira de Créditos	95	340.546.876	96	388.410.596	82	393.992.547	1,1%	14,05%	-14,6%	1,44%

Montante em STN

O crédito em situação regular registou uma contração na ordem de 7,2%, sendo a redução resultado da diminuição gradual do saldo em dívida dos créditos de rendas certas de entidades públicas (Tesouro Público e Empresas Públicas).

Carteira de Crédito - Regular							Variação			
Carteira de Crédito Crédito Regular	2023		2024		2025		24Vs. 23		25 Vs. 24	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Comercio	20	28 225 951	18	25 709 401	21	31 024 788	-10,0%	-8,9%	16,7%	20,7%
Construção	6	33 918 542	4	21 124 189	5	30 022 833	-33,3%	-37,7%	25,0%	42,1%
Serviços	16	10 569 331	5	1 762 008	5	5 950 602	-68,8%	-83,3%	0,0%	237,7%
Turismo	6	3 552 108	7	5 889 980	9	6 571 121	16,7%	65,8%	28,6%	11,6%
Empresas e Instituições Públicas	3	136 441 521	3	231 386 287	4	183 470 208	0,0%	69,6%	33,3%	-20,7%
Outros setores Privadas	3	788 343	-	-	2	8 292 508	-100,0%	-100,0%	-	-
Total Crédito Regular	54	213 495 795	37	285 871 865	46	265 332 059	-31,5%	33,9%	24,3%	-7,2%

Montante em STN

Os créditos às empresas privadas registaram crescimento no setor de serviços (+237,7%) no setor de construção (+42%) e no setor de turismo (+11,6%). Também registou-se um aumento de financiamento a outros “setores privados” no montante de STN 8.292.508, com destaca para o financiamento de uma indústria transformadora de produtos locais.

Os crescimentos desses setores atenuaram o efeito de contração dos créditos a “Empresas e Instituições Públicas”, que registou uma queda de 20,7%, fazendo com que a carteira de crédito regular tivesse uma contração, em termos globais, na ordem de 7,2% em 2025.

Quanto ao crédito irregular, conheceu uma contração na ordem de 43,1%. Esta variação do crédito em incumprimento reflete, em certa medida, uma melhoria do risco da carteira de crédito do BISTP.

Carteira de Crédito - Irregular							Variação			
Carteira de Crédito Crédito Irregular	2023		2024		2025		24 Vs. 23		25 Vs. 24	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Comercio	9	12 804 137	14	10 046 188	6	6 737 506	55,6%	-21,5%	-57,1%	-32,9%
Construção	3	3 483 566	4	3 643 947	2	1 332 967	33,3%	4,6%	-50,0%	-63,4%
Serviços	2	1 334 338	4	8 280 038	2	4 412 236	100,0%	520,5%	-50,0%	-46,7%
Turismo	-		1	441 752	1	297 563	#DIV/0!	#DIV/0!	0,0%	-32,6%
Outros	2	908 407	1	56 694	-	-	-50,0%	-93,8%	-100,0%	-100,0%
Total Crédito Irregular	16	18 530 447	24	22 468 619	11	12 780 271	50,0%	21,3%	-54,2%	-43,1%
Total Crédito Irregular (2)	16	18 530 447	24	22 468 619	11	12 780 271	50,0%	21,3%	-54,2%	-43,1%

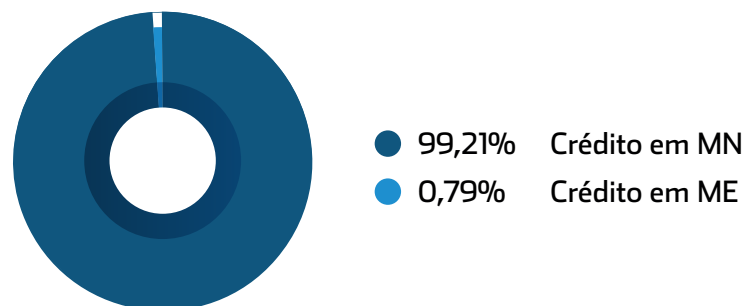
Montante em STN

Importa, contudo, salientar que apesar da evolução positiva da carteira de crédito de risco em 2025, as condições da economia, o agravamento da crise energética no segundo semestre e a morosidade e inoperância no setor da Justiça, continuam a condicionar a obtenção de melhores resultados em termos de recuperação do crédito em situação irregular.

Apesar da redução do volume da carteira de crédito de risco, o Banco manteve a sua política prudente em matéria de provisões para os créditos de risco. O total de provisões constituídas para o crédito cobre cerca de 66% daquele agregado, o qual, em muitos casos, goza ainda de garantias acessórias.

No tocante à composição do crédito por moeda, nota-se que em 2025, o crédito em moeda nacional teve um peso de aproximadamente de 99,2%, que resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas também para reduzir a exposição do Banco e dos clientes às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

Peso dos créditos total por moeda



6.3 BANCA ELETRÓNICA E DIGITAL (CARTÕES DE DÉBITO E E-BANKING)

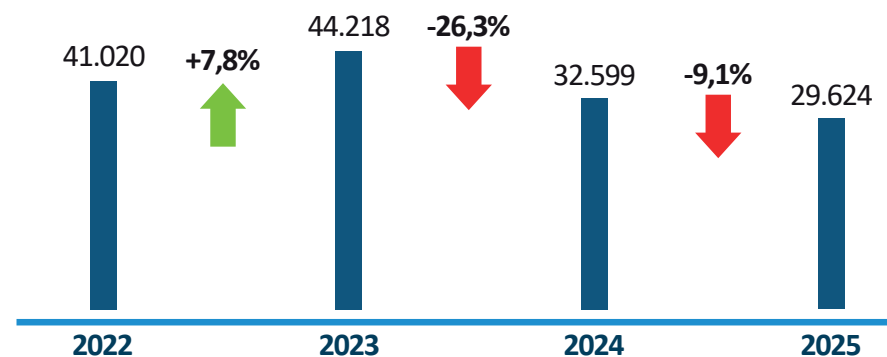
A utilização dos canais digitais e eletrónicos tem ganhado cada vez mais tração e popularidade junto dos clientes, que começam a mudar a sua forma de realizar os seus pagamentos, privilegiando pagamentos eletrónicos ou digitais, em detrimento de pagamento em dinheiro físico. Esta evolução resulta de ações comerciais e de marketing desenvolvidas junto dos clientes, para estimular a disseminação e a maior utilização dos meios eletrónicos e digitais, como alternativas mais cómodas, seguras e rápidas para efetuar pagamentos e aceder aos serviços financeiros.

CARTÕES DE DÉBITO E TPA – “DOBRA 24”

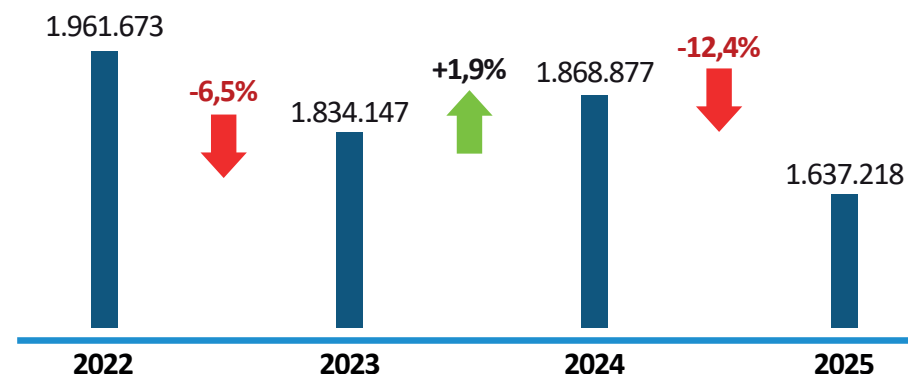
O número de cartões de débito tem conhecido quedas, tendo em 2025 registado uma contração de 9,1% face a 2024, justificada em grande medida pela não renovação de alguns cartões após o vencimento para os clientes que emigraram para o exterior e deixaram de movimentar as contas.

Não obstante esta evolução negativa no número de cartões, o BISTP continua com a sua estratégia comercial de colocação de cartão de débito e a aplicação de mobile banking nos clientes, internet banking no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular no âmbito das operações de crédito, assim como no aumento do parque de TPA e de POS nos comerciantes.

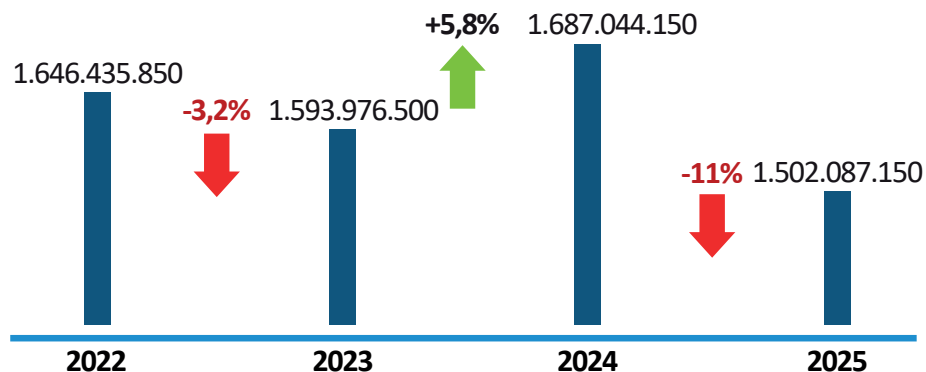
Cartões de Débito (número)



Número de Transações com Cartões de Débito (ATM)

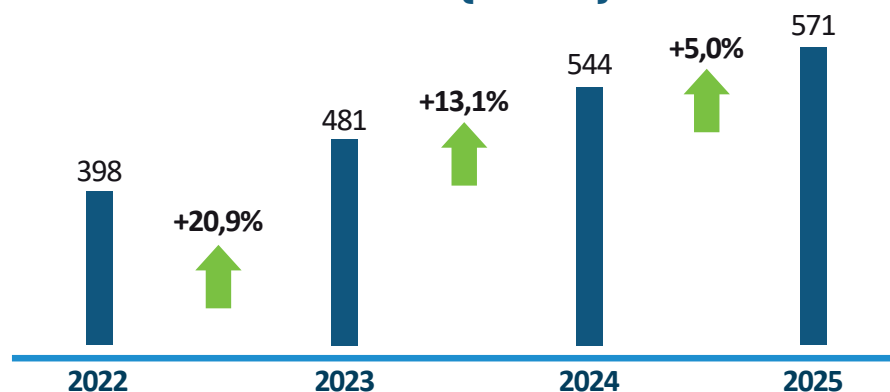


Volume (STN) de Transações com Cartões de Débito (ATM)

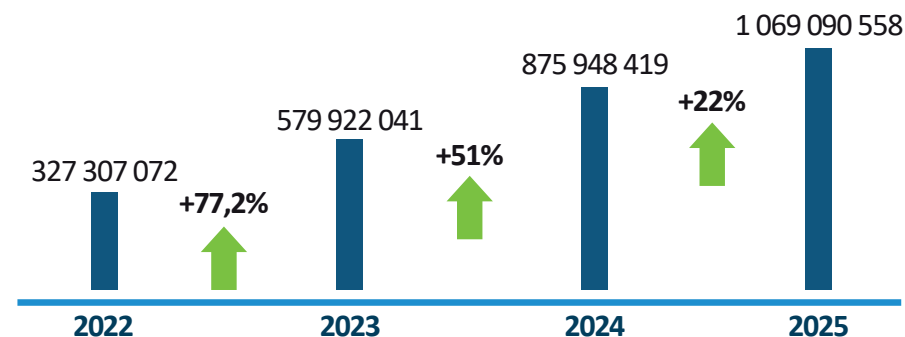


O número e o volume de transações em ATM tiveram uma contração na ordem de 12,4% e 11% respectivamente, ao passo que as transações em POS cresceram 22% e 25,6%, em termos de número e volume. Esta evolução evidencia o aumento de preferência dos clientes pela utilização dos cartões de débito para realizar os seus pagamentos, em detrimento de levantamento de dinheiro físico.

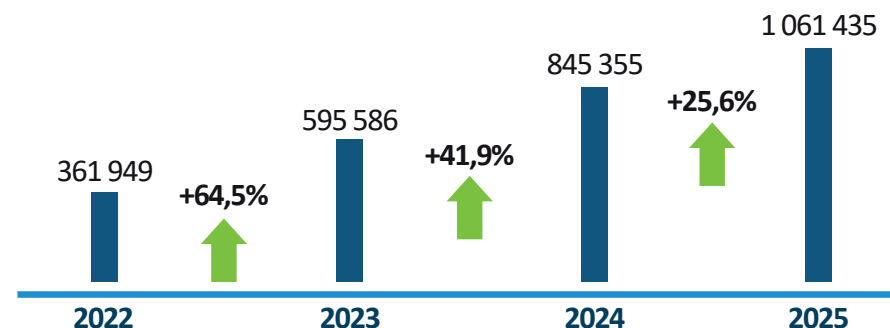
TPA/POS (número)



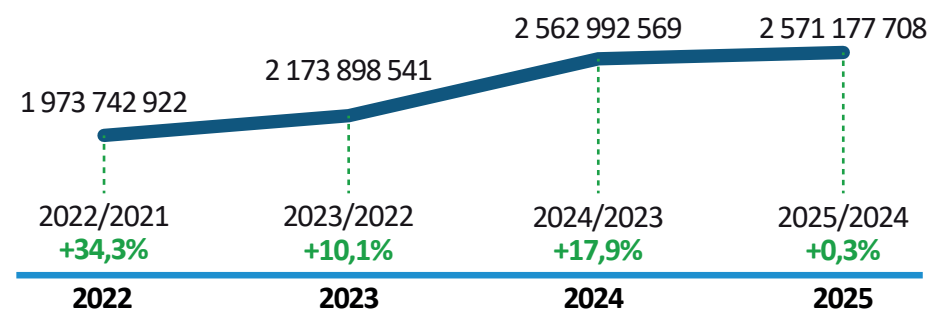
Volume (STN) de Transações com Cartões de Débito (POS)



Número de Transações com Cartões de Débito (POS)



Volume de Transações com Cartões de Débito nos Canais Eletrónicos (ATM e POS)



Olhando para o volume combinado das transações em ATM (levantamentos) e POS (pagamentos), em 2025 praticamente estagnou, o que não deixa de ser um indicador sobre o fluxo monetário em circulação na economia.

O BISTP continuou a sua política de colocação de POS no mercado, com o objetivo de tornar mais práticos os pagamentos para os seus clientes, particulares e empresas, permitindo uma menor necessidade de circulação de dinheiro físico e com isso, maior segurança em geral para os agentes económicos.

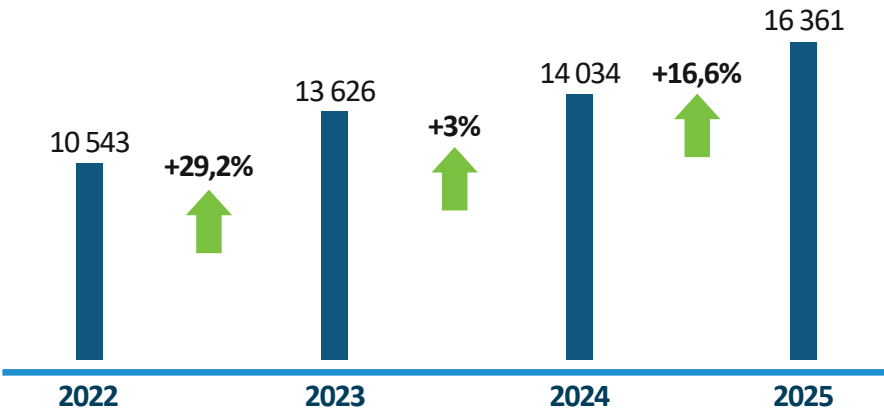
E-BANKING (KWA-NON)

O número de subscritores do serviço de Internet banking tem mantido uma tendência de crescimento, assim como o volume de transações processado através da plataforma.

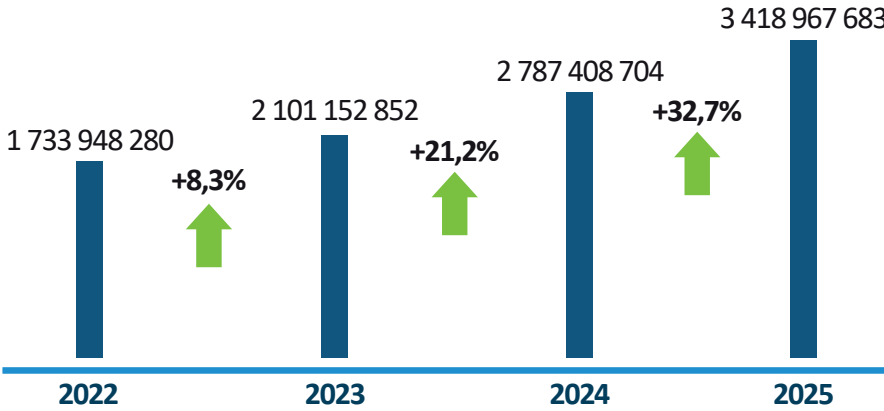
A disseminação e maior utilização do serviço de internet banking por parte dos clientes, continua sendo um dos principais objetivos do Banco. O aplicativo móvel permite a fácil utilização do Kwa-Non através de um telemóvel, o que está a favorecer a adesão e utilização deste serviço.

O número de contratos do serviço de internet banking (KWA-NON) cresceu na ordem de 16,6% em 2025 face a 2024. De igual modo o volume e o número de transações cresceram na ordem de 32,7% e 13,5%, respetivamente.

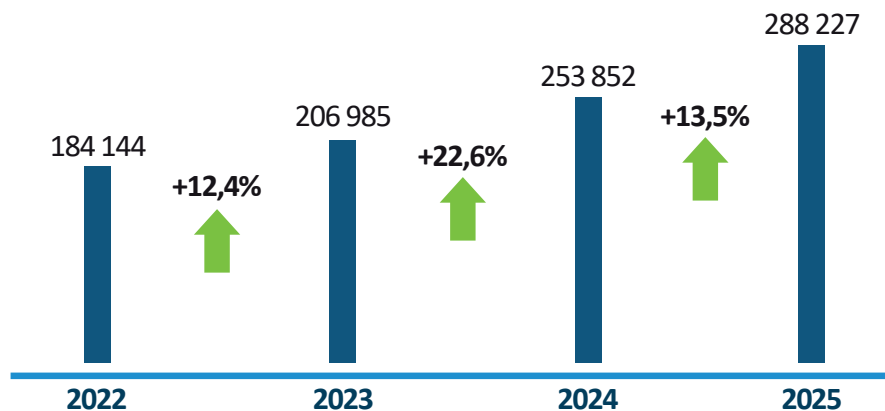
Contratos e-Banking



Volume de Transações (em STN)



Número de Transações



Para além dos serviços eletrónicos (ATM e POS) e digitais (E-Banking e Mobile Banking) oferecerem maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de permitir ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência de clientes aos balcões para realizarem operações de levantamentos, transferências, consultas de saldos e de outros movimentos nas contas, e, conseqüentemente, libertar espaço e tempo para o Banco melhorar a sua oferta de atendimento mais personalizado, bem como no melhor acompanhamento dos clientes e das suas necessidades financeiras.

CONTROLO INTERNO

07

7. CONTROLO INTERNO

Em 2025 foi detetada uma fraude de grandes proporções no BISTP, a qual foi de imediato denunciada às autoridades competentes, tendo dado origem ao processo de investigação da Procuradoria Geral da República designado “Operação Pensionista”. Foi um evento sem precedentes na história do BISTP, pela longevidade e pelos valores envolvidos, que abalou a estrutura interna do Banco. Sustentado numa sólida estrutura financeira, nunca esteve em causa a posição financeira do Banco. Mas a sua imagem e, sobretudo, o espírito dos seus colaboradores, foi posto à prova.

A fraude foi possível porque quem a perpetrou aproveitou debilidades internas e externas, assentes no espírito de confiança e boa-fé que deve prevalecer na relação entre pessoas e instituições. Quando essa confiança é usada com maus intentos, os que ficam colocam em causa os valores e a relação pessoal e profissional de anos.

Mas o que caracteriza os vencedores não é o aparato da queda, mas sim a forma como encaram o sucedido, reagem à adversidade e se levantam para continuar o caminho. Assim, depois de concluída uma profunda investigação e reflexão interna, foi desencadeado um vasto plano de ação, com medidas de melhoria ao nível de várias áreas do Banco, de forma a garantir que situações como a vivida não se voltem a repetir.

Assim, ano de 2025 afigurou-se como sendo um ano de introdução de

melhorias significativas no âmbito da dinâmica e ação pretendidas para as áreas de controlo interno, na medida em que se materializaram melhorias na operacionalidade e capacitação em várias vertentes, muitas já implementadas e outras em fase de implementação:

- Revisão e melhoria de processos e controlos, com destaque para:
 - Maior rotação de colaboradores entre tarefas;
 - Revisão do processo de alertas AML em contas de clientes, visando maior assertividade e tempestividade;
 - Reforço do princípio de 4 olhos ao nível de controlo e execução das tarefas;
 - Reforço do sistema de alertas ao nível de depósitos de clientes;
- Revisão e reforço do normativo internos;
- Reforço de quadros, alterações operacionais, formação e capacitação;
 - Melhorias dos sistemas informáticos, quer operacionais, quer de deteção de possíveis irregularidades, assim como introdução de ferramenta informática modular, para digitalização documental e gestão e controle de processos;
- Revisão de lista de processos do Banco com foco em fraudes e risco operacional.

RECURSOS HUMANOS

08

8. RECURSOS HUMANOS

O ano 2025 ficou marcado, por forte aposta do BISTP em ações de formação extensível a todas as áreas do Banco (negócio e suporte). Foram ministradas mais de 23 ações de formação para os colaboradores das diferentes áreas beneficiadas.

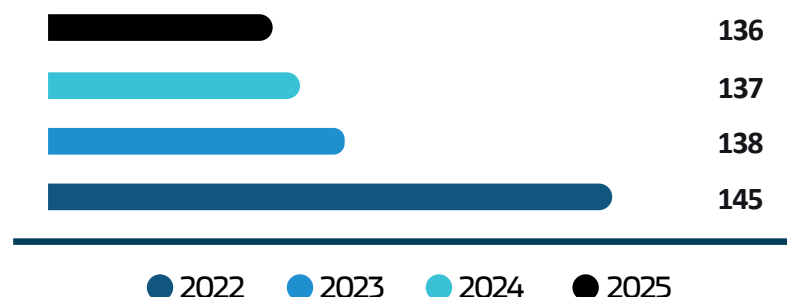
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR VÍNCULO JURÍDICO

Em 2025, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 136 colaboradores, dos quais 4 em comissão de serviço, 8 em regime de estágio e 124 com vínculo efetivo.

VÍNCULO JURÍDICO DO EFETIVO 2025



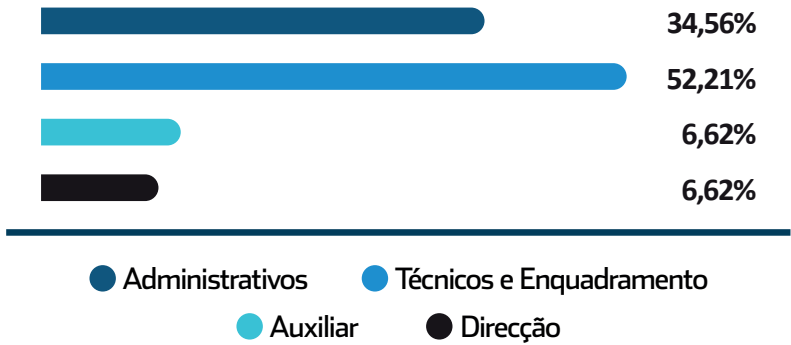
EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



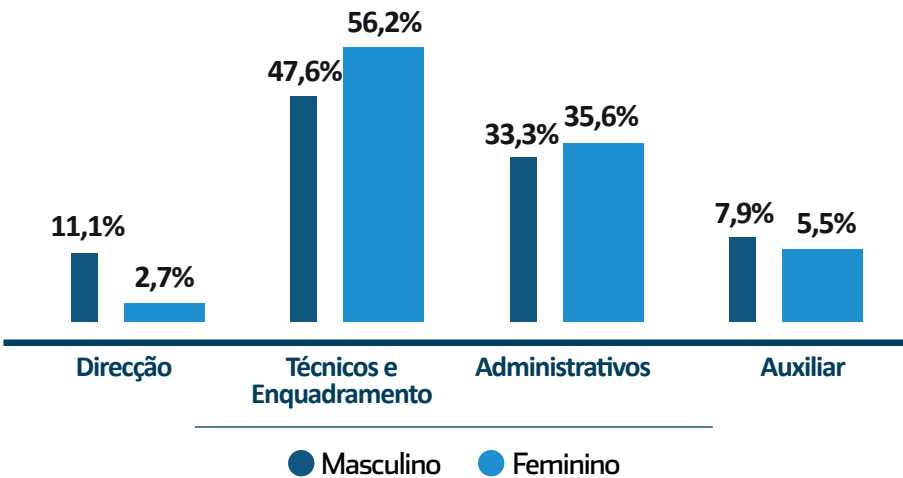
DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO EFETIVO

De acordo com o novo Plano de Carreira, os colaboradores do quadro técnico e enquadramento representam o grupo profissional com maior número de empregados (71), representando 52,21% do total do efetivo. Os colaboradores do grupo funcional administrativo, representavam cerca de 34,56% do efetivo. O grupo profissional com funções de direção (9 elementos) representa cerca de 6,62 do total do efetivo.

EFFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL



GRUPO PROFISSIONAL POR GÉNERO



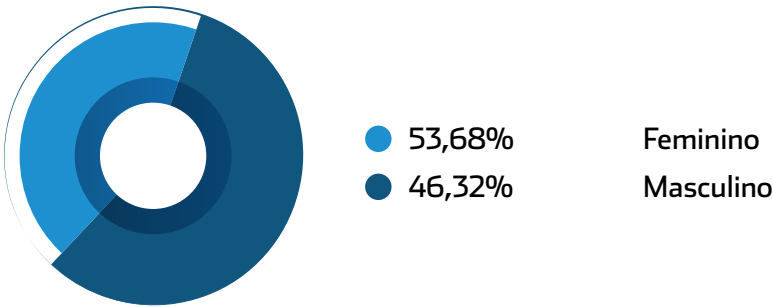
DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O GÉNERO

Na distribuição por género, mantém-se a tendência percentual do ano anterior, sendo que o número dos empregados do sexo feminino (53,68%) é superior ao masculino (46,32%).

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

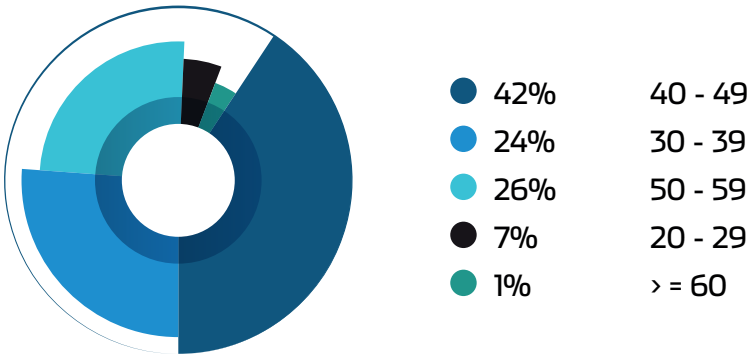
O escalão etário com maior número de empregados é o de 40 a 49 anos, em 2025, representando 42% do efetivo total do BISTP. O escalão 30 a 39 anos representa atualmente 24% do efetivo total.

COLABORADORES SEGUNDO GÉNERO



Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos técnicos e enquadramento.

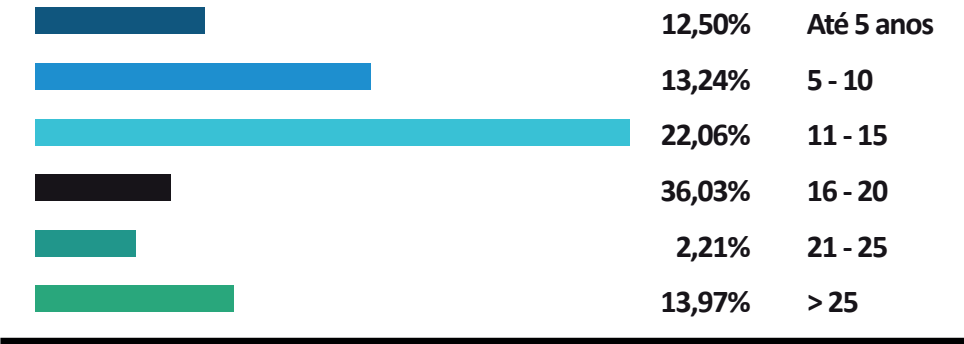
EFFECTIVOS POR ESCALAÇÃO ETÁRIO



DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

No BISTP, cerca de 36,03% dos colaboradores têm entre os “16 a 20 anos” de efetividade. Apesar da vasta experiência dos seus quadros, O BISTP iniciou em 2025 um processo de contratação de novos quadros, com vista a preparar a sucessão, uma vez que uma faixa importante dos seus quadros de aproxima da idade de aposentação.

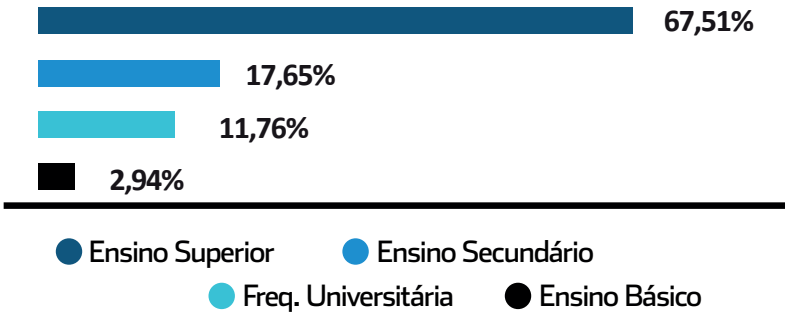
ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2024 o número de colaboradores com habilitações ao nível do Ensino Superior atingiu 62,77% do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancárias), sendo que, incluindo os que têm frequência universitária, a cifra passa para 78,10% do total do efetivo.

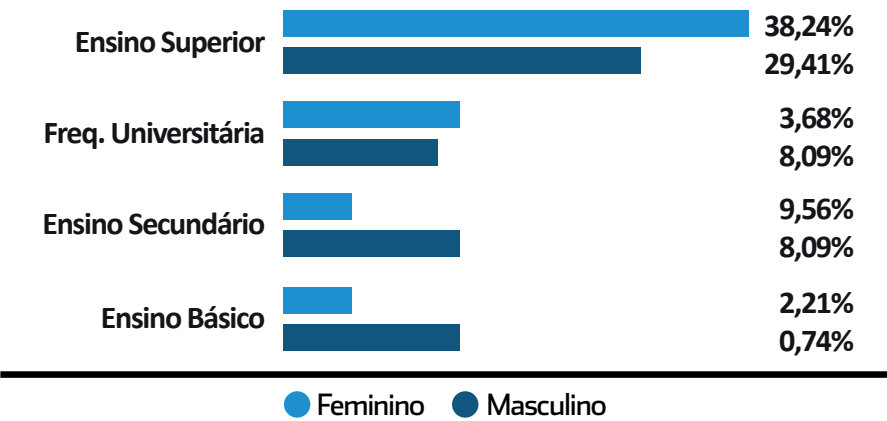
DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA



HABILITAÇÃO LITERÁRIA GRUPO I
(GRUPO DE PROFISSIONAIS COM FUNÇÕES BANCÁRIA) - 2025



DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA E POR GÉNERO



**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

09

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social (RS) refere-se ao compromisso que as organizações, instituições e indivíduos assumem no sentido de atuar de forma ética e responsável perante a sociedade. Vai além do simples cumprimento das leis, envolvendo práticas que promovem o bem-estar social, o desenvolvimento económico sustentável e a proteção do meio ambiente. No contexto organizacional, a responsabilidade social implica que as empresas considerem o impacto das suas atividades na comunidade, nos colaboradores, nos clientes e no ambiente. Isso pode traduzir-se em iniciativas como apoio a projetos comunitários, promoção de condições de trabalho dignas, práticas ambientais responsáveis e investimento em educação, cultura ou saúde.

Ao adotar políticas de responsabilidade social, o BISTP sinaliza ao mercado e a todos stakeholders relativamente à sua determinação em contribuir para promoção de um desenvolvimento e crescimento mais harmonioso e sustentável da sociedade, em o Banco é não só apreciado pelo valor económico que, mas também por todas as causas ambientais e sociais que abraça.

Ao longo da sua trajetória, o BISTP tem pautado o seu modelo de gestão por princípios que ultrapassam a mera prossecução de resultados financeiros. Para além da criação de valor económico, a instituição tem procurado considerar de

forma equilibrada os interesses dos diversos stakeholders com os quais se relaciona, nomeadamente os seus colaboradores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais empenhadas na reinserção social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, bem como os clientes, fornecedores, autoridades públicas, concorrentes e a sociedade em geral. Neste quadro, a responsabilidade social assume-se como um pilar estruturante da atuação do BISTP, contribuindo de forma consistente para o seu crescimento e consolidação ao longo de mais de 33 anos de atividade, bem como para o desenvolvimento sustentável da sociedade são-tomense.

INCLUSÃO

Em 2025, o BISTP deu continuidade ao seu apoio à Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e à Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP) que têm desenvolvido um trabalho muito meritório na defesa dos cidadãos portadores de deficiência física. Continuou igualmente o apoio ao lar de crianças da Fundação Novo Futuro, para o desenvolvimento de ações que têm apoiado a proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

EDUCAÇÃO

A educação corresponde ao processo através do qual se promove a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos, competências, valores e atitudes essenciais ao desenvolvimento humano. O seu principal objetivo é contribuir para o crescimento intelectual, social e emocional dos indivíduos, preparando-os para participar de forma responsável, ética e produtiva na sociedade. Para além disso, a educação constitui um fator fundamental de capacitação das pessoas, impulsionando o desenvolvimento económico e favorecendo a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Por essa razão, o direito à educação é reconhecido e defendido por diversos governos e pela Organização das Nações Unidas.

Tal como tem sido reiterado ao longo dos anos, trata-se de um dos pilares essenciais de uma sociedade e de um dos instrumentos-chave para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. O BISTP em 2025, manteve os contratos-programa com as Universidades de STP – Universidade de São Tomé e Príncipe, atribuindo prémios aos melhores alunos finalistas de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, bolsas de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas e com média superior ou igual a 14 valores, e a contribuição para Investimento em laboratórios, assim como, com a Universidade Lusíada STP/Fundação ATENA – Cultura Ensino e Educação, em que atribui prémio ao melhor aluno finalista, atribui bolsa de estudo ao aluno mais carenciado e com média superior ou igual a 14 valores, e a contribuição para Investimentos em laboratórios.

DESPORTO

O desporto consiste numa atividade física que exige destreza, esforço e, quando virado para a competição, muito talento e aptidão. O desporto assume um papel relevante na integração social, funcionando como um importante meio de convívio e de aproximação entre pessoas de diferentes origens e culturas.

Nesta área em 2025, o BISTP concedeu financiamento ao Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior através do Gabinete do Coordenador de Desporto Escolar para os Jogos Escolares, assegurando a deslocação dos alunos da Região Autónoma do Príncipe.

CULTURA

A cultura pode ser entendida como o conjunto de valores, crenças, tradições, costumes, conhecimentos, práticas e formas de expressão partilhadas por uma comunidade ou sociedade. Ela reflete os modos de vida e de organização social que caracterizam um determinado grupo, sendo transmitida de geração em geração e manifestando-se em diversos domínios, como a arte, a linguagem, a economia, a política e a educação. A cultura não é um fenómeno estático, pelo contrário, encontra-se em permanente transformação, influenciada por fatores históricos, sociais e tecnológicos. Embora cada sociedade possua características culturais próprias, as culturas estão em constante contacto e intercâmbio, sobretudo num contexto de crescente interligação global.

Ao longo do ano 2025, o Banco financiou algumas atividades culturais que contribuíram para a divulgação da cultura São-tomense, sendo as mais relevantes: Patrocínio ao Desfile de Moda para Celebração do Dia Internacional

da Mulher, da conceituada estilista são-tomense Antonieta Almeida, patrocínio à Prof. Dra. CRISTINA AMADO FRANCA E ALMEIDA CASTELO DAVID para a publicação da sua tese intitulada “A Língua Portuguesa e as Línguas de Contacto – O impacto da Política Linguística em São Tomé e Príncipe” e o patrocínio ao renomado e conceituado escritor são-tomense Dr. ALBERTINO HOME DOS SANTOS SEQUEIRA BRAGANÇA, para a publicação do seu último trabalho literário intitulado “PROVÉRBIOS SANTOMENSES (Véssu)”.

Importa referir que o BISTP conta com mais de 17 anos um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português – Instituto Camões STP para a promoção de atividades em conjunto, a partilha de acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.

Outros apoios importantes atribuídos em 2025:

- Patrocínio ao **COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL** para celebração do 50º Aniversário da Institucionalização desta Instituição;
- Reabilitação da maternidade do único hospital do País, Hospital Dr. Ayeres de Menezes.



ANÁLISE FINANCEIRA

10. ANÁLISE FINANCEIRA

10.1 COMPONENTES DO BALANÇO

O ambiente económico nos últimos anos tem-se mantido adverso, caracterizado por um baixo nível de investimento público e privado, escassez de divisas, crises energéticas, por um fluxo migratório de famílias que não tem dado sinais de abrandamento, com impacto no nível do consumo interno e do aumento do risco de crédito. A este contexto de adversidade soma-se o aumento de regulação no sistema financeiro, que têm tido impactos negativos e relevantes na redução das receitas dos bancos e no aumento dos custos de funcionamento.

Este complexo cenário de persistentes crises, baixa atratividade da economia e do mercado, aumento de regulamentação e incertezas, tem exigido do BISTP a manutenção de prudência no desenvolvimento da sua atividade, procurando manter um adequado equilíbrio entre o risco e a rentabilidade operacional, conservando desta forma uma forte solidez do seu balanço.

A manutenção de uma política prudente na avaliação dos riscos, e consequente constituição de provisões para cobertura desse risco, tem permitido ao banco dispor de um balanço saneado, com muita liquidez e com

uma robusta solvabilidade.

Apesar da difícil conjuntura em termos de ambiente macroeconómico e regulatório, o BISTP tem conseguido obter resultados positivos e manter um balanço sólido, evidenciando uma vez mais a sua grande resiliência e capacidade de agregar valor ao capital dos Acionistas.

O ativo total do BISTP em 2025 fixou-se em mSTN 3.738.440, traduzindo-se num aumento na ordem de 9,96% face a 2024, sustentado essencialmente pelo aumento de caixa e disponibilidades em 28,5% e de aplicações financeiras em 5,4%. O passivo também registou uma expansão de (8,8%) face a 2024, justificadas pelo aumento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou um ligeiro crescimento na ordem de 15,3%, justificado essencialmente pelo crescimento do resultado líquido (+41%) e das provisões para riscos gerais em torno dos 10%.

O volume de crédito bruto registou uma expansão ligeira na ordem de 1,8%, o que, em termos absolutos, representa um aumento de mSTN 12.728, quando

comparado com o ano de 2024.

O rácio de qualidade da carteira de crédito, dado pela divisão entre o volume de crédito irregular e a carteira global, fixou-se em 8,5%, contra 13,0% no ano anterior. O crédito em situação irregular caiu em mSTN 34.807, face a 2024. Esta redução do incumprimento é o reflexo de melhoria do risco da carteira de crédito.

As “Aplicações em Instituições de Crédito”, conheceram uma expansão na ordem de 5,4% (+mSTN 41.064). Este crescimento das aplicações deve-se ao aumento de aplicações em Certificados de Depósitos do Banco Central (+45%), em virtude de aumento de liquidez disponível em moeda local. As aplicações em depósito a prazo no exterior registaram pelo contrário uma contração (-7,7%), sendo esta contração explicada pela maior necessidade de utilização desses recursos para atender às necessidades de importação de bens e serviços, e por um aumento de escassez de moeda estrangeira.

As “Aplicações em Títulos” conheceram um crescimento moderado na ordem de 3,9%, correspondendo a um aumento em termos absolutos de mSTN 20.000, em resultado da subscrição de uma emissão de Bilhetes de Tesouro.

Os recursos dos clientes registaram uma expansão na ordem de 13%, impulsionado, essencialmente, pelos depósitos à ordem que cresceram em 13,8%, ao passo que os depósitos a prazo registaram um crescimento marginal (+0,4%). A variação dos depósitos a prazo é justificada em parte, pelo facto do Banco oferecer taxas de remuneração dos passivos relativamente baixas. Não obstante esta contração dos depósitos a prazo, verifica-se, contudo, que os depósitos de clientes no Banco têm demonstrado ao longo dos anos uma

adequada estabilidade, em resultado da e solidez, rigor e confiança que o Banco conseguiu transmitir aos seus clientes. A evidência de uma adequada estabilidade dos depósitos está assente no nível confortável de liquidez do Banco.

10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As mudanças regulatórias ocorridas em finais de 2024, e toda o difícil ambiente económico e social condicionaram a atividade do Banco. O desempenho económico do BISTP foi afetado negativamente pelas alterações regulamentares, que tiveram um impacto direto na atividade e nas operações do banco, com destaque para a norma cambial introduzida em finais de 2024, através da NAP 06/2024.

As receitas operacionais registaram uma contração na ordem de 12,2%, sendo este o resultado de uma margem financeira que registou um crescimento na ordem de 2,8% e uma margem complementar, que pelo contrário, caiu em 24,6%.

A margem financeira registou uma variação positiva impulsionada particularmente pelos juros recebidos sobre as Aplicações em Instituições de Crédito, que conheceram um crescimento na ordem de 15%, decorrente do aumento do volume de aplicações em Certificados de Depósitos do Banco Central.

Os juros das aplicações em Títulos de Dívida Pública conheceram uma expansão na ordem de 12%, sendo que esta variação positiva resulta do aumento da taxa de juro exigida para as dívidas emitidas pelo Estado, no

âmbito do processo de conversão de títulos de curto prazo (Bilhetes de Tesouro) em títulos de longo prazo (Obrigações de Tesouro), ocorridos em setembro de 2024.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma ligeira contração na ordem de 3%.

A margem complementar registou uma contração de 24,6%, em resultado da redução dos proveitos cambiais, comissões líquidas e outros proveitos de exploração.

A menor disponibilidade de divisas para os bancos comerciais (sendo um efeito direto da mudança da política cambial do Banco Central) para realizar operações de venda de moeda estrangeira conduziu um menor proveito recebido em operações cambiais. As depreciações dos dólares americanos também contribuíram negativamente para a queda das receitas de proveitos cambiais em 56%, e que em 2025 totalizou em mSTN 15.446, contra mSTN 34.790 em 2024.

As comissões líquidas conheceram uma contração na ordem de 6,7%, decorrente, essencialmente, da contração dos proveitos recebidos nos serviços de pagamentos ao exterior, em resultado de menor disponibilidade de divisas para realizar esta operação.

Os Outros Proveitos de Exploração caíram na ordem de 65,3%, sendo que esta evolução negativa encontra a sua justificação, particularmente, no menor volume de recuperação de crédito em write-off (-48%), nos menores proveitos recebidos na venda de cartões de débito (-62%) e na ausência de proveitos relacionados com vendas de imóveis.

Em resultado de uma da Margem Financeira que cresceu em apenas 2,8% e da Margem Complementar que contraiu em 24,6%, o Produto Global da Atividade, conheceu uma contração na ordem de 12,2%.

O Custo Operativo registou uma expansão na ordem de 9,1%, levado principalmente pela pelo aumento do custo com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” na ordem de 10,6%, com destaque para o aumento dos gastos com energia e combustível (+19%), serviços de informática (+17%), serviços de auditoria e consultoria (+22,7%). O custo com pessoal registou uma expansão na ordem de 8%, justificado pela constituição de provisão de prémio de produtividade referente ao exercício de 2025.

Houve um reforço de provisão líquida em 2025 de mSTN 3.490, resultante, por um lado, da constituição de provisão para fazer face aos riscos bancários diversos no montante de mSTN 14.805, dentro do qual se destaca mSTN 12.500 relacionado com a fraude perpetrada por um colaborador, e por outro lado da reversão de provisão associada às operações de crédito no montante de mSTN 11.315.

O Resultado Líquido fixou-se em mSTN 78.697, representando um crescimento na ordem de 41%, face ao resultado de 2024, não obstante os condicionalismos que afetaram o negócio em 2025.



11

**PROPOSTA DE
APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
DE RESULTADOS**

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando as disposições legais, que estabelecem reservas legais no valor mínimo de 1/5 do capital social, e estando o cumprimento desse limite já salvaguardado pelo BISTP, o Conselho de Administração do Banco propõe que o resultado líquido referente ao exercício de 2025, no montante de STN 78.697.045 (Setenta e Oito Milhões, seiscentos e Noventa e Sete Mil e Quarenta e Cinco Dobras), seja utilizado da seguinte forma:

- 60% para distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos, a distribuir na proporção da participação acionista;
- 40% para reforço de reservas livres e consequente reforço da situação líquida do Banco.

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Livres	40%	31.478. 818
Acionistas	60%	47.218.227
Resultado Líquido	100%	78.697.045



RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.738.439.603 dobras de São Tomé e Príncipe e um total de capital próprio de 700.851.175 dobras de São Tomé e Príncipe, incluindo um resultado líquido de 78.697.045 dobras de São Tomé e Príncipe), a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações na situação líquida e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
DocID: NjNHNWYyMWNMTAA2NDI3ZGZlZmF0Q2M2cmNmQ2ODNmMjU3Mjg4ODBBUE=

pwc.pt

Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2025

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.
PwC 2 de 3

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Assinado por:


7FF21BDC9315425...
Aurélio Adriano Rangel Amado, ROC n.º 1074
Registado na CMVM com o n.º 20160686

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

13

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A

Balanço para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

		2025			2024				
		Ativo	Amortizações	Ativo	Ativo				
ATIVO	Notas	bruto	e provisões	líquido	líquido	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2025	2024
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	1 140 941 469	-	1 140 941 469	887 615 463	Depósitos:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	249 823 398	-	249 823 398	250 670 597	À vista	11	2 688 852 707	2 362 629 668
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	802 424 458	-	802 424 458	761 360 592	A prazo ou com pré-aviso	11	143 093 730	142 501 531
Créditos sobre clientes	6	804 342 465	(46 425 767)	757 916 698	724 189 594	Recursos de outras entidades	12	9 081 978	12 207 015
Títulos de investimento	7	536 818 756	-	536 818 756	516 818 756	Outros passivos	13	134 316 096	218 214 118
Imobilizações corpóreas	8	472 061 091	(261 357 561)	210 703 530	221 746 685	Contas de regularização	14	62 243 917	56 498 151
Imobilizações incorpóreas	8	58 470 120	(49 645 661)	8 824 459	6 403 825	Total do Passivo		3 037 588 428	2 792 050 484
Imobilizações em curso	8	6 182 414	-	6 182 414	4 824 451	Capital	16	166 600 000	166 600 000
Imobilizações financeiras	8	2 940 000	(2 940 000)	-	-	Reservas	16	103 206 990	103 206 990
Outros ativos	9	67 881 116	(51 522 714)	16 358 402	19 246 153	Resultados transitados	16	192 730 111	136 982 929
Contas de regularização	10	8 446 019	-	8 446 019	6 812 887	Provisões diversas	16	159 617 029	145 101 418
						Resultado do exercício	16	78 697 045	55 747 181
						Total de Situação Líquida		700 851 175	607 638 518
Total do Ativo		4 150 331 306	(411 891 703)	3 738 439 603	3 399 689 002	Total do Passivo e da Situação Líquida		3 738 439 603	3 399 689 002

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	NOTAS	2025	2024
Juros e rendimentos similares	20	167 248 654	162 960 108
Juros e encargos similares	20	(5 444 523)	(5 624 331)
MARGEM FINANCEIRA		161 804 131	157 335 776
Rendimentos de serviços e Comissões	21	146 162 457	152 573 242
Encargos com serviços e Comissões	21	(26 923 325)	(24 789 502)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	15 445 842	34 790 488
Outros Resultados de Exploração	23	10 316 649	29 705 712
PRODUTO BANCÁRIO		306 805 754	349 615 717
Custos com o Pessoal	24	(95 540 715)	(88 465 691)
Gastos Gerais Administrativos	25	(69 401 636)	(62 776 294)
Amortizações do Exercício	8	(23 784 496)	(20 746 974)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	11 314 746	(5 396 214)
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(14 804 622)	(78 388 656)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		114 589 031	93 841 887
Imposto sobre o rendimento	19	(35 891 986)	(38 094 706)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		78 697 045	55 747 181

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração de alterações na Situação Líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Reservas					Resultado dos Incorporados	Provisões	Resultado líquido	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação Cambial	Total		diversas	do exercício	
Saldos em 31-12-2023 (Reexpresso)	166 600 000	63 914 980	892 214	31 139 164	95 946 358	143 464 927	84 804 393	44 342 424	535 158 103
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	7 260 632	-	-	7 260 632	(6 481 998)	-	(778 634)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(43 563 790)	(43 563 790)
Provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	60 297 024	-	60 297 024
Resultado líquido do exercício					-	-		55 747 181	55 747 181
Saldos em 31-12-2024	166 600 000	71 175 612	892 214	31 139 164	103 206 990	136 982 929	145 101 418	55 747 181	607 638 518
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	-	-	-	-	55 747 181	-	(55 747 181)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	14 515 612	-	14 515 612
Resultado líquido do exercício					-	-		78 697 045	78 697 045
Saldos em 31-12-2025	166 600 000	71 175 612	892 214	31 139 164	103 206 990	192 730 111	159 617 029	78 697 044	700 851 175

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Fluxo de Caixa	Nota	2025	2024
Actividades Operacionais			
Resultado Líquido do exercício		78 697 045	55 747 181
Ajustamentos:			
Amortizações do Exercício	8	23 784 496	20 746 974
Provisões e Imparidade		3 489 876	83 784 870
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	5	(37 854 447)	121 371 978
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	6	(12 014 032)	(48 543 330)
(Aumento) / diminuição de outros activos	9	190 073	3 373 412
(Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos	11	326 815 237	(4 893 912)
(Aumento) / diminuição de outros passivos	13	(84 192 330)	175 953 915
Pagamento por Conta do IRC	19	(10 481 281)	(19 313 751)
Fluxo de Actividades Operacionais		288 434 637	388 227 337
Actividades de Investimento			
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:			
Obrigações e outros títulos	7	(19 435 891)	62 277 054
Imobilizações Corpóreas	8	(10 626 401)	(18 367 347)
Imobilizações Incorpóreas	8	(5 893 537)	(5 873 946)
Fluxo da Actividade de Investimento		(35 955 829)	38 035 761
Actividade de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos distribuídos	16	-	(43 563 790)
Fluxo da Actividade de Financiamento		-	(43 563 790)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		252 478 808	382 699 308
Caixa e seus equivalente no início do período		1 138 286 060	755 586 752
Caixa e seus equivalente no final do período		1 390 764 867	1 138 286 060

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

**NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



14

14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2025, de uma rede nacional de onze balcões, localizados na cidade de São Tomé (7), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1), na cidade de Lembá (1) e na Ilha do Príncipe (1), além de dispor de 2 áreas automáticas com ATM na capital dos distritos de Lobata e Caué.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente (NAP) nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Banco operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Banco dispõe de níveis de capital e liquidez adequados, não

tendo os acionistas intenções de encerrar as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas, para o sector bancário, as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

- o diferimento das comissões associadas a crédito é efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;
- os títulos em carteira são registados pelo seu valor nominal, não sendo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;
- as provisões para crédito concedido são determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 13/2021, não sendo calculada imparidade de acordo com a IFRS 9;
- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas é obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 5 de Março de 2019 e 21 de janeiro de 2020, o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções

acima listadas, com exceção do reconhecimento dos títulos em carteira, em que as instituições têm no momento inicial do investimento de determinar se os títulos são valorizados ao justo valor ou destinados ao investimento (ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO” do PCIF).

Foi ainda clarificado que as IFRS não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as IFRS de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às demonstrações financeiras e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Em janeiro de 2022 e em fevereiro de 2023, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações prorrogando todas condições mencionadas nas comunicações de 5 de março de 2019 e 21 de Janeiro de 2020, tendo reiterado na comunicação de fevereiro de 2023 que essas condições irão permanecer em vigor até comunicação oficial em contrário.

As demonstrações financeiras estão expressas em dobras (STN), arredondadas à unidade mais próxima.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 30 de março de 2026 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras serão aprovadas sem alterações significativas

2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2025	2024
1USD	20,8386 STN	23,4584 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais resultantes da conversão, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica “Resultado líquido de operações cambiais”.

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior valor de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2025 e 2024, o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos, para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares.

Para as exposições não significativas, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da NAP nº 13/2021.

Para as exposições extrapatrimoniais, o Banco constitui provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, bem como a NAP n.º 13/2021.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os

níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, conforme anteriormente referido, o Banco regista provisões económicas para alguns clientes onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados por dificuldades financeiras. Estas provisões podem ser revistas ou mesmo eliminadas caso o factor de risco que as determinou se altere ou, no caso dos créditos reestruturados, o cliente tenha um período mínimo de 12 meses de cumprimento efetivo das responsabilidades associadas ao crédito reestruturado.

É permitido classificações distintas de nível de risco entre diferentes exposições de responsabilidade de um mesmo devedor, nos casos em que a exposição classificada na categoria de maior risco represente menos de 10% da exposição total do devedor.

O Conselho de Administração do Banco considera que as provisões económicas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto.

De acordo com o ponto 8 da NAP nº 05/2009 as provisões económicas e as provisões para o crédito classificado nas categorias “Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda” são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para o crédito classificado nas categorias “Normal” e “Sob supervisão” e para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

Nos termos do artigo 5.º da NAP nº 13/2021, as exposições sobre o Estado de São Tomé e Príncipe e sobre o Banco Central de São Tomé e Príncipe, bem como os ativos que por estes se encontrem garantidos, ou ainda, as operações extrapatrimoniais, negociadas por sua conta ou com a sua garantia, devem ser classificadas na categoria de risco “Normal”, devendo ser observadas as seguintes disposições especiais, previstas no nº 2 do referido artigo 5.º:

- O Banco fica desobrigado de constituir as provisões mínimas previstas na NAP;
- Os atrasos no pagamento de juros ou principal não devem ser considerados para reclassificar as exposições para categorias de maior risco;
- No caso de se verificar um atraso no pagamento de juros e/ou principal, o Banco constituirá uma provisão equivalente ao mínimo previsto na NAP para a categoria de risco na qual o montante em situação de incumprimento deveria ser classificado em função do período em atraso, e será aplicada exclusivamente sobre o montante em atraso e não sobre a totalidade da operação em situação de incumprimentos; e

- No caso de atraso no pagamento de juros, o Banco suspenderá o reconhecimento dos correspondentes proveitos, reconhecendo apenas quando ocorrer o efetivo recebimento dos juros em atraso.

Nos termos do artigo 5.º da NAP nº 13/2021, o Banco não constituiu provisões para aquelas exposições nos exercícios com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

d) Bens recebidos em dação em pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação em pagamento para recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº 8 da NAP nº 7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores provenientes de dação em pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Até 2022 o Banco constituía provisões adicionais específicas para esses imóveis por um período de 8 anos, à razão de uma taxa de 12,5% por cada ano de permanência em carteira.

Em 2023 a Administração alterou o critério de cálculo de provisão para os imóveis recebidos em dação e passou a considerar o período de 6 anos para constituição de provisão para os imóveis recebidos em dação, à razão de uma taxa de 16,6667%. Esta decisão teve como fundamento o baixo nível de rotação dos imóveis em carteira, o estado avançado de degradação normalmente verificado nesses imóveis e a fraca dinâmica económica que o País regista nos

últimos anos. Adicionalmente, o Banco reforça aquelas provisões sempre que considera aplicável em função do estado dos imóveis.

As provisões para Bens recebidos em dação em pagamento são apresentadas na rubrica “Outros ativos” (Nota 9).

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor, deduzido das respetivas depreciações. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, na data de aquisição, o Banco deve determinar se os títulos são avaliados ao justo valor ou destinados ao investimento. Os títulos avaliados ao justo valor são aqueles classificados por opção do Conselho de Administração e destinados a negociação. Títulos destinados ao investimento são os títulos de rendimento fixo, com remuneração e prazo de vencimento determinados, que a instituição adquire para manter até ao vencimento ou reembolso.

Os títulos detidos pelo Banco são destinados ao investimento.

Os Bilhetes do Tesouro são registados ao valor nominal na rubrica “Títulos de investimento”, sendo a diferença negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal reconhecida como proveito de forma linear até ao vencimento. O valor do desconto é contabilizado na rubrica do passivo “Contas de

regularização – Receitas com proveito diferido – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

As Obrigações do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe são registadas ao valor nominal na rubrica “Títulos de investimento”, sendo os juros especializados de forma linear.

Em setembro de 2024, os Bilhetes de Tesouro que se encontravam em carteira foram convertidos em 3 Obrigações do Tesouro com pagamento de juros semestrais, e maturidades em 2027, 2029 e 2031, respetivamente.

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Com a entrada em vigor, a partir de 1 de junho de 2023 da Lei 13/2019 do Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), que revogou todas as leis de imposto sobre consumo, o Banco passou a estar obrigado a proceder à coleta do IVA à taxa de 15%.

Também a entrada em vigor da Lei 14/2022 do Imposto de Selo, a partir de 1 de junho 2023, veio alterar a taxa de imposto de selo de 6% para 3,5%. O montante de imposto de selo coletado está refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados.

Os juros dos Bilhetes do Tesouro e Obrigações de Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20%, em sede de imposto sobre rendimento de capitais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. O PCIF não prevê o registo de impostos diferidos.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino).

O Decreto-Lei 01/2025, de 7 de janeiro, introduziu atualizações ao montante de cálculo das pensões nos termos dos Artigos 57º e 80º. O referido Decreto-Lei também introduziu alterações às taxas de contribuição para o sistema de Segurança Social, que passaram a ser de 7% para a entidade empregadora e 5% para os trabalhadores, conforme o Artigo 101º.

j) Prémios de antiguidade

Até 2021, o Banco assumia o compromisso de liquidar um prémio de antiguidade, correspondente a um ou dois meses de vencimento aos

colaboradores que perfaziam 15 e 30 anos de serviço, respectivamente. Em 2022, com a entrada em vigor do novo Estatuto de Pessoal, através da Ordem de Serviço nº 23/2022, o Banco passou a assumir o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um, dois ou três meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 10, 20 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Contas de regularização - Custos a pagar” (Nota 14) e apresentados nos resultados na categoria de “Custos com pessoal”.

k) Prémio de produtividade

A Comissão Executiva distribui anualmente aos empregados prémios de produtividade (Participação de Lucros) de acordo com a contribuição de cada um para os resultados e defesa dos interesses do BISTP.

Para elegibilidade foram definidos os seguintes critérios:

- Empregados do quadro efetivo, com contrato por tempo indeterminado, a termo, de avença ou expatriado, que à data de 31 de dezembro se encontrem ao serviço do Banco;
- Empregados que, não estando ao serviço do Banco naquela data, tenham prestado serviço efetivo na totalidade ou em parte no ano, e que, entretanto:
 - o Tenham sido reformados;
 - o Tenham cessado funções no respeito de contrato ou acordo estabelecido com o Banco, excetuando-se os contratados a termo que por desadequação foram dispensados.

Os prémios de produtividade são refletidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

A remuneração dos órgãos sociais é composta por duas componentes, sendo uma fixa, atribuída a todos os membros do Conselho de Administração, e uma variável atribuída exclusivamente aos membros executivos do Conselho de Administração, com o propósito de estimular o desempenho deste órgão e premiar os resultados alcançados. A remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração é paga discricionariamente, em função do desempenho sustentado do Banco e por decisão da Assembleia Geral, após aprovação das contas.

l) Comissões

Conforme descrito na Nota 2.1, o Banco efetua o diferimento das comissões cobradas na concessão dos créditos sobre clientes ao longo da vida das operações através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são igualmente objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões diretamente imputáveis à sua

originação cobradas ou pagas, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

m) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Nos termos do artigo 6.º da NAP 13/2021, as exposições classificadas na categoria “Perda” devem ser abatidas ao ativo (write-off) após terem decorridos 12 meses desde a sua classificação naquela categoria ou antes desse prazo, caso não existam expectativas razoáveis de recuperação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

n) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na NAP 13/2021 e no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

o) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e depósitos de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

p) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Um passivo contingente afigura-se como uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob controlo da entidade ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Assim, o Banco divulga um passivo contingente, quando é mais provável que nenhuma obrigação presente exista à data do balanço, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro linear, o qual não difere de forma material do método da taxa de juro efetiva.

O cálculo de juro inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos relacionados com a transação.

A NAP 05/2009 - "Plano de Contas para as Instituições Financeiras" estabelece que as instituições não podem continuar a reconhecer juros (periodificação)

após 90 dias de incumprimento (operações de crédito classificadas nas categorias "Abaixo do normal", "Crédito duvidoso" e "Perda").

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

2.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das

suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Provisões para crédito concedido

As provisões sobre crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2 c), resultando de uma revisão periódica da carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade (provisões económicas). Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o seu comportamento e dados históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal, um elevado grau de julgamento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

b) Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2.2 p) acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

No primeiro trimestre de 2025, o Banco identificou uma fraude perpetrada por um colaborador desde 2018, na qual era adulterado de forma recorrente o beneficiário efetivo de ordens recebidas pelo Banco da Direção do Tesouro. O Conselho de Administração do Banco registou provisões para fazer face a esta contingência, a qual se reveste de uma elevada incerteza quanto ao montante a pagar, tendo em consideração a informação até à data disponível, as opiniões dos advogados, o julgamento do processo em sede de justiça, ainda não iniciado, e os requisitos definidos na NAP nº 5/09, de 9 de julho.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota. A reavaliação dos passivos contingentes está dependente da evolução de processos judiciais em curso, podendo esta ter um resultado diferente do previsto.

c) Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos após a data a que a matéria coletável respeite, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2021 a 2025. No entanto, não é previsível que qualquer correção relativa a

estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Caixa		
Notas e moedas nacionais	64 373 603	66 821 892
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	21 850 876	23 783 191
Em Dólares dos Estados Unidos	7 246 957	10 212 685
Em outras divisas	2 878 723	1 923 634
	96 350 159	102 741 402
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	999 021 770	748 746 394
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	18 906 495	24 852 815
Em Dólares dos Estados Unidos	26 663 045	11 274 852
	1 044 591 310	784 874 061
	1 140 941 469	887 615 463

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o coeficiente da reserva mínima de caixa (RMC), era de 28% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante total de exigibilidades ascende a STN 791.527.797 e STN 703.151.359 respetivamente.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Cheques a cobrar No país	2 281 688	2 366 228
	2 281 688	2 366 228
Títulos a cobrar no país	1 755 175	483 802
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	163 214 174	195 179 286
Sucursal de França	3 445 450	3 251 532
Banco Comercial Português	11 320 462	28 398 687
Banco Santander Totta	3 652 092	2 916 352
Banco BAI Europa	63 969 779	17 890 114
Outras Instituições de Crédito	184 362	184 362
	245 786 319	247 820 333
Outras disponibilidades	216	234
	249 823 398	250 670 597

A rubrica “Cheques a cobrar” corresponde a cheques sobre clientes de outros Bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Títulos a cobrar no país” corresponde aos títulos representativos de “ordens bancárias” emitidas pela Direção Geral do Tesouro, visando o pagamento das despesas correntes do Estado e que são depositados no Banco para efeitos de liquidação, os quais apresentam datas de maturidade inferiores a 10 dias.

A contração de disponibilidade de divisas nos Bancos correspondentes resulta de uma maior escassez de divisas, resultante da obrigatoriedade de os Bancos repassarem ao Banco Central 25% das divisas arrecadas no exterior, à luz da NAP 06/2024, e de uma alteração por parte do Estado verificada em 2025, que passou a canalizar um volume considerável dos recebimentos de divisas institucionais diretamente para o Banco Central de São Tomé e Príncipe, sem passar pelos bancos comerciais.

O saldo em divisas do Banco serve ainda para garantir o cumprimento de obrigações para com clientes relativamente aos saldos e ativos que estes mantêm no Banco em divisas.

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo e certificados de depósito, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

	2025					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Aplicações em instituições de crédito no país						
Certificados de Depósitos :						
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	5,00%	48 780 488	48 780 488	1 097 561	49 878 049
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	5,50%	220 888 355	220 888 355	2 632 253	223 520 609
				269 668 843	3 729 814	273 398 658
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro						
Depósitos a prazo:						
CGD - Portugal	EUR	1,78%	8 534 000	209 083 000	661 632	209 744 632
BAI Europa	EUR	1,35%	500 000	12 250 000	90 497	12 340 497
BAI Europa	EUR	2,53%	500 000	12 250 000	308 203	12 558 203
BAI Europa	EUR	2,42%	885 000	21 682 500	467 872	22 150 372
BAI Europa	EUR	2,33%	623 333	15 271 659	282 687	15 554 345
BAI Europa	EUR	2,03%	300 000	7 350 000	90 766	7 440 766
BAI Europa	EUR	1,95%	209 333	5 128 659	51 116	5 179 774
BAI Europa	EUR	2,05%	400 000	9 800 000	70 873	9 870 873
BAI Europa	EUR	2,11%	400 000	9 800 000	72 947	9 872 947
BAI Europa	EUR	2,10%	210 000	5 145 000	29 412	5 174 412
BAI Europa	EUR	2,17%	210 000	5 145 000	30 393	5 175 393
BAI Europa	EUR	2,03%	215 000	5 267 500	21 089	5 288 589
BAI Europa	EUR	2,05%	235 000	5 757 500	4 918	5 762 418
BAI Europa	EUR	2,16%	235 000	5 757 500	5 182	5 762 682
BAI Europa	EUR	2,31%	235 000	5 757 500	5 542	5 763 042
BAI Europa	USD	4,24%	600 000	12 503 160	527 189	13 030 349
BAI Europa	USD	4,20%	650 000	13 545 090	543 610	14 088 700
BAI Europa	USD	4,11%	1 920 000	40 010 112	1 306 397	41 316 509
BAI Europa	USD	4,00%	407 000	8 481 310	232 765	8 714 075
BAI Europa	USD	3,99%	209 333	4 362 207	88 960	4 451 167
BAI Europa	USD	3,99%	609 000	12 690 707	258 806	12 949 513
BAI Europa	USD	4,13%	390 000	8 127 054	118 409	8 245 463
BAI Europa	USD	3,91%	390 000	8 127 054	112 101	8 239 155
BAI Europa	USD	3,93%	1 115 000	23 235 039	248 576	23 483 615
BAI Europa	USD	3,87%	1 115 000	23 235 039	244 781	23 479 820
BAI Europa	USD	3,87%	275 000	5 730 615	43 739	5 774 354
BAI Europa	USD	3,74%	275 000	5 730 615	42 270	5 772 885
BAI Europa	USD	3,59%	275 000	5 730 615	40 574	5 771 189
BAI Europa	USD	3,70%	256 666	5 348 560	8 246	5 356 806
BAI Europa	USD	3,66%	256 666	5 348 560	8 157	5 356 717
BAI Europa	USD	3,58%	256 666	5 348 560	7 978	5 356 538
				523 000 115	6 025 685	529 025 800
				792 668 958	9 755 500	802 424 458

2024

	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Aplicações em instituições de crédito no país						
Certificados de Depósitos :						
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	4,50%	79 110 012	79 110 012	316 479	79 426 492
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	4,50%	108 776 267	108 776 267	203 956	108 980 223
				187 886 279	520 435	188 406 714
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro						
Depósitos a prazo:						
CGD - Portugal	EUR	2,83%	660 923	16 192 624	16 548	16 209 172
CGD - Portugal	EUR	2,82%	440 000	10 780 000	844	10 780 844
CGD - Portugal	EUR	2,70%	500 000	12 250 000	919	12 250 919
BAI Europa	EUR	3,64%	2 550 000	62 475 000	2 116 167	64 591 167
BAI Europa	EUR	3,87%	3 050 000	74 725 000	2 466 112	77 191 112
BAI Europa	EUR	3,80%	1 250 000	30 625 000	956 861	31 581 861
BAI Europa	EUR	3,35%	500 000	12 250 000	224 566	12 474 566
CGD - Portugal	USD	4,25%	422 502	9 911 224	15 211	9 926 435
BAI Europa	USD	5,30%	1 690 000	39 644 696	2 118 679	41 763 375
BAI Europa	USD	5,15%	1 850 000	43 398 040	2 172 916	45 570 956
BAI Europa	USD	5,38%	3 700 000	86 796 080	3 982 156	90 778 236
BAI Europa	USD	4,74%	1 326 667	31 121 477	483 524	31 605 001
BAI Europa	USD	4,30%	1 326 667	31 121 477	438 640	31 560 117
BAI Europa	USD	4,68%	406 000	9 524 110	84 193	9 608 304
BAI Europa	USD	4,57%	406 000	9 524 110	82 214	9 606 325
BAI Europa	USD	4,44%	408 000	9 571 027	80 269	9 651 296
BAI Europa	USD	4,33%	500 000	11 729 200	18 340	11 747 540
BAI Europa	USD	4,30%	500 000	11 729 200	18 213	11 747 413
BAI Europa	USD	4,28%	500 000	11 729 200	18 128	11 747 328
CGD - Portugal	GBP	4,70%	420 000	12 405 078	559 078	12 964 156
CGD - Portugal	GBP	4,35%	200 000	5 907 180	704	5 907 884
CGD - Portugal	GBP	4,35%	200 000	5 907 180	704	5 907 884
CGD - Portugal	GBP	4,35%	200 000	5 907 180	704	5 907 884
CGD - Portugal	CAD	2,75%	115 000	1 873 960	143	1 874 103
				557 098 045	15 855 833	572 953 878
				744 984 324	16 376 268	761 360 592

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os certificados de depósitos e os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2025			2024		
	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total
Até três meses	11 106 060	13 164	11 119 224	254 656 508	573 001	255 229 509
Entre três meses e um ano	781 562 898	9 742 336	791 305 234	490 327 816	15 803 267	506 131 084
	792 668 958	9 755 500	802 424 458	744 984 324	16 376 268	761 360 593

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Crédito Regular:		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	-	170 000
Empréstimos	587 047 409	587 714 893
Crédito em conta corrente	24 382 299	10 480 256
Descobertos em depósitos à ordem	113 147 084	80 497 541
	<u>724 576 792</u>	<u>678 862 690</u>
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	6 260 467	7 528 880
Crédito em conta corrente	-	-
Descobertos em depósitos à ordem	3 117 987	5 576
Outros Créditos	-	-
	<u>9 378 454</u>	<u>7 534 456</u>
Total de crédito regular(1)	<u>733 955 246</u>	<u>686 397 146</u>
Crédito Irregular:		
- Moeda Nacional:		
Capital	59 140 323	84 469 690
Juros	192 169	467 258
	<u>59 332 492</u>	<u>84 936 948</u>
- Moeda Estrangeira:		
Capital	8 840 071	17 772 900
Juros	-	269 757
	<u>8 840 071</u>	<u>18 042 657</u>
Total de crédito irregular (2)	<u>68 172 563</u>	<u>102 979 605</u>
Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)	<u>802 127 809</u>	<u>789 376 751</u>
Juros a receber de crédito concedido (4)	<u>2 214 656</u>	<u>2 237 356</u>
Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)	<u>804 342 465</u>	<u>791 614 107</u>
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	<u>(46 425 767)</u>	<u>(67 424 513)</u>
Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)	<u>757 916 698</u>	<u>724 189 594</u>

De acordo com o PCIF, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas categorias 1 e 2 da carteira de crédito (“Normal” e “Sob supervisão”, respetivamente), são considerados em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas categorias 3, 4 e 5 da carteira de crédito (“Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda”, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as provisões constituídas para clientes nas categorias “Irregular” ascendem a 46.425.767 STN e 67.424.513 STN, respetivamente, e encontram-se a abater ao valor bruto do crédito no ativo na rubrica “Crédito sobre clientes”.

A redução do montante de provisões para os créditos na categoria irregular explica-se, em grande parte, pela melhoria da situação de risco, decorrente do facto que alguns créditos classificados como sendo crédito de risco elevado terem tido registo de pagamento das suas respetivas prestações durante doze meses de forma ininterrupta, o que levou o Banco, à luz da NAP 13/2021, a reclassificar esses créditos para a situação normal e reverter as provisões económicas associadas. A realização do Write-off de alguns créditos em situação irregular prolongada, também contribuíram para redução do volume do crédito irregular na carteira, e consequentemente a utilização da provisão económica associada.

Em 2025 e 2024, o Banco procedeu ao abate dos créditos (Write-off) que estavam classificados com perda por mais de 12 meses, conforme estipula a

NAP 13/2021, nos montantes de 8.559.943 STN e 4.724.746 STN (inclui, para além do capital em dívida, os juros de mora, comissões de processamento e custas judiciais), respetivamente.

Em 2025 e 2024, encontram-se registadas provisões para clientes na categoria “Regular” nos montantes de 12.129.604 STN e 9.294.999 STN, respetivamente (Nota 15), em resultado do aumento do volume de crédito na classe “Normal”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do crédito e respetivas provisões por classe, excluindo juros vincendos, pode ser detalhada como segue:

2025								
Classe	Vencido				Total de Crédito	Provisões		
	Vivo	Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	723.364.605	-	336.041	336.041	723.700.646	8.579.876	2.292.857	10.872.733
Sob supervisão	9.662.885	549.460	42.256	591.716	10.254.600	250.073	1.006.798	1.256.871
Total de Crédito Regular	733.027.489	549.460	378.297	927.757	733.955.246	8.829.949	3.299.656	12.129.604
Abaixo do normal	4.608.025	5.235.099	20.280	5.255.378	9.863.403	619.001	1.846.849	2.465.851
Crédito Duvidoso	34.317.417	7.553.761	162.473	7.716.234	42.033.651	2.780.443	24.903.965	27.684.408
Perda	5.696.001	10.565.906	13.602	10.579.508	16.275.508	8.020.698	8.254.811	16.275.508
Total de crédito irregular	44.621.443	23.354.765	196.355	23.551.120	68.172.563	11.420.142	35.005.625	46.425.767
	777.648.932	23.904.225	574.652	24.478.877	802.127.809	20.250.091	38.305.280	58.555.371

2024								
Classe	Vencido				Total de Crédito	Provisões		
	Vivo	Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	684 106 262	-	263 574	263 574	684 369 836	7 498 261	1 593 304	9 091 565
Sob supervisão	1 189 934	817 529	19 847	837 376	2 027 310	108 239	95 195	203 434
Total de Crédito Regular	685 296 196	817 529	283 421	1 100 950	686 397 146	7 606 500	1 688 499	9 294 999
Abaixo do normal	12 339 820	177 102	32 700	209 802	12 549 621	481 280	2 675 677	3 156 957
Crédito Duvidoso	58 929 528	11 982 985	276 434	12 259 419	71 188 948	6 176 132	38 849 996	45 026 128
Perda	285 020	18 528 134	427 881	18 956 016	19 241 035	13 965 728	5 275 700	19 241 428
Total de crédito irregular	71 554 368	30 688 221	737 015	31 425 237	102 979 604	20 623 140	46 801 373	67 424 513
	756 850 564	31 505 750	1 020 436	32 526 187	789 376 750	28 229 640	48 489 872	76 719 512

Para efeitos de apresentação dos quadros acima, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a cobertura do crédito irregular por provisões era de 68,1% e 65,5%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (excluindo os juros a receber) por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2025			2024		Unid: mSTN
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
Empresas						
Agrícola	-		-	-		-
Automóvel	101 745		101 745	352 291		352 291
Comércio	280 000		280 000	558 139		558 139
Construção	12 937 452	4 498 614	17 436 066	3 024 877	8 473 528	11 498 405
Consumo	5 689 967	34 203	5 724 170	2 098 602	1 746 704	3 845 306
Habitação			-			-
Importação	3 161 989		3 161 989	908 585		908 585
Investimento:	44 301 639	8 297 810	52 599 449	30 249 274	12 286 228	42 535 502
-Agricultura e Pecuária	-		-	-		-
-Comercio	8 130 931	6 753 659	14 884 590	13 374 070	10 049 293	23 423 363
-Construção	17 772 875	1 215 142	18 988 017	13 008 241	1 749 594	14 757 835
-Educação	-		-	136 877		136 877
-Serviços	8 228 455	31 447	8 259 902	702 608	45 589	748 197
-Turismo	4 229 916	297 563	4 527 479	3 027 479	441 752	3 469 231
-Industria	5 939 462					
Outros Tipos	19 982 258		19 982 258	17 475 884		17 475 884
Organismo Central do Estado	294 706 870		294 706 870	311 236 485		311 236 485
	381 161 919	12 830 628	393 992 547	365 904 136	22 506 460	388 410 596
Particulares						
Agrícola	303 949		303 949	264 447		264 447
Automóvel	961 398	673 706	1 635 103	896 924	774 576	1 671 501
Comércio	547 427		547 427	435 726	42 629	478 356
Construção	65 804 601	2 047 579	67 852 180	60 446 502	10 919 709	71 366 211
Consumo	149 630 864	6 718 449	156 349 313	125 273 667	9 377 045	134 650 713
Educação	22 488		22 488	199 202		199 202
Habitação	120 830 623	36 112 857	156 943 480	118 641 942	42 799 288	161 441 229
Importação	426 759	390 621	817 380		418 836	418 836
Investimento	13 491 807	8 818 555	22 310 361	13 177 496	16 141 061	29 318 557
Outros Tipos	391 042	580 169	971 211	419 724		419 724
Saúde	382 369		382 369	737 379		737 379
	352 793 327	55 341 935	408 135 262	320 493 010	80 473 145	400 966 155
	733 955 246	68 172 563	802 127 809	686 397 146	102 979 605	789 376 751

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o crédito em situação regular (excluindo juros a receber) apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média ponderada:

	2025		2024	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	10,02%	724.576.792	11,05%	678.667.136
Em Dólares dos Estados Unidos	30,75%	3.749.832	10,35%	5.888.316
Em Euros	9,50%	5.628.622	11,25%	1.646.140
		733.955.246		686.201.592

novas negociações passou a STN 109.484.733, e para a categoria de maturidade “Até 3 meses”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2025	2024
<i>Unid: mSTN</i>	Total	Total
Até 3 meses	141 023 451	13 684 747
De 3 meses a 1 ano	30 704 555	33 687 752
De 1 ano a 5 anos	492 399 802	519 727 767
Mais de 5 anos	137 011 191	140 755 379
Não definido	988 809	81 521 106
	802 127 809	789 376 751

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada. A variação ocorrida na maturidade “Até 3 meses” e “Não definido” em 2025, deve-se essencialmente a uma operação de linha descoberto negociada que, em 2024, se encontrava na categoria de “Não definido”, no montante de STN 79.850.198, mas que em 2025, em resultado de

7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2025							Unid: mSTN
	Custo	Taxa de	Data de	Montante			
	Moeda	de aquisição	Juros	vencimento	em STN	Montante de Cupão	Total
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2027)	STN	124 593 141	6,69%	01/09/2027	124 593 141	2 778 427	127 371 569
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2029)	STN	124 593 141	7,07%	01/09/2029	124 593 141	2 936 245	127 529 386
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2031)	STN	255 612 688	7,40%	01/09/2031	255 612 688	6 305 113	261 917 801
Bilhetes de Tesouro (STPBTTES0031)	STN	19 082 473	6,50%	15/06/2026	19 082 473	917 527	20 000 000
					523 881 443	12 937 313	536 818 756

2024							
	Custo	Taxa de	Data de	Montante			
	Moeda	de aquisição	Juros	vencimento	em STN	Montante de Cupão	Total
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2027)	STN	124 593 141	6,69%	01/09/2027	124 593 141	2 778 427	127 371 569
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2029)	STN	124 593 141	7,07%	01/09/2029	124 593 141	2 936 245	127 529 386
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2031)	STN	255 612 688	7,40%	01/09/2031	255 612 688	6 305 113	261 917 801
					504 798 971	12 019 785	516 818 756

Em 1 de setembro de 2024, os Bilhetes de Tesouro foram convertidos em Obrigações de Tesouro (STPOTTES2027, STPOTTES2029 e-STPOTTES2031), no valor de 504.798.971 STN, de acordo com o seguinte detalhe:

	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0025)	STN	188.969.601	5,84%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0026)	STN	37.735.849	6,00%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0027)	STN	94.339.623	6,00%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0029)	STN	160.279.719	6,06%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0030)	STN	23.474.178	6,50%
		504.798.971	

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco apenas dispunha na sua carteira de títulos emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor do desconto associado aos Bilhetes de Tesouro, no montante de STN 564.109, encontra-se registado na rubrica “Receitas com proveitos diferidos – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	31/12/2024				Aquisições	Amortizações do exercício	Abates		Transferências	31/12/2025			
	Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Ativo líquido			Ativo Bruto	Amortizações acumuladas		Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Ativo líquido
Imobilizações corpóreas													
Imóveis de serviço próprio	291 723 585	(105 419 601)	-	186 303 985	963 837	(8 181 053)	-	-	-	292 687 423	(113 600 653)	-	179 086 770
Mobiliário e material	42 367 339	(38 078 100)	-	4 289 239	8 543	(458 975)	-	-	-	42 375 882	(38 537 075)	-	3 838 807
Maquinas e ferramentas	44 021 195	(36 397 011)	-	7 624 184	629 818	(3 597 518)	-	-	-	44 651 012	(39 994 529)	-	4 656 483
Equip. Informático-hardware	44 084 896	(32 349 718)	-	11 735 178	4 254 077	(4 370 705)	-	-	-	48 338 973	(36 720 423)	-	11 618 550
Instalações interiores	16 936 612	(13 309 690)	-	3 626 922	945 848	(779 098)	-	-	-	17 882 460	(14 088 788)	-	3 793 672
Material de Transporte	14 011 809	(8 541 708)	-	5 470 101	1 396 025	(2 403 840)	-	-	-	15 407 834	(10 945 548)	-	4 462 286
Equipamentos de Segurança	5 686 639	(4 274 415)	-	1 412 224	1 070 289	(321 301)	-	-	-	6 756 928	(4 595 715)	-	2 161 213
Outros Equipamentos	2 876 573	(2 675 726)	-	200 847	-	(199 103)	-	-	-	2 876 573	(2 874 829)	-	1 744
Património artístico	1 084 005	-	-	1 084 005	-	-	-	-	-	1 084 005	-	-	1 084 005
	462 792 653	(241 045 967)	-	221 746 685	9 268 439	(20 311 594)	-	-	-	472 061 091	(261 357 561)	-	210 703 530
Imobilizações incorpóreas													
Equip. Informático-software	52 521 427	(46 117 602)	-	6 403 825	5 893 537	(3 472 902)	-	-	-	58 414 964	(49 590 505)	-	8 824 459
Outros	55 156	(55 156)	-	-	-	-	-	-	-	55 156	(55 156)	-	-
	52 576 583	(46 172 759)	-	6 403 825	5 893 537	(3 472 902)	-	-	-	58 470 120	(49 645 661)	-	8 824 459
Imobilizações em curso													
Imobilizações incorpóreas	3 531 074	-	-	3 531 074	1 394 240	-	-	-	(2 195 777)	2 729 538	-	-	2 729 538
Imóveis de serviço próprio	-	-	-	-	118 443	-	-	-	-	118 443	-	-	118 443
Equip. Informático-hardware	-	-	-	-	-	-	-	-	(149 234)	(149 234)	-	-	(149 234)
Instalações interiores	-	-	-	-	1 621 270	-	-	-	(848 103)	773 167	-	-	773 167
Material de Transporte	-	-	-	-	888 169	-	-	-	-	888 169	-	-	888 169
Mobiliário e material	-	-	-	-	119 659	-	-	-	-	119 659	-	-	119 659
Máquinas e ferramentas	1 293 377	-	-	1 293 377	705 336	-	-	-	(296 040)	1 702 673	-	-	1 702 673
Equipamentos de Segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4 824 451	-	-	4 824 451	4 847 117	-	-	-	(3 489 154)	6 182 414	-	-	6 182 414
Imobilizações financeiras													
SPAUT	2 940 000	-	(2 940 000)	-	-	-	-	-	-	2 940 000	-	(2 940 000)	-
	2 940 000	-	(2 940 000)	-	-	-	-	-	-	2 940 000	-	(2 940 000)	-
	523 133 687	(287 218 726)	(2 940 000)	232 974 961	20 009 092	(23 784 496)	-	-	(3 489 154)	539 653 625	(311 003 222)	(2 940 000)	225 710 403

	31/12/2023 reexpresso				Aquisições	Amortizações do exercício	Abates		Transferências	31/12/2024			
	Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Ativo líquido			Ativo Bruto	Amortizações acumuladas		Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Ativo líquido
Imobilizações corpóreas													
Imóveis de serviço próprio	283 677 871	(96 839 702)	-	186 838 169	2 631 580	(8 080 894)	-	-	5 414 135	291 723 585	(104 920 596)	-	186 802 989
Mobiliário e material	41 269 297	(37 975 428)	-	3 293 869	1 098 042	(605 566)	-	-	-	42 367 339	(38 580 994)	-	3 786 345
Máquinas e ferramentas	41 800 262	(32 797 371)	-	9 002 890	2 141 749	(3 599 272)	-	-	79 184	44 021 195	(36 396 644)	-	7 624 551
Equip. Informático-hardware	36 597 106	(29 617 352)	-	6 979 753	7 487 791	(2 731 235)	-	-	-	44 084 896	(32 348 587)	-	11 736 309
Instalações interiores	15 183 530	(12 557 844)	-	2 625 686	1 753 082	(750 717)	-	-	-	16 936 612	(13 308 561)	-	3 628 051
Material de Transporte	13 698 183	(7 886 541)	-	5 811 642	2 377 589	(2 718 000)	2 063 963	(2 063 963)	-	14 011 809	(8 540 578)	-	5 471 231
Equipamentos de Segurança	5 014 629	(3 959 062)	-	1 055 568	672 010	(315 219)	-	-	-	5 686 639	(4 274 281)	-	1 412 358
Outros Equipamentos	2 876 573	(2 459 451)	-	417 122	-	(216 275)	-	-	-	2 876 573	(2 675 726)	-	200 847
Património artístico	1 084 005	-	-	1 084 005	-	-	-	-	-	1 084 005	-	-	1 084 005
	441 201 455	(224 092 751)	-	217 108 704	18 161 842	(19 017 179)	2 063 963	(2 063 963)	5 493 319	462 792 652	(241 045 967)	-	221 746 685
Imobilizações incorpóreas													
Equip. Informático-software	46 647 481	(44 387 807)	-	2 259 674	4 457 410	(1 729 795)	-	-	1 416 536	52 521 427	(46 117 602)	-	6 403 825
Outros	55 157	(55 157)	-	-	-	-	-	-	-	55 157	(55 157)	-	-
	46 702 637	(44 442 964)	-	2 259 674	4 457 410	(1 729 795)	-	-	1 416 536	52 576 584	(46 172 759)	-	6 403 825
Imobilizações em curso													
Imobilizações incorpóreas	2 554 984	-	-	2 554 984	2 392 626	-	-	-	(1 416 536)	3 531 074	-	-	3 531 074
Imóveis de serviço próprio	5 414 135	-	-	5 414 135	-	-	-	-	(5 414 135)	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	79 184	-	-	79 184	1 293 377	-	-	-	(79 184)	1 293 377	-	-	1 293 377
Equipamentos de Segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8 048 302	-	-	8 048 302	3 686 004	-	-	-	(6 909 855)	4 824 451	-	-	4 824 451
Imobilizações financeiras													
SPAUT	2 940 000	-	(2 940 000)	-	-	-	-	-	-	2 940 000	-	(2 940 000)	-
	2 940 000	-	(2 940 000)	-	-	-	-	-	-	2 940 000	-	(2 940 000)	-
	498 892 395	(268 535 715)	(2 940 000)	227 416 680	26 305 256	(20 746 974)	2 063 963	(2 063 963)	-	523 133 687	(287 218 726)	(2 940 000)	232 974 961

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 5,364%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 54.806.500.

No exercício de 2017, o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura. Embora em 2024 a SPAUT tenha apresentado um resultado líquido positivo, os resultados líquidos negativos acumulados dos exercícios anteriores corroeram o capital dos acionistas, levando a situação líquida a um saldo negativo acumulado de STN 3.756.626. Por este o motivo, o BISTP, prudencialmente, mantém a sua participação provisionada em 100%.

Em 2025, registou-se um aumento do imobilizado bruto na rubrica de equipamentos informáticos e hardware em STN 4.254.077 decorrente de um maior investimento feito nos domínios da segurança dos sistemas e processamento e armazenamento de dados.

Foram realizadas aquisição de viaturas para dar apoio aos serviços de logística e da tesouraria central, o que levou ao crescimento do imobilizado bruto referente ao material de transporte em STN 1.396.025.

Foi ainda efetuado um investimento na melhoria dos sistemas de alarmes anti-intrusão e incêndio, razão pela qual se verificou um aumento do imobilizado referente aos equipamentos de segurança em STN 1.070.289.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	56 948 706	55 374 688
Adiantamentos - Cash advance	332 073	401 776
Western Union	2 190 648	4 331 198
Imposto sobre rendimento (IRC) a receber	3 160 324	-
Cartões VISA	-	592 055
Devedores - Recuperação imposto/Selo	-	1 259 735
Imóveis detidos para venda	1 221 620	1 221 620
Outros	4 027 745	5 290 383
	67 881 116	68 471 455
Provisões para ativos por recuperação de crédito e outros devedores (Nota 15)	(51 522 714)	(49 225 302)
	16 358 402	19 246 153

A rubrica “Western-Union” diz respeito a valores que estão pendentes de compensação por parte da Western-Union, e cuja compensação ocorre nos primeiros dias do ano seguinte.

O imposto sobre rendimento (IRC) a receber no montante de STN 3.160.324 resulta do excesso de pagamento por conta de IRC feito em 2025.

Em 31 dezembro de 2025, a rubrica “Outros” é composta essencialmente por fraudes cometidas por colaboradores e por falhas decorrentes de emissão em duplicado de pagamentos ao exterior nos montantes de STN 1.591.125 e STN 1.224.071, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as provisões para outros ativos apresentam o seguinte detalhe:

Detalhe de provisão para outros ativos	2025	2024
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	47 720 567	45 193 279
Imóveis detidos para venda	245 000	245 000
Adiantamentos - Cash advance	332 073	355 226
Outros	3 225 074	3 431 798
	51 522 714	49 225 303

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor bruto e as provisões constituídas para os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

Movimento em 2025						
	Saldo em		Despesas		Reavaliação	Saldo em
<u>Ano de Aquisição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Associadas</u>	<u>Alienações</u>	<u>Cambial</u>	<u>31/12/2025</u>
Anterior a 2019	7 997 898	-	-	-	-	7 997 898
2019	19 038 000	-	-	-	-	19 038 000
2020	4 140 805	-	-	-	-	4 140 805
2021	15 925 000	-	-	-	-	15 925 000
2022	7 292 984	-	-	-	-	7 292 984
2023	980 000	-		980 000		-
2025		2 554 018				2 554 018
Total	55 374 688	2 554 018	-	980 000	-	56 948 706

2025			2024			
	Valor	Provisões	Valor	Valor	Provisões	Valor
<u>Ano de Aquisição</u>	<u>Bruto</u>		<u>Líquido</u>	<u>Bruto</u>		<u>Líquido</u>
Anterior a 2019	7 997 898	(7 997 898)	-	7 997 898	(7 997 898)	-
2019	19 038 000	(19 038 000)	-	19 038 000	(19 038 000)	-
2020	4 140 805	(690 131)	3 450 674	4 140 805	(690 131)	3 450 673
2021	15 925 000	(12 828 421)	3 096 579	15 925 000	(10 174 265)	5 750 735
2022	7 292 984	(7 292 984)	-	7 292 984	(7 292 984)	-
2023	-	-	-	980 000	(245 000)	735 000
2025	2 554 018	(118 132)	2 435 886	-	-	-
Total	56 948 706	(47 965 566)	8 983 139	55 374 687	(45 438 279)	9 936 408

As provisões para os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito são calculadas de acordo com a política divulgada na Nota 2.2 d).

Em 2021, foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda para 2 imóveis adquiridos em 2015 e 2020 cujas escrituras só se irão realizar em

10/01/2034 e 01/08/2041, respetivamente, aquando da liquidação dos respetivos créditos concedidos pelo Banco, pelo que as provisões constituídas para aqueles imóveis não foram revertidas (nem incrementada, no caso do imóvel de 2020). Os valores de venda desses dois imóveis estão registados na rubrica de “Outros passivos”, nos montantes de STN 1.592.500 e STN 4.165.000, respetivamente (Nota 13).

Em 2025 o Banco celebrou uma escritura de venda de um imóvel recebido por via de execução judicial de uma garantia hipotecária, no montante de STN 754.551. Esse imóvel tinha sido registado no balanço em 2023 por STN 980.000 e encontrava-se provisionado pelo montante de STN 225.449. A venda teve em conta o estado de conservação do imóvel à data da transação e os custos associados à sua manutenção em balanço.

O aumento do valor bruto dos imóveis recebidos em dação em 2025, resulta da entrada de dois imóveis num valor total de STN 2.554.019 para liquidar duas operações de crédito.

O Conselho de Administração confirma que mantém a intenção de proceder à alienação dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito.

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Proveitos a receber:		
Outras comissões	724 188	672 790
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	3 402 643	1 792 002
Seguros	2 110 746	1 805 210
Rendas	96 775	95 550
Outras despesas	1 704 863	2 046 837
	7 315 027	5 739 599
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	406 804	400 498
	8 446 019	6 812 887

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Proveitos a receber – Outras comissões” refere-se essencialmente às comissões a receber sobre prémios de seguro de vida, proveitos sobre serviço de cobrança de receitas aduaneiras e proveitos provenientes de arrendamento de espaço a uma entidade externa, nos montantes de STN 112.734, STN 291.113 e STN 320.341, respetivamente.

A rubrica “Despesas com custos diferido” corresponde a pagamentos por conta de fornecimentos e serviços de terceiros que, de acordo com os respetivos contratos, os serviços serão prestados em períodos futuros. Estes serviços encontram-se maioritariamente relacionados com licenças de software e seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Despesas com custos diferido” comporta, essencialmente, o custo diferido da licença anual do sistema core-banking adquirido à empresa ASSECO, custo com seguro de vida para os colaboradores e custos com obras de conservação e reparação, nos montantes de STN 369.523 STN 197.633 e STN 1.900.843, respetivamente. O aumento desta rubrica deve-se, principalmente, ao custo com manutenção e conservação do edifício Sede.

II. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Depósitos à ordem:		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas	1 194 832 370	899 373 486
Particulares	731 818 175	633 541 894
Organismos estatais e empresas públicas	208 772 616	193 997 918
	2 135 423 161	1 726 913 298
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas	289 538 052	346 348 874
Particulares	205 460 520	206 194 948
Organismos estatais e empresas públicas	42 531 624	66 360 855
	537 530 196	618 904 677
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	15 899 350	16 811 693
Total de depósitos à ordem (1)	2 688 852 707	2 362 629 668
Depósitos a prazo :		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	121 752 623	117 552 750
Organismos autónomos e empresas privadas	3 125 892	2 430 348
	124 878 515	119 983 098
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	208 386	234 584
Particulares	15 640 989	21 126 680
	15 849 375	21 361 264
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	86 975	
Organismos autónomos e empresas privadas	1 248 232	-
	1 335 207	-
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	1 030 633	1 157 169
Total de depósitos a prazo (2)	143 093 730	142 501 532
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	2 831 946 436	2 505 131 200

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os depósitos a prazo de clientes (excluindo juros a pagar) apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média ponderada:

	2025		2024	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tc	4,18%	124 878 482	4,26%	119 983 099
Em Dólares dos Esta	1,53%	12 196 047	1,52%	16 447 229
Em Euros	0,57%	4 510 458	0,96%	4 367 621
Em Libras Esterlinas	0,68%	478 075	0,25%	546 414
		142 063 064		141 344 363

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os depósitos a prazo de clientes (excluindo juros a pagar) apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2025	2024
	Capital	Capital
Até três meses	13 767 530	11 716 851
De três a 1 ano	67 323 252	69 685 204
De 1 ano a 5 anos	35 317 282	34 287 275
Mais de 5 anos	25 655 000	25 655 000
	142 063 064	141 344 330

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Moeda nacional		
Cheques a Cobrar	9 063 885	12 188 922
	9 063 885	12 188 922
Moeda estrangeira		
Outros recursos de particulares	18 093	18 093
	18 093	18 093
	9 081 978	12 207 015

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Cheques e cobrar” refere-se ao valor de cheques visados que aguardam o levantamento por parte dos seus beneficiários.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Credores:		
Caução para operações de crédito	26 646 643	19 196 972
Caução por abertura de créditos documentários	94 623 487	183 273 859
Fornecedores	6 062 278	10 221 795
Acionistas	936 139	632 444
Outros credores	521 047	233 756
Imposto de selo sobre operações bancárias	2 600 989	1 468 616
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	155 837	153 811
Outros impostos e tributos	651 896	672 309
Retenção na fonte sobre trabalho independente	1 536 991	1 735 327
Imposto sobre valor Acrescentado (IVA)	580 789	625 228
	134 316 096	218 214 118

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Caução para operações de crédito” apresenta o seguinte detalhe:

	2025	2024
Caução para operação de crédito		
Linha de crédito Compran	7.350.000	7.350.000
Imóveis alienados - imóveis em dação (ver Nota 9)	5.757.500	5.757.500
Cauções diversas	1.194.700	1.526.879
Imóveis alienados - detidos para venda (ver Nota 9)	2.450.000	2.450.000
Outras cauções para operações de crédito	9.894.443	2.112.593
	26.646.643	19.196.972

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a “Linha de crédito da Compran” corresponde ao montante recebido pelo Banco no âmbito do acordo de parceria celebrado com o Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e à nutrição (Compran), a título de fundo de garantia para as linhas de crédito a serem concedidas pelo Banco no decurso do referido acordo.

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Cauções diversas” continha os valores de STN 735.000 e STN 459.700, referentes à consignação de valores para garantir operação de crédito e consignação de valores associados à operação de venda do imóvel a terceiros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Imóveis alienados – detidos para venda” correspondente ao valor de venda de um imóvel que se encontra registado na rubrica de “Outros Ativos” por STN 1.221.620 (Nota 9). A escritura e transferência de propriedade definitiva para o comprador ocorrerá em 10 de junho de 2026, data em que o crédito associado a esta operação atinge a sua maturidade.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Outras cauções para operações de crédito”, resulta essencialmente de um cativo de fundos no montante de STN 9.300.000 feito por instrução do cliente, correspondente a parte do montante de crédito concedido ao mesmo, com objetivo de vir a utilizar os referidos fundos no futuro.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Caução por abertura de créditos documentários” diz respeito a cauções efetuadas para garantia de cobertura das operações de crédito documentário em carteira. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta rubrica inclui um CDI no montante de STN 94.623.487 (STN 143.225.925 em 31 de dezembro de 2023) destinado à importação de materiais destinados ao investimento no setor de energia, no âmbito do projeto de reestruturação do setor energético financiado por parceiros internacionais de S. Tomé e Príncipe (Banco Europeu de Investimento e Banco Mundial. Estas operações são autorizadas pela Comissão Executiva (CE).

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Custos a pagar:		
Férias e subsídio de férias	10 655 178	10 950 282
Prémio de produtividade	10 866 456	-
Prémio de antiguidade	11 828 756	11 734 392
Outros custos a pagar	9 012 383	4 418 015
	42 362 773	27 102 689
Receitas com proveito diferido:		
Empréstimo e créditos em conta corrente	9 486 159	8 396 894
Obrigações e outros títulos (Nota 7)	564 109	-
Garantias e avales prestados	37 140	412 079
Outras receitas	-	41 125
	10 087 408	8 850 098
Outras contas de regularização:		
Compensação sistema de pagamentos	9 793 736	8 985 328
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	-	11 560 036
	62 243 917	56 498 151

Em 31 de dezembro de 2025 foi apurado o prémio de produtividade no montante de STN 10.866.456 de acordo com a política descrita na Nota 2.2.k). Em 2025, em consequência da fraude e do impacto da mesma na rentabilidade do Banco, o Conselho de Administração tomou a decisão de não pagar o prémio de produtividade referente ao exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o prémio de antiguidade foi apurado de acordo com a política descrita na Nota 2.2.j).

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “Outros custos a pagar” refere-se principalmente às periodificações do custo com serviços de auditoria externa no montante de STN 4.477.755, custos com serviço de consultoria no montante de STN 899.150 e custos com serviço de manutenção e conservação do edifício Sede no montante de STN 1.900.843.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito. O aumento do saldo desta rubrica está relacionado com aumento da carteira de crédito e com a maturidade das operações de crédito que a compõem.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização -Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos, sendo que as regularizações são feitas de forma automática ao nível sistema informático da rede Dobra 24.

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025				
	Saldo em 31/12/2024	Dotação líquida	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31/12/2025
A deduzir ao ativo					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	67 424 513	(13 589 525)	(7 416 577)	7 358	46 425 767
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2 940 000	-	-	-	2 940 000
Provisões para ativos por recuperação de crédito e outros devedores (Nota 9)	49 225 302	2 522 861	(225 449)	-	51 522 714
	119 589 815	(11 066 664)	(7 642 026)	7 358	100 888 481
Reconhecida na situação líquida					
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	9 294 999	2 842 785	-	(8 180)	12 129 604
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	1 082 529	(568 005)	-	(950)	513 574
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	-	-	-	-	-
Outras provisões (Nota 16)	5 114 057	2 100	(31 800)	-	5 084 357
Outras provisões para fraude (Nota 29)	129 609 833	12 279 662			141 889 494
	145 101 418	14 556 542	(31 800)	(9 130)	159 617 029
	264 691 233	3 489 878	(7 673 826)	(1 772)	260 505 510
	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Dotação líquida	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31/12/2024
A deduzir ao ativo					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	64 879 937	5 464 261	(3 102 772)	183 087	67 424 513
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2 940 000	-	-	-	2 940 000
Provisões para ativos por recuperação de crédito e outros devedores (Nota 9)	33 649 222	17 787 644	(2 211 563)	-	49 225 302
	101 469 159	23 251 905	(5 314 335)	183 087	119 589 815
Reconhecida na situação líquida					
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	9 849 268	(558 557)	-	4 287	9 294 999
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	586 517	490 509	-	5 503	1 082 529
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	738 569	(738 569)	-	-	-
Outras provisões (Nota 16)	5 125 787	234 000	(245 730)	-	5 114 057
Outras provisões para fraude (Nota 29)	68 504 251	61 105 581			129 609 833
	84 804 393	60 532 965	(245 730)	9 790	145 101 418
	186 273 552	83 784 870	(5 560 065)	192 877	264 691 233

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Outras provisões - Fraude” destina-se a fazer face à fraude identificada pelo Banco no primeiro trimestre de 2025. O Banco constituiu uma provisão destinada a cobrir os montantes desviados, bem como os eventuais encargos associados, de acordo com o seguinte detalhe:

	31.12.2025	Dotações	31.12.2024	Dotações	31.12.2023	Dotações	Até 31.12.2022
Montantes desviados	105 625 304	7 119 745	98 505 559	46 765 965	51 739 594	20 469 181	31 270 413
Outros encargos	36 264 190	5 159 916	31 104 274	14 339 616	16 764 658	7 794 713	8 969 945
	141 889 494	12 279 661	129 609 833	61 105 581	68 504 252	28 263 894	40 240 358

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Outras provisões – Outras” destina-se essencialmente a fazer face a contingências relacionadas com os seguintes processos judiciais e contraordenacionais:

- Em 2018, o Banco foi notificado de um processo, no montante de STN 1.715.000, instaurado por um cliente devedor de uma operação de crédito. Por sentença proferida em 24 de agosto de 2020, o Banco foi absolvido. Porém, o autor interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, aguardando-se prolação da sentença. Por prudência, o Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo.
- Em 2019, o Banco foi notificado de um processo judicial, no montante de STN 1.193.004, instaurado por um cliente. Por prudência, o Banco decidiu pelo provisionamento da totalidade daquele montante.
- Em 2022, o Banco foi notificado de um processo de contraordenação, movido pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, na sequência do qual foi fixada uma multa no montante de STN 2.000.000. Tendo discordado, o Banco interpôs recurso junto do Tribunal de 1ª Instância e aguarda uma

decisão. Por prudência, o Banco decidiu pelo provisionamento da totalidade daquele montante.

16. CAPITAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco estava representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

Em 2017, o Banco realizou um aumento de capital, no valor de STN 16.600.000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios anteriores. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150.000.000 em 31 de dezembro de 2016 para 166.600.000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1.000.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41.650.000	25%
	166.600.000	100%

RESERVA LEGAL

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um mínimo de 10% de reserva legal, até atingir o montante legal exigível. Para tal, tem sido anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Atualmente, a reserva legal excede o montante legalmente exigível de 1/5 do capital social.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de STN 892.214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998.

Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho,

emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

RESERVA DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Na sequência do disposto na NAP nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da NAP nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco atualizava os ativos líquidos em moeda estrangeira, sendo que os impactos desta reavaliação cambial eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da NAP nº 11/07, de 26 de novembro, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício.

Adicionalmente, em 2014, o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de STN 1.904.626.

No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16.600.000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco (incorporação de reservas).

De acordo com a NAP nº 5/09 esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para efeitos de aumento de capital.

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas do Banco são os seguintes:

	2025	2024
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Caixa Geral de Depósitos	166 659 624	198 430 819
	166 659 624	198 430 819
Créditos e Outros sobre instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 5)	209 744 632	81 729 281
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	294 706 870	311 236 485
	504 451 502	392 965 766
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Estado de S. Tomé e Príncipe	536 818 756	516 818 756
	536 818 756	516 818 756
Recursos de Clientes (Nota 11)		
Estado de S. Tomé e Príncipe	251 304 240	260 358 773
	251 304 240	260 358 773
Outros Passivos (Nota 13)		
Caixa Geral de Depósitos	936 139	632 444
	936 139	632 444
Extrapatrimoniais (Nota 18)		
Caixa Geral de Depósitos	314 118 640	229 259 336
	314 118 640	229 259 336
Margem Financeira (Nota 20)		
Caixa Geral de Depósitos	1 448 044	5 600 545
Estado de S. Tomé e Príncipe	55 313 540	50 719 105
	56 761 584	56 319 651

As transações com acionistas são realizadas a preços de mercado.

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales prestados	27 665 735	29 940 482
Créditos documentários abertos	314 118 640	231 449 024
	341 784 375	261 389 506
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	547 573	3 452 345
Cobrança de valores sobre o País	5 284 839	-
Valores mobiliários custodiados (Bilhetes e Obrigações de Tesouro)	40 747 343	-
Depósitos e guarda de valores	1 080 000	1 080 000
	47 659 755	4 532 345
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reais	1 406 597 176	1 360 079 442
Outras contas extrapatrimoniais:		
Consignações	19 506 356	176 060
Contas diversas	383 898 989	164 450 914
	403 405 345	164 626 975

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco tinha provisões para garantias e avales: STN 513.574 e STN 1.082.529; período 2025 e 2024, respetivamente (Nota 15).

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de provisões diversas incluída na situação líquida do Banco, conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

19. IMPOSTOS

Em 2025 e 2024, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2025	2024
Resultado antes de imposto	114 589 031	93 841 887
Ajustamentos:		
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alinea d))		
Salários e outras remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alinea c))	- 288 331	631 459
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	10 866 456	(11 324 688)
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	94 364	1 456 423
Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	-	435 000
Seguro de Vida (Art.30º, 3 a))	-	-
Amortizações não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alinea e))	2 143 284	2 436 750
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	376 305	523 455
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	659 164	708 875
Despesas de representação (Art. 31º, 3)	67 065	48 832
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30.1 d)	2 780 946	2 515 249
Provisão para fraude	12 279 662	61 105 582
Materia coletável	143 567 944	152 378 824
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	35 891 986	38 094 706
Imposto corrente do exercício (1)	35 891 986	38 094 706
Pagamentos por conta (2)	28 571 030	19 313 751
Retenções na fonte (3)	10 481 281	7 220 919
Imposto a pagar/receber (4) = (1) - (2) - (3)	(3 160 324)	11 560 036

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2020 a 2024. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O saldo da rubrica “Retenções na fonte” refere-se, essencialmente, às retenções na fonte à taxa de 20%, aplicadas aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Juros e rendimentos similares:		
De crédito concedido	89 063 214	93 393 870
De obrigações e outros títulos	36 505 945	32 218 051
Comissões associadas a operações de crédito	6 650 867	7 734 045
De aplicações em certificados de depósitos no país	19 142 407	602 309
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	15 886 221	29 011 832
	167 248 654	162 960 108
Juros e encargos similares:		
De depósitos de clientes	5 444 523	5 624 331
	5 444 523	5 624 331

Os juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, são formados por juros provenientes de aplicações no exterior, em particular em dólares americanos. A sua contração explica-se, por um lado, pela redução do volume médio de aplicações mantidas ao longo do ano, e por outro lado, pela redução das taxas de juros nos mercados internacionais em EUR e USD.

Os juros de aplicação em certificados de depósito referem-se a juros obtidos sobre subscrição de certificados emitidos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O aumento de juros verificado em 2025 é resultante do aumento do volume médio de aplicações realizadas nesse ano.

Os juros de obrigações e outros títulos referem-se aos juros obtidos sobre Obrigações e Bilhetes de Tesouro Público.

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimento de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	64 791 775	70 941 409
Comissões de garantias e avales	1 307 556	1 091 238
Comissões de créditos documentários à importação	2 757 320	7 861 135
Comissão de intervenção	1 334 381	1 359 412
Comissão de risco	82 206	72 876
Outras comissões	28 294 257	27 337 063
Proveitos de Operações Cambiais	33 653 558	29 305 023
Comissão de manutenção de conta	10 402 562	10 252 569
Comissão de imobilização de conta	3 538 842	4 352 517
	146 162 457	152 573 242
Encargos com serviços e comissões:		
Manutenção de cartões	7 771 300	9 515 380
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	9 568 144	5 222 366
Taxas de serviço	4 608 814	4 104 301
Outras comissões	4 975 067	5 947 454
	26 923 325	24 789 502
	119 239 132	127 783 740

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, de manutenção de contas de depósitos à ordem e de transferências de valores.

A rubrica “Proveitos de Operações Cambiais” refere-se às comissões obtidas nas operações de venda de euros. Esta comissão foi definida em 2% pelo Banco

Central, em resultado da fixação da paridade cambial entre o euro e a moeda local a partir de janeiro de 2018.

22. RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025			2024		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(4 107 354)	3 353 337	(754 017)	(6 962 026)	7 829 279	867 252
Resultados em divisas	(2 336 598 991)	2 352 798 850	16 199 859	(1 804 623 139)	1 838 546 375	33 923 236
	(2 340 706 345)	2 356 152 187	15 445 842	(1 811 585 166)	1 846 375 654	34 790 488

A rubrica “Resultado sobre notas e moedas” refere-se aos ganhos e perdas cambiais obtidos na reavaliação da posição cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira.

A rubrica “Resultados em divisas” refere-se aos resultados cambiais gerados pela compra e venda de divisas.

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	12 554 801	16 633 457
Reembolso de despesas bancárias	2 968 515	3 364 401
Recuperação de créditos incobráveis	10 251 434	19 349 837
Mais valias na venda de imobilizado	-	1 385 975
Outros	2 016 162	7 388 275
	27 790 912	48 121 945
Outros custos de exploração		
Quotizações e donativos	1 907 075	702 380
Impostos e taxas	11 844 253	11 135 179
Outros	3 722 935	6 578 674
	17 474 263	18 416 233
	10 316 649	29 705 712

Em 2025, o saldo da rubrica “Prestação de serviços bancários diversos” inclui essencialmente proveitos com a colocação de cartões de débito e cadernetas de cheques, nos montantes de STN 1.886.081 e STN 6.610.326, respetivamente (STN 4.950.725 e STN 7.462.326, respetivamente, em 2024).

Em 2025 e 2024, a rubrica “Impostos e taxas” inclui, essencialmente, IVA suportado pelo Banco, nos montantes de STN 11.282.907 e STN 10.891.375, respetivamente.

Em 2025, o saldo de STN 2.016.162 da rubrica “Proveitos de exploração -

Outros” inclui essencialmente proveitos decorrentes de arrendamento de espaços pertencentes ao Banco a entidades externas. Em 2024, o saldo da rubrica “Proveitos de exploração - Outros” incluía a anulação do excesso de estimativa de prémio de produtividade do exercício de 2023, no montante de STN 4.884.080.

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	13 006 382	13 006 582
Remuneração dos empregados	66 450 474	67 815 024
Prémio de produtividade	8 818 784	-
Encargos sociais obrigatórios	4 315 538	3 674 597
Encargos sociais facultativos	2 373 468	1 966 669
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 j))	369 437	1 956 220
Outros	206 632	46 600
	95 540 715	88 465 692

Em 2025 e 2024, o montante total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2025	2024
Conselho de Administração	11 361 914	13 651 498
Conselho Fiscal	569 380	561 999
Órgão de Direção (Diretores e equiparados)	5 856 014	6 316 295
Funções de Controlo (Risco, Compliance, Auditoria Interna e Função de Controlo Permanente)	6 292 096	6 219 756
Total	24 079 404	26 749 549

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o montante de crédito junto do Banco que os membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização possuíam era de STN 2.855.445 e STN 3.397.464, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco tinha ao seu serviço 136 e 137 empregados efetivos, respetivamente. Entretanto, a média dos trabalhadores ao logo do ano foi de 136, conforme a distribuição do quadro abaixo.

Efetivo médio dos trabalhadores ao longo do Ano	2025	2024
Direção	9	9
Técnicos	58	68
Administrativos	60	48
Auxiliares	9	12
Total	136	137

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos sociais facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 142.913 e STN 41.300 referentes a gastos com voucher e festas de confraternização nos respetivos anos.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Água, energia e combustível	8.963.199	7.530.959
Comunicações	8.104.583	8.558.745
Conservação e reparação	4.717.232	3.061.777
Impressos e material de consumo corrente	2.125.720	2.855.582
Serviços de informática	10.047.123	8.347.977
Rendas e alugueres	1.878.735	1.916.075
Segurança e vigilância	3.593.655	3.222.183
Auditoria e Consultorias	4.414.423	3.411.994
Viagens e representação	2.080.434	1.879.394
Publicidade	2.537.095	1.556.038
Avenças, honorários e outros trabalhos indepen	2.358.023	2.110.965
Seguro	1.789.525	1.898.609
Transporte de Valores	2.064.721	1.960.396
Outros	14.727.168	14.465.601
	69.401.636	62.776.294

Em 2025, o aumento dos gastos com “Água, Energia e Combustível” resultou essencialmente do aumento do consumo de combustível com energia socorrida, em resultado do fornecimento deficitário e irregular de energia elétrica por parte da EMAE, mas, também, do aumento da tarifa elétrica da EMAE registada neste ano.

A aquisição de novas licenças de software, associado ao investimento em novas infraestruturas tecnológicas, impulsionaram o aumento do custo com serviços de informática.

O aumento dos custos com conservação e reparação deve-se às obras de reparação, manutenção e conservação que estão a ser realizadas no edifício Sede e em algumas agências.

A rubrica “Auditorias e Consultorias” inclui o montante de STN 2.866.500 correspondente aos honorários cobrados pelo Auditor Externo no âmbito dos serviços de auditoria externa contratados pelo Banco, em conformidade com o Artigo 8º da NAP 11/2007

Aos honorários acima acrescem as despesas incorridas no âmbito dos serviços prestados, como deslocação e estadia, suportadas pelo Banco, assim como trabalhos de consultoria especializada no âmbito do controlo interno.

Em 2025 e 2024, na rubrica “Outros” destacam-se as despesas com o serviço Visa, nos montantes de STN 6.857.042 e STN 8.932.696, respetivamente.

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o balanço por moeda do Banco, expresso no contravalor em moeda nacional, apresenta a seguinte estrutura:

	2025					
	Moeda		Moeda estrangeira			
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1 063 395 373	40 757 371	33 910 002	2 878 723	77 546 096	1 140 941 468
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3 901 917	162 017 254	72 145 890	11 758 337	245 921 481	249 823 398
Outros créditos sobre instituições de crédito	273 398 657	337 638 947	191 386 854	-	529 025 801	802 424 458
Créditos sobre clientes	745 716 246	8 447 405	3 753 047	-	12 200 452	757 916 698
Obrigações e outros títulos	536 818 755	-	-	-	-	536 818 755
Imobilizações corpóreas	210 703 530	-	-	-	-	210 703 530
Imobilizações incorpóreas	8 824 459	-	-	-	-	8 824 459
Imobilizações em curso	6 182 414	-	-	-	-	6 182 414
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	9 278 505	4 889 249	2 190 648	-	7 079 897	16 358 402
Contas de regularização	3 578 941	4 001 460	865 618	-	4 867 078	8 446 019
Total do Ativo	2 861 798 798	557 751 686	304 252 059	14 637 060	876 640 805	3 738 439 603
Depósitos:						
À vista	2 135 423 173	299 772 252	240 884 644	12 772 637	553 429 533	2 688 852 707
A prazo ou com pré-aviso	125 855 081	4 519 230	12 241 048	478 371	17 238 649	143 093 730
Recurso de outras entidades	9 063 884	18 093	-	-	18 093	9 081 978
Outros passivos	30 909 860	102 614 106	792 130	-	103 406 236	134 316 096
Contas de regularização	52 492 017	9 750 099	-	1 802	9 751 901	62 243 917
Total do Passivo	2 353 744 015	416 673 780	253 917 822	13 252 810	683 844 412	3 037 588 428
Ativo/(Passivo) líquido	508 054 783	141 077 906	50 334 237	1 384 250	192 796 393	700 851 175

Tabela continua...

	2024					
	Moeda		Moeda estrangeira			
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	
Caixa e disponibilidades no Banco Central	815 568 287	48 636 006	21 487 537	1 923 634	72 047 176	887 615 463
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 788 647	226 154 573	20 046 524	1 680 852	247 881 949	250 670 597
Outros créditos sobre instituições de crédito	188 968 009	225 079 642	315 312 363	32 000 578	572 392 583	761 360 592
Créditos sobre clientes	709 896 196	12 590 746	1 702 652	-	14 293 397	724 189 594
Obrigações e outros títulos	516 818 756	-	-	-	-	516 818 756
Imobilizações corpóreas	221 746 685	-	-	-	-	221 746 685
Imobilizações incorpóreas	6 403 825	-	-	-	-	6 403 825
Imobilizações em curso	4 824 451	-	-	-	-	4 824 451
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	6 160 911	8 754 044	4 331 198	-	13 085 243	19 246 153
Contas de regularização	6 812 887	-	-	-	-	6 812 887
Total do Ativo	2 479 988 653	521 215 011	362 880 274	35 605 063	919 700 349	3 399 689 002
	-	-	-	-	-	-
Depósitos:	-	-	-	-	-	-
À vista	1 726 908 512	330 390 390	291 165 458	14 165 308	635 721 156	2 362 629 668
A prazo ou com pré-aviso	121 046 739	4 392 672	16 520 180	541 940	21 454 792	142 501 531
Recurso de outras entidades	12 188 922	18 093	-	-	18 093	12 207 015
Outros passivos	54 418 230	161 345 455	2 450 432	-	163 795 888	218 214 118
Contas de regularização	50 817 479	4 841 709	838 963	-	5 680 673	56 498 151
Total do Passivo	1 965 379 882	500 988 320	310 975 034	14 707 248	826 670 602	2 792 050 484
	-	-	-	-	-	-
Ativo/(Passivo) líquido	514 608 772	20 226 691	51 905 240	20 897 815	93 029 747	607 638 518

27. PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com a política contabilística divulgada na Nota 2.2. p), os principais passivos contingentes e outros compromissos enquadrados na IAS 37 são os seguintes:

Em 2018, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo, no montante de STN 1.715.000, instaurado por um cliente devedor de uma operação de crédito. Por sentença proferida em 24 de agosto de 2020, o BISTP foi absolvido, porém, o autor interpôs recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, aguardando-se prolação da sentença. Por prudência, o Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo (Nota 15).

Em 2019, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo, no montante de STN 1.193.004, instaurado por um cliente. Por prudência, o Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo (Nota 15).

Em 2022, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo de contraordenação, movido pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, na sequência do qual foi fixada uma multa no montante de STN 2.000.000. Entretanto, o BISTP interpôs recurso junto do Tribunal de 1ª Instância, e aguarda uma decisão. Por prudência, o Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo (Nota 15).

28. CONFLITOS NA UCRÂNIA, IRÃO E “GUERRA COMERCIAL”

Apesar do BISTP não ter relações ou interesses comerciais diretos nas regiões

em que hoje se assiste a uma maior tensão e conflito decorrentes de questões geopolíticas (guerra da Rússia contra a Ucrânia e guerra de Israel e Estados-Unidos contra Irão) e comercial (Estados Unidos contra Europa, China, Canada e Países da América Latina) reconhece-se que a eclosão destes diferendos, numa região e entre países que têm peso na produção e transporte de matérias-primas (principalmente o petróleo) e no comércio mundial, poderá provocar a degradação da conjuntura económica global, com destaque para o possível aumento do protecionismo, aumento do preço das matérias primas e aumento do custo dos transportes.

A preocupação com a questão de segurança fronteiriça e as questões comerciais passaram a dominar a agenda dos principais líderes mundiais, o que poderá vir a afetar a agenda de assistência técnica e financeira para os países menos desenvolvidos e mais dependentes de apoio internacional e vulneráveis às alterações climáticas.

São Tomé e Príncipe, que depende muito de importação de bens essenciais (como alimentos e combustível) e de ajuda financeira externa para o apoio ao investimento e desenvolvimento, poderá ver a sua economia impactada negativamente neste contexto mundial, em particular no que diz respeito ao aumento dos preços dos produtos e serviços à escala global, provocado por alguma escassez de produção e atrasos na cadeia de fornecimento, o que por consequência poderá também afetar a atividade do Banco.

Na conjuntura em que o BISTP se insere, é expectável que alguns dos projetos ou das atividades do Banco e dos seus Clientes, que dependem da aquisição de produtos e serviços do exterior, possam vir a sofrer atrasos.

Não obstante a vulnerabilidade do País aos choques económicos externos, e por consequência o Banco, é difícil definir com precisão o risco ao qual o País está exposto, em face desta conjuntura internacional, bem como os eventuais impactos que esta situação poderá provocar no seu negócio e atividade.

Assim, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração do Banco considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2025.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem factos ou eventos subsequentes à data do balanço que devam ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2025.

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

15



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2025

Exmos. Senhores Acionistas,

1 – RELATÓRIO

1.1 – Introdução

Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora, bem como o respetivo parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (BISTP), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1.2 – Ação fiscalizadora

No exercício das funções de fiscalização que lhe estão cometidas, o Conselho Fiscal:

1. Acompanhou a gestão da atividade do Banco, designadamente através da análise regular da informação disponibilizada pelo Conselho de Administração;
2. Apreciou os aspetos relativos aos sistemas de controlo interno, gestão de riscos, compliance e auditoria interna, bem como o acompanhamento das recomendações emitidas;
3. Acompanhou os trabalhos de preparação da informação financeira e analisou as principais estimativas e julgamentos contabilísticos adotados;
4. Procedeu às análises e verificações consideradas adequadas, tendo acompanhado os trabalhos do auditor externo, com quem reuniu, inteirando-se do plano de auditoria, das principais conclusões e assegurando-se da sua independência;
5. Apreciou, em particular, a gestão do risco associado ao Estado de São Tomé e Príncipe, considerando:
 - a) O contexto macroeconómico ainda caracterizado por inflação elevada, défices orçamentais persistentes, dependência de financiamento externo e pressões sobre as reservas internacionais, agravadas pela crise energética, e vulnerabilidades estruturais da economia são-tomense;
 - b) A exposição relevante do Banco a títulos de dívida emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, com o rácio Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio em 86%, apesar de em trajetória descendente face a exercícios anteriores;

Página 1



c) As medidas adotadas pelo Banco para monitorização contínua e mitigação deste risco, nomeadamente o cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis (NAP n.º 13/2021, sobre classificação de activos e provisões), das orientações macroprudenciais do Banco Central de São Tomé e Príncipe e da manutenção de níveis confortáveis de capital e liquidez.

6. Acompanhou outros assuntos que merecem atenção, onde se incluem o reconhecimento contabilístico e a divulgação das provisões constituídas na sequência de uma fraude identificada em 2025, bem como o acompanhamento do Plano de atuação de reforço do controlo interno e prevenção de fraudes aprovado pelo Conselho de Administração.

1.3 – Divulgação da informação

O Conselho Fiscal examinou, com referência ao exercício de 2025:

1. O Relatório de Gestão, que descreve, o enquadramento macroeconómico, a governação societária, a atividade desenvolvida e as perspetivas futuras do Banco;
2. As Demonstrações Financeiras, incluindo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações na Situação Líquida e respetivas Notas, verificando que se encontram consistentes com os registos contabilísticos e com as políticas contabilísticas adotadas;
3. O Relatório do Auditor Externo, relativamente ao qual expressa a sua concordância, bem como a informação adicional prestada.
4. A Proposta de Aplicação de Resultados, refletindo um adequado equilíbrio entre a remuneração dos acionistas e o reforço da solidez financeira do Banco.

2 – PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. aprove:

- a) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- b) a Proposta de Aplicação de Resultados relativa ao exercício de 2025.

Sem modificar o parecer emitido, o Conselho Fiscal chama a atenção para a exposição relevante do Banco a títulos de dívida emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, devidamente divulgada no Relatório de Gestão e nas Notas às Demonstrações Financeiras. Esta exposição ocorre num contexto macroeconómico que mantém vulnerabilidades estruturais, designadamente ao nível das finanças públicas. O Conselho Fiscal regista que tais exposições se encontram enquadradas pelas normas regulamentares aplicáveis e que o Banco mantém níveis adequados de capital e liquidez, não estando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Página 2



Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da Sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 31 de março de 2026

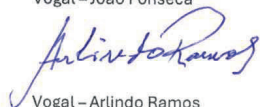
O CONSELHO FISCAL



Presidente – João Sales Luís



Vogal – João Fonseca



Vogal – Arlindo Ramos